



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

SFB

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

Lista de siglas e abreviações

AC - Acre
ACOSPER - Cooperativa dos trabalhadores agroextrativista do oeste do Pará.
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
AECI - Assessor Especial de Controle Interno
AL - Alagoas
ANA – Agência Nacional de Águas
AP - Amapá
APA – Área de Proteção Ambiental
APPs - Áreas de Preservação Permanentes
ASCOM – Assessoria de Comunicação
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BA - Bahia
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
BRA - Brasil
BSC – Balanced Scorecard
CAFIR - Cadastro de Imóveis Rurais
CapCAR - Curso de Capacitação para o Cadastro Ambiental Rural
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CE - Ceará
CENAFLO - Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal
CGFLOP - Comissão de Gestão de Florestas Públicas
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNFP – Cadastro Nacional de Florestas Públicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAs - Cotas de Reserva Ambiental
CRADs - Centros de Recuperação de Áreas Degradadas
CVT - Centro Vocacional Tecnológico
DAF – Diretoria de Administração e Finanças
DCD/MMA - Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente
DEFRA – UK - Department for Environment, Food & Rural Affairs of United Kingdom
DETEX - Detecção da Exploração Seletiva de Madeira
DF – Distrito Federal
DFI – Diretoria de Fomento e Inclusão
DFS – Distrito Florestal Sustentável
DOF - Documento de Origem Florestal
DOU – Diário Oficial da União
DPI – Diretoria de Pesquisa e Informação
DRP - Diagnósticos Rurais Participativos
EAD – Educação à Distância
EAP – Estrutura Analítica de Projeto
EGTIC - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ES – Espírito Santo

EVE - Estudos de Viabilidade Econômica
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIP - Fundo de Investimento em Participações
FLONA - Floresta Nacional
FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
FRA - Forest Resources Assessment
FUB - Fundação Universidade de Brasília
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNTAC - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
FUNTEC - Fundação de Tecnologia Florestal e Geoprocessamento
GDF – Governo do Distrito Federal
GEAL – Gerência Executiva de Administração e Logística
GECAD - Gerência Executiva de Cadastro de Florestas
GECAF - Gerência Executiva de Capacitação e Fomento
GECOF - Gerência Executiva de Concessões Florestais
GEFLOC - Gerência Executiva de Florestas Comunitárias
GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais
GEMAF - Gerência Executiva de Monitoramento e Auditoria Florestal
GEPLAN - Gerência Executiva de Planejamento Florestal
GESFIN – Gerência Executiva de Gestão Estratégica e Finanças
GETI – Gerência Executiva de Tecnologia da Informação
GIZ - Agências de implementação da cooperação alemã para o desenvolvimento
GPPC - Gestão de pessoas por competências
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM - Instituto Brasília Ambiental
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IFAC - Instituto Federal do Acre
IFAM - Instituto Federal do Amazonas
IFN – Inventário Florestal Nacional
IFRO - Instituto Federal de Rondônia
IN – Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITTO - International Tropical Timber Organization
JFSQ - Joint Forest Sector Questionnaire
KFW - Banco de Fomento da República Federal da Alemanha
LAI – Lei de Acesso à Informação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LPF – Laboratório de Pesquisa Florestal
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF – Ministério da Fazenda
MFC – Manejo Florestal Comunitário
MFCF - Manejo Florestal e Comunitário
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
NBCT - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
OEMA - Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
PA - Pará
PAAR - Plano Anual de Aplicação Regionalizada
PAOF – Plano Anual de Outorga Florestal
PB – Paraíba
PCT – Povos e Comunidades Tradicionais
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE - Pernambuco
PI - Piauí
PIF - Programa de Investimento Florestal
PLS - Plano de gestão de logística sustentável
PMFCF - Programa Federal de Manejo Florestal e Comunitário PMFS
PNGF - Portal Nacional da Gestão Florestal
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PR - Paraná
PRA – Programas de Regularização Ambiental
REDEMAP - Rede Meio Ambiente Patrimônio
RF – Receita Federal
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RO - Rondônia
RR - Roraima
RS – Rio Grande do Sul
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SCC - Sistema de Cadeia de Custódia do SFB
SCEN - Setor de Clubes Esportivos Norte
SEAB/PA - Secretaria da Agricultura e Abastecimento
SECOM - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SEDAM - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental
SEGTH/DF - Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação
SEMA - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
SGC – Sistema de Gestão de Contratos do SFB
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC - Serviço de Informações ao Cidadão
SICAR - Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SINIMA - Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISPLAN – Sistema de Planejamento do SFB
SISPP - Sistema Nacional de Parcelas Permanentes

SLTI/MPOG – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais
SP – São Paulo
SPF – Solicitação de Pagamento Financeiro
SPOA/MMA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MMA
TCU - Tribunal de Contas da União
TDR – Termo de Referência
TI – Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
TO - Tocantins
TRD – Termo de Recebimento Definitivo
TRP - Termo de Recebimento Provisório
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UFPA - Universidade Federal do Pará
UJ – Unidade Jurisdicionada
UMF – Unidade de Manejo Florestal
UnB – Universidade de Brasília
UNFF - Relatório voluntário para fornecer subsídios às reuniões do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas
URBR163 – Unidade Regional BR 163
URNE – Unidade Regional Nordeste
URPM – Unidade Regional Purus-Madeira
URs – Unidades Regionais
URSUL – Unidade Regional Sul
UTF - Unilateral Trust Fund
ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Tabela 1 - Volume total transportado e valor arrecadado com as concessões florestais em 2016.	18
Tabela 2 - Tabela de Indicadores Objetivo 1	20
Tabela 3 - Orçamento Objetivo 1	21
Tabela 4 - Tabela de Indicadores - Objetivo 2	27
Tabela 5 - Orçamento Objetivo 2	29
Tabela 6: Empregos gerados pelas concessões florestais federais no ano de 2015:	33
Tabela 7 - Indicadores de Resultado - Objetivo 3	34
Tabela 8 - Orçamento Objetivo 3	35
Tabela 9 - Indicadores de Resultado - Objetivo 4	39
Tabela 10 - Orçamento Objetivo 4	39
Tabela 11 - Indicadores de Resultado - Objetivo 5	45
Tabela 12 - Indicadores de Resultado - Objetivo 6	52
Tabela 13 - Resoluções publicadas em 2016:	55
Tabela 14 - Indicadores de Resultado - Objetivo 7	56
Tabela 15 - Indicadores de Resultado - Objetivo 8	59
Tabela 16 - Indicadores de Resultado - Objetivo 9	61
Tabela 17 - Indicadores de Resultado - Objetivo 10	64
Tabela 18 - Indicadores de Resultado - Objetivo 11	67
Tabela 19 - Indicadores de Resultado - Objetivo 12	69
Tabela 20 - Indicadores de Resultado - Objetivo 13	71
Tabela 21 - Indicadores de Resultado - Objetivo 14	73
Tabela 22 - Indicadores de Resultado - Objetivo 15	75
Tabela 23 - Indicadores de Resultado - Objetivo 16	77
Tabela 24 - Indicadores de Resultado - Objetivo 17	79
Tabela 25 - Demandas Totais Recebidas (2015 - 2016)	81
Tabela 26 - Situação das Demandas em 31.12.2016	82
Tabela 27 - Unidades envolvidas (interna e externa)	82
Tabela 28 - Indicadores de Resultado - Objetivo 18	83
Tabela 29 - Tempo de resposta às demandas típicas da Ouvidoria (2015 e 2016)	84
Tabela 30 - Tempo de resposta das demandas do SIC (2015 e 2016)	84
Tabela 31 - Tempo de resposta das demandas do CAR (2015 - 2016)	84
Tabela 32 - Indicadores de Resultado - Objetivo 19	88
Tabela 33 - Indicadores de Resultado - Objetivo 20	90
Tabela 34 - Indicadores de Resultado - Objetivo 21	92
Tabela 35 - Relação dos contratos que vigoram no exercício de referência do relatório de gestão	97
Tabela 36 - Indicadores de Resultado - Objetivo 22	99
Figura 1 - Indicadores de Resultado - Objetivo 1	20
Figura 2 - Indicadores de resultado - Objetivo 2	27
Figura 3 - Indicadores de Resultado - Objetivo 3	34
Figura 4 - Indicadores de Resultado - Objetivo 4	38
Figura 5 - Indicadores de Resultado - Objetivo 5	45
Figura 6 - Indicadores de Resultado - Objetivo 6	52
Figura 7 - Indicadores de Resultado - Objetivo 7	56
Figura 8 - Indicadores de Resultado - Objetivo 8	58
Figura 9 - Indicadores de Resultado - Objetivo 9	61
Figura 10 - Indicadores de Resultado - Objetivo 10	64

Figura 11 - Indicadores de Resultado - Objetivo 10	67
Figura 12 - Indicadores de Resultado - Objetivo 12	69
Figura 13 - Indicadores de Resultado - Objetivo 13	71
Figura 14 - Indicadores de Resultado - Objetivo 14	73
Figura 15 - Indicadores de Resultado - Objetivo 15	75
Figura 16 - Indicadores de Resultado - Objetivo 16	77
Figura 17 - Indicadores de Resultado - Objetivo 17	79
Figura 18 - Indicadores de Resultado - Objetivo 18	83
Figura 19 - Indicadores de Resultado - Objetivo 19	88
Figura 20 - Indicadores de Resultado - Objetivo 20	90
Figura 21 - Indicadores de Resultado - Objetivo 21	92
Figura 22 - Indicadores de Resultado - Objetivo 22	99
Figura 23 - Indicadores Estratégicos.....	104

Sumário

1- Apresentação	9
2- Visão geral da Unidade Prestadora de Contas	10
2.1- Identificação da unidade	10
2.2- Finalidade e competências institucionais	12
2.3- Ambiente de atuação	13
3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional	17
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos	17
3.2- Informações sobre a gestão	41
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico	101
4- Governança	107
4.1- Descrição das Estruturas de governança	107
4.2- Gestão de riscos e controles internos	108
5- Relacionamento com a sociedade	109
5.1- Canais de acesso do cidadão	109
5.2- Carta de serviços ao cidadão	109
5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade	110
5.4 - Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários	111
6- Desempenho financeiro e informações contábeis	112
6.1- Desempenho financeiro do exercício	112
6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	114
6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	115
6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	115
6.5- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas	116
6.6- Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica	116
7- Áreas especiais da gestão	117
7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade	117
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	118
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	126
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	135
9- Anexos:	136
9.2 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas:	136

1- Apresentação

Este relatório foi elaborado com base nas Normas gerais da prestação de contas anual do TCU (Resolução TCU Nº 234/210, Resolução TCU Nº 244/2011, Instrução Normativa TCU Nº 63/2010 e Instrução Normativa do TCU Nº 72/2013) e com base nas Normas específicas das contas de 2016 (Decisão Normativa TCU 154/2016, Decisão Normativa TCU 156/2016 e Portaria TCU 59/2017).

O Relatório está estruturado em nove itens, quais sejam: Apresentação, Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas, Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, Governança, Relacionamento com a Sociedade, Desempenho financeiro e informações contábeis, Áreas especiais da gestão, Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e Anexo e apêndices.

As informações que não se aplicam a unidade prestadora de contas foram apontadas conforme surgiram ao longo do presente relatório. Ademais, informações julgadas importantes foram colocadas nos Anexos.

Ao longo do ano de 2016, o Ministério do Meio Ambiente sofreu mudanças no seu contexto organizacional que influenciaram de forma direta o Serviço Florestal Brasileiro - SFB. Em que pese o Conselho Diretor do SFB ter sofrido a mudança de apenas um de seus Diretores – Diretor de Administração e Finanças, o órgão precisou renovar a articulação com o MMA, diante do novo corpo de dirigentes, além de se readaptar à agenda estratégica do MMA e as constantes restrições orçamentárias impostas ao Governo Federal ao longo de 2016.

O Planejamento Estratégico do órgão, que havia sido reiniciado em 2015, com a realização do diagnóstico do órgão e a proposição de um novo Mapa Estratégico, teve continuidade ao longo do ano de 2016. Assim, foram pactuados os indicadores estratégicos, revisadas as metas para 2016 e pactuadas metas para o ano de 2017.

Ao longo do ano de 2016, o SFB sofreu com a falta de recursos humanos, pois, parte de seus funcionários deixaram o órgão ao longo do ano de 2015 e 2016 com a mudança do quadro diretor. Ademais, sofreu, ainda, com as restrições de recursos, pois em que pese ter ganhado as novas agendas, em 2015, o recurso advindo dessas novas rubricas era abaixo do valor destinado a estas mesmas rubricas quando pertenciam a outra secretaria do Ministério do Meio Ambiente. E, ainda, o recurso das demais ações sofreu substancial redução ao longo dos últimos anos. Assim, tanto os recursos humanos como os recursos financeiros, que já eram escassos no órgão, tornaram-se proporcionalmente mais escassos ao longo de 2016.

O SFB ainda possui algumas pendências que precisam ser sanadas a fim de que se tenha melhor controle da instituição. A falta de um Regimento Interno e de funções claras e definidas tanto do Conselho Diretor quanto das Gerências do órgão é algo que ainda causa dificuldades a realização das atividades do órgão e que não foi sanado ao longo de 2016, em decorrência da necessidade de definição de um Regimento primeiro para o MMA, para que pudéssemos fazer o Regimento do SFB em consonância com o elaborado pelo MMA. Dessa forma, o SFB tem aguardado as definições de estrutura interna e corte de pessoal que serão realizadas pelo MMA ao longo de 2017, para então dar início a elaboração de seu próprio Regimento Interno.

Para o ano de 2017, espera-se que se dê continuidade ao Planejamento Estratégico do órgão, passando a monitorar e acompanhar os indicadores de forma mais eficaz. Ademais, uma vez definida a nova estrutura do MMA, espera-se o comprometimento do Conselho Diretor e das diversas gerências do órgão na elaboração e implementação do Regimento Interno da Instituição.

2- Visão geral da Unidade Prestadora de Contas

2.1- Identificação da unidade

SFB

Serviço Florestal Brasileiro

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério do Meio Ambiente	Código SIORG: 44102	
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: órgão	CNPJ: 37.115.375/008-83	
Principal atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação do meio ambiente.	Código CNAE: 8412-4	
Código SIORG: 44102	Código LOA: 44102	Código SIAFI: 44102
Contatos		
Telefones/fax: 61 2028- 7258/ 7274		
Endereço postal: Serviço Florestal Brasileiro, SCEN, Trecho 2, Bl. H, 70818-900 - Brasília - DF		
Endereço eletrônico: info@florestal.gov.br		
Página na internet: http://www.florestal.gov.br/		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada							
Nome		SIAFI	Nome		SIAFI		
Serviço Brasileiro	Florestal	440075	Projeto Cerrado	FIP/BID – INF	440115		
Setorial Orçamentária Financeira – SFB	Prog. e	440088	Projeto Cerrado Exterior	FIP/BID – IFN	440118		
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração SPOA/MMA	de	440001	KFW – Serviço Brasileiro	Florestal	440110		
KFW – Serviço Brasileiro	Florestal	440112	Fundo Amazônia – Serviço Florestal Brasileiro		40114		
ITTO – OINT/ Organização Internacional de Mad. Tropical		440056	FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal		440094		

Identificação dos administradores			
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Diretor-Geral	Raimundo Deusdará Filho	152.129.713-49	25/03/2015 – até o momento
Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento	Marcus Vinícius da Silva Alves	308.107.281-68	19/05/2010 – até o momento
Diretor de Pesquisa e Informações Florestais	Joberto Veloso de Freitas	150.262.992-53	19/08/2011 – até o momento

Diretor de Fomento e Inclusão Florestal	Carlos Eduardo Portella Sturm	037.227.557-51	09/06/2015 – até o momento	o
Diretor de Administração e Finanças	César Soares dos Santos	195.608.854-72	15/04/2015 – 19/06/2016	–
Diretor de Administração e Finanças	Samir Jorge Murad	206.638.383-04	20/06/2016 – até o momento.	o
Substitutos				
Substituto - Diretor Geral	César Soares dos Santos	195.608.854-72	15/04/2015 – 19/06/2016	–
Substituto - Diretor Geral	Angelo Ramalho	352.012.234-00	24/06/2016 – até o momento.	o
Substituto - Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento	José Humberto Chaves	970.422.006-59	06/03/2012 – até o momento.	o
Substituto - Diretor de Pesquisa e Informações Florestais	Cláudia Maria Mello Rosa	261.786.211-91	23/12/2015 – até o momento	o
Substituto - Diretor de Fomento e Inclusão	Pedro de Almeida Salles	890.961001-82	01/10/2015 – 30/01/2017	–
Substituta - Diretor de Fomento e Inclusão	Janaína de Almeida Rocha	006.316.065-05	24/02/2017 – até o momento.	o
Substituto - Diretor de Administração e Finanças	Flávia Duarte Nascimento	711.756.281-15	17/07/2015 – 23/02/2016	–
Substituto - Diretor de Administração e Finanças	Ivana Colvara de Sousa	340.061.336-34	08/06/2016 – até o momento.	o

2.2- Finalidade e competências institucionais

Missão	Visão de futuro	Valores
Promover o conhecimento, o uso sustentável e a ampliação da cobertura florestal, tornando a agenda florestal estratégica para a economia do país.	Ser o órgão de excelência na gestão de florestas no Brasil.	<p>Transparência: disponibilizar e comunicar informações, decisões, ações e resultados de forma acessível, frequente e clara aos seus servidores e à sociedade.</p> <p>Comprometimento: agir com dedicação, proatividade e engajamento.</p> <p>Inteligência institucional: utilizar plenamente o conhecimento consolidado, buscar o aprendizado contínuo, inovar em práticas de gestão pública, respeitar a diversidade de opiniões e valorizar a equipe e as interações organizacionais.</p> <p>Valorização dos conhecimentos tradicionais: reconhecer e valorizar as potencialidades, as tradições e as culturas locais.</p> <p>Participação social e cooperação: promover oportunidades de interação e ampla participação norteadas pelo interesse público.</p>

Normas da UJ	
Norma	Endereço para acesso
Lei Nº 11.284/2006	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm
Decreto 6.063/2007	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6063.htm
Decreto 6.101/2007	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6101.htm
Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
Decreto Nº 7.830, de 17 de outubro de 2012	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm
Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	Não está na internet
Planejamento estratégico	Não está na internet
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	Não está na internet
Organograma	http://www.florestal.gov.br/menu-horizontal-de-internet/institucional/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=803

2.3- Ambiente de atuação

2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, é o órgão gestor das florestas públicas federais. O SFB compõe a estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo um órgão colegiado, com autonomia administrativa e financeira conferidas por Contrato de Gestão e de Desempenho (art. 67, Lei 11.284/06).

A Lei de criação do Serviço Florestal estabeleceu para a instituição uma série de competências, entre elas:

- Gerir as florestas públicas federais;
- Disciplinar, operacionalizar e gerir as concessões florestais;
- Realizar o Inventário Florestal Nacional (IFN);
- Gerir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF);
- Elaborar o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF);
- Gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP);
- Apoiar a criação e a gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais;
- Promover o desenvolvimento das atividades de base florestal;
- Criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF);
- Apoiar e realizar pesquisas florestais.

Assim, a partir de suas atribuições legais e seu papel na gestão das florestas públicas federais, o SFB centrou esforços na implementação das concessões florestais, tendo se destacado ainda por outras agendas estratégicas como o Inventário Nacional Florestal Nacional, ações de pesquisa florestal, manejo e inclusão social.

Adicionalmente ao seu escopo de atuação previsto em Lei, em 2014, novas atribuições foram designadas pelo MMA ao SFB, destacando-se principalmente a implementação da Lei nº 12.605/2012 (Código Florestal) e seus instrumentos, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Formalmente, a delegação das referidas competências ao Serviço Florestal não se materializou em normativos, salvo pela Instrução Normativa MMA nº 3, de 18/12/2014 (DOU de 19/12/2014), a qual instituiu a Política de Integração e Segurança da Informação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SiCAR. Na referida IN, em sua Seção V, há a definição das competências do Serviço Florestal Brasileiro em relação ao SiCar, especialmente a sua atuação na gestão do Sistema.

A agenda de implementação do novo Código, em especial o Cadastro Ambiental Rural, configura-se como uma oportunidade para a política florestal e também um grande desafio para a agenda, dada a complexidade e os arranjos institucionais necessários para sua efetividade. A partir das novas atribuições delegadas ao SFB, seu quadro de competências passou a incluir:

- gerir o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SiCAR;
- coordenar, no âmbito federal, a implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR junto às unidades da Federação, visando à adequação e à regularização ambiental de imóveis rurais;
- promover a implantação dos Programas de Regularização Ambiental – PRAs;
- Coordenar a implantação e articular o funcionamento dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas - CRADs, em consonância com os Programas de Regularização Ambiental - PRAs e de centros de produção e distribuição de sementes e mudas, em consonância com o Programa Mais Ambiente Brasil;
- Gerenciar a emissão, o registro, e a comercialização das Cotas de Reserva Ambiental - CRAs.

Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro, instituição reconhecida pela implementação de uma agenda florestal positiva no país, e tida como ponto focal para a interlocução com o setor florestal, possui atualmente um quadro amplo de competências e atribuições, as quais demonstram o comprometimento e o reforço da política florestal no Brasil.

2.3.2-Atuação das Unidades Regionais nas Agendas Estratégicas do SFB:

Unidade Regional Sul

Descrição:

A URSUL, cuja jurisdição abrange os estados do PR, SC, RS e SP, atua em parceria com instituições públicas e privadas das esferas federais, estaduais e municipais, desenvolvendo as seguintes atividades relacionadas à implantação das agendas estratégicas da região:

1. Disponibilizar informações sobre as florestas plantadas através da Publicação do Mapeamento dos plantios florestais do Paraná e Publicação do Relatório sobre a Análise da vulnerabilidade de espécies florestais
2. Estimular ações do manejo florestal comunitário sustentável através da elaboração de proposta de Plano de Manejo Florestal Sustentável não-madeireiro da cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*)
3. Apoiar o ICMBIO nas FLONAS da Região Sul e São Paulo
4. Representar o SFB nos fóruns locais, como ZEE-PR e GT da Araucária (SEMA/PR), além de atuação nos Conselhos Consultivos de FLONAS.

Atividades desenvolvidas por Agenda Estratégica:

No que diz respeito às agendas estratégicas do Serviço Florestal Brasileiro, a URSUL desempenha basicamente atividades relacionadas ao Manejo Florestal Sustentável e as Informações Florestais.

Adversidades

As adversidades encontradas pela URSUL permanecem:

1. Falta de clareza das atribuições da URSUL
2. Falta de integração entre as gerências (sede) e a URSUL
3. Indefinição da situação institucional do SFB e da URSUL
4. Sobreposição de competências (MMA, ICMBIO, MAPA, IBAMA, SFB)
5. Falta de integração entre os sistemas no âmbito do MMA (SISPP, SNIF, REDEMAP, etc)
6. Ausência de Chefia na URSUL e ausência de DAS

Formas de enfrentamento dos Riscos e Adversidades:

1. Tratativas para aproximar a URSUL com a sede
2. Envio de propostas de trabalho, solicitando o apoio institucional para a condução dos projetos
3. Articulação de atividades com instituições parceiras para fortalecer a agenda positiva da instituição

Unidade Regional Purus Madeira

Descrição:

A Unidade Regional Purus Madeira – URPM - tem por objetivo representar o Serviço Florestal Brasileiro nos Estados de Rondônia, Acre e sudoeste do Amazonas, além de atuar no suporte e na execução direta das atividades das gerências executivas do SFB, bem como das demandas diversas da diretoria geral do órgão. A URPM realiza, precipuamente, articulação com as diversas instituições regionais governamentais e não governamentais com o intuito de promover o conhecimento, o uso sustentável, ampliação da cobertura florestal para fortalecer o desenvolvimento florestal sustentável na Amazônia, bem como buscar o ambiente de legalidade no entorno das concessões.

Atividades desenvolvidas por Agenda Estratégica:

Com relação à agenda estratégica de concessões florestais, a URPM realiza o monitoramento presencial de quatro contratos de concessão florestal: dois contratos na Floresta Nacional do Jamari e dois na de Jacundá, conforme orientação e direcionamentos da Gerencia Executiva de Monitoramento e Auditorias Florestais - GEMAF.

No âmbito estadual, o SFB possui um Acordo de Cooperação Técnica – ACT – com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM que tem como objetivo fortalecer a gestão

ambiental no estado. Neste contexto, a URPM atua junto àquela Secretaria de forma a disponibilizar informações acerca de possíveis Concessões Florestais Estaduais e dessa forma contribuir para a disponibilização de produtos florestais madeireiros sustentáveis para a sociedade e para o fortalecimento da atuação florestal estadual.

A atuação no apoio logístico na preparação e realização do Inventário Florestal Nacional – IFN - em Rondônia e parte de Mato Grosso, bem como na atuação no controle de qualidade das amostras do IFN se presta a colaborar com as ações da Diretoria de Informações na disponibilização de informações relevantes para a elaboração de políticas públicas adequadas para a região.

Com a criação de novas Unidades de Conservação de Uso Sustentável na região de Apuí, na BR-230, Transamazônica, com a atuação direta da URPM. Cerca de dois milhões de hectares já estão disponibilizados para o uso sustentável de suas florestas.

Com isso, a URPM está atuando no monitoramento remoto das duas Florestas Nacionais sob concessão na área de atuação da URPM: do Jamari e de Jacundá, principalmente no entorno das Unidades de Manejo Florestal. A atividade é realizada por meio do sensoriamento remoto adotando a metodologia da Detecção da Exploração Seletiva de Madeira – DETEX, desenvolvido pelo INPE. Os relatórios gerados por este monitoramento servem para manter informadas a Gerencia Executiva de Monitoramento e Auditorias, bem como ao ICMBio.

A URPM realiza, precipuamente, articulação com as diversas instituições regionais governamentais e não governamentais com o intuito de promover o conhecimento, o uso sustentável, ampliação da cobertura florestal para fortalecer o desenvolvimento florestal sustentável na Amazônia, bem como buscar o ambiente de legalidade no entorno das concessões mantendo parceria com o ICMBio, o Ibama, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, o Batalhão de Polícia Ambiental.

A participação da URPM contempla ainda, no âmbito da Gerencia Executiva de Concessões Florestais – GECOF -, na representação do SFB nos sete Conselhos Consultivos das Florestas Nacionais – Flona - na área de atuação da Unidade: Flona do Jamari, Flona de Jacundá, Flona de Humaitá, Flona de Balata Tufari, Flona do Jatuarana, Flona do Macauã e Flona de São Francisco. A atuação nos Conselhos Consultivos trata de assuntos relacionados às Concessões Florestais como da possibilidade de realização do manejo florestal não madeireiro pelas comunidades que se utilizam dessas áreas, conforme preconizam as legislações pertinentes.

Adversidades

Com a redução das reuniões presenciais, entre as Unidades Regionais e as gerencias executivas, bem como com o conselho diretivo do órgão, que ocorriam a cada quatro meses, a atuação frente ao direcionamento das agendas estratégicas ficou aquém dos anos anteriores. A atuação próxima às gerencias também não está sendo facilitada pelo sistema de comunicação adotado pelo SFB em 2015 que substituiu as reuniões presenciais. O sistema de comunicação ainda é falho. Com isto, as reuniões bilaterais, as palestras realizadas na sede do SFB, bem como treinamentos e capacitações não puderam ser transmitidos em tempo real.

Os treinamentos fornecidos e possibilitados à equipe da URPM são raros e os treinamentos presenciais junto com os demais servidores do SFB permanece inexistente.

Formas de enfrentamento dos Riscos e Adversidades:

A chefia da Unidade Regional determina que todos os seus servidores tenham um contato direto com os demais servidores das gerencias executivas e centros especializados do SFB para que desta forma, possa dirimir as adversidades citadas acima, e como forma a adquirir conhecimento sobre as rotinas e procedimentos para realizar adequadamente as suas atividades. Adicionalmente, incentiva a realização de capacitações e treinamento pelo modelo EaD, bem como busca parceiras com a ENAP/IFRO, SIPAM, ICMBio, Universidade Federal de Rondônia para treinamentos presenciais.

Unidade Regional do DFS da BR – 163

Descrição:

A Unidade Regional do DFS da BR – 163 foi criada em 2006 e está localizada na região oeste do Estado do Pará, compreendendo a área que se estende de Santarém até Castelo dos Sonhos, no eixo da rodovia BR 163 (Cuiabá - Santarém), e de Jacareacanga a Trairão no eixo da rodovia BR 230 (Transamazônica). O Distrito Florestal Sustentável - DFS é um complexo geoeconômico e social estabelecido com a finalidade de definir territórios onde se processa a implementação de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento integrado com atividades de base florestal.

No exercício de sua competência, a unidade regional atende as demandas formuladas em consonância com as Diretorias e Gerências Executivas previstas no Planejamento Estratégico do Serviço Florestal Brasileiro, incluindo diversas atividades que subsidiam a implementação das ações que são de competência do órgão para efetivação da política florestal, especificamente, neste caso, no Distrito Florestal Sustentável da BR 163.

Atividades desenvolvidas por Agenda Estratégica:

Em 2016 a UR BR-163 participou de oficinas em Manejo Florestal e de capacitação. Realizou, ainda, visitas a várias comunidades com o objetivo de prestar esclarecimento a essas comunidades a respeito do processo de Concessão Florestal, bem como sobre as técnicas Manejo Florestal de Impacto Reduzido e seus benefícios;

Realizou estudos de viabilidade econômica, em conjunto com algumas comunidades, cujo objetivo é permitir a realização de planos de manejo florestal sustentável.

A UR BR 163 permanece participando das Reuniões de Conselhos Consultivos de Flonas e Conselhos Deliberativos de Resex's Tapajós Arapiuns, da Flona de Pau-Rosa, da Floresta Nacional de Saracá-Taquera e da Reserva Biológica do rio Trombetas, da Flona de Caxiuanã, da Resex Verde para Sempre e da Flona do Tapajós.

Adversidades

1. Ausência de regimento interno do SFB, não definido claramente o papel das URs;
2. Fluxo de informações Sede-URs insuficiente e falho;
3. Algumas atividades da UR são pontuais e geradas por demanda eventual;
4. Indefinição do papel das URs no processo de planejamento anual.

Formas de enfrentamento dos Riscos e Adversidades:

Realizar reuniões de planejamento anual envolvendo as URs, gerências e diretorias para execução conjunta dos objetivos institucionais.

Unidade Regional Nordeste

Descrição:

A Unidade Regional Nordeste, com sede em Natal-RN, apoia as ações do SFB na Região Nordeste por meio da fiscalização e monitoramento de contratos administrativos, pela produção de informações sobre o setor florestal em nível regional, e, pela articulação com outras instituições (públicas ou privadas) que desenvolvam projetos e ações relacionados ao setor florestal.

Atividades desenvolvidas por Agenda Estratégica:

No que diz respeito às áreas sob manejo florestal sustentável, a URNE permanece apoiando as atividades de fomento florestal promovidas pela Gerência de Fomento Florestal e Gerência de Florestas Comunitárias atuando na fiscalização dos contratos de fomento ao manejo florestal comunitário na Caatinga.

A URNE participa também das ações de fomento à cadeia da restauração florestal e uso sustentável no Bioma Mata Atlântica, por meio da participação direta no PROGRAMA ARBORETUM; executando a Coordenação Técnica do programa, cursos de capacitação para coletores de sementes, estruturação de viveiros comunitários, cadastramento de coletores de sementes e viveiros no RENASEM.

Adversidades

As principais adversidades encontradas são as restrições de gastos com diárias e passagens, necessários ao custeio das viagens dos técnicos para monitoria de contratos, participação em eventos e reuniões institucionais entre as URs e a sede e capacitação da equipe.

Restrição orçamentária para a realização de eventos regionais.

Reduzida equipe técnica e ausência de pessoal administrativo lotados na Base Avançada de Teixeira de Freitas-BA.

Todas estas adversidades apontadas em 2015, permanecem inalteradas no ano de 2016. Ademais, a URNE se enfraqueceu com o falecimento do então chefe da URNE, e com isso a perda permanente do cargo de DAS 101.4.

Formas de enfrentamento dos Riscos e Adversidades:

Planejamento e coordenação das ações com a sede e parcerias com outros órgãos públicos.

3- *Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional*

3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

3.1.1- Objetivo 1 - Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais

i. Descrição

Descrição geral	
O SFB buscará ampliar e diversificar a oferta de madeira e de outros produtos florestais por intermédio do manejo florestal sustentável, em especial as concessões florestais, contribuindo para a eliminação da exploração madeireira ilegal e para a redução da degradação florestal e do desmatamento.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A Diretoria de Fomento e Inclusão, no exercício de 2016 realizou ações envolvendo atividades florestais sustentáveis e Cadastro Ambiental Rural de mais de 21.000 famílias de agricultores familiares, comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária, a partir da execução de 08 (oito) contratos de prestação de Assistência Técnica Rural e apoio à estruturação de gestão de projetos comunitários para execução do Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Foram apoiadas comunidades na Caatinga, Cerrado e Amazônia, totalizando aproximadamente 11.309 pessoas beneficiadas pela execução do planejado nos PO 0002 e 0003 da Ação 20WA. O exercício das atividades de manejo florestal comunitário e familiar, no Cerrado, priorizou a ampliação e diversificação da produção e comercialização de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros. Na Caatinga o foco em 2016 foi manejo florestal madeireiro com finalidade de aproveitamento energético de recursos naturais renováveis e inscrição no CAR de agricultores familiares e territórios quilombolas na região do Semiárido. Na Amazônia, o trabalho foi voltado para qualificação da Assistência Técnica Rural para Atividades de manejo florestal comunitário e familiar de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros.

No âmbito do apoio à inovação no uso de madeira nativa, um tema priorizado no Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR/FNDF) de 2016 foi a promoção do uso de espécies florestais pouco conhecidas e com alto potencial de uso madeireiro, de forma a reduzir a pressão sobre as espécies tradicionalmente mais procuradas pelo mercado, ou seja, mais exploradas e em alguns casos ameaçadas de extinção. Em parceria com Laboratório de Produtos Florestais (LPF), do Serviço Florestal Brasileiro, foi apoiado o Prêmio Madeiras Alternativas, capitaneado pelo Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves/RS – Sindmóveis. Esta ação teve como intuito valorizar a imensa diversidade de espécies brasileiras e contribuir para a divulgação, valorização e o uso sustentável destas espécies.

O vencedor da categoria “Móveis com Madeiras Alternativas”, pela criação da peça banco Sela, foi premiado com o custeio completo e monitoria pela equipe da Unidade Regional do SFB de Porto Velho-RO em visita técnica a uma área sob concessão florestal em Rondônia. Foram roteiro da visita do prêmio uma Unidade de Manejo Florestal (UMF), na área de

concessão da empresa AMATA Florestal na Flona do Jamari, e serrarias da AMATA Florestal e da Madeflona, ambas em Itapoã do Oeste-RO. A visita técnica, promovida como parte do prêmio Madeiras Alternativas, contou com ciclo completo desde o planejamento e execução do Manejo Florestal até o processamento da madeira. O prêmio foi custeado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF - como parte da ação planejada com o LPF para a promoção das madeiras alternativas e do trabalho com manejo florestal executado em áreas sob regime de concessão florestal.

Contribuem também para a execução desse objetivo as concessões florestais. A tabela abaixo exhibe o volume total transportado para fora das Unidades de Manejo Florestal pelos concessionários florestais e o valor total arrecadado no período de janeiro a dezembro de 2016.

Tabela 1 - Volume total transportado e valor arrecadado com as concessões florestais em 2016.

Flona	UMF	Empresa	Transportado (m ³) ¹	Valor arrecadado (R\$) ²
Jamari	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	6.361,38	184.021,73
	III	Amata S/A	25.430,74	1.417.694,44
Total Jamari			31.792,12	1.601.716,17
Saracá-Taquera	II	Ebata Produtos Florestais Ltda.	26.069,90	2.782.044,05
	III	Golf Indústria, Com. e Export. Madeiras Ltda.	15.301,53	724.489,32
Total Saracá-Taquera			41.371,43	3.506.533,37
Jacundá	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	21.272,30	1.974.237,30
	II	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	12.814,13	1.155.465,25
Total Jacundá			34.086,42	3.129.702,55
Saracá-Taquera Lote Sul	IA	Ebata Produtos Florestais Ltda.	10.800,24	38.897,01
	IB	Samise Indústria, Comércio e Exportação Ltda.	36.107,00	373.294,74
Total Saracá-Taquera Lote Sul			46.907,24	412.191,75
Altamira	II	RRX – Mineração e Serviços Ltda – EPP	832,94	-
	III	Patauá Florestal Ltda - SPE	12.126,43	99.744,51
Total Altamira			12.959,37	99.744,51
TOTAL			167.116,59	8.749.888,35

¹ O volume indicado na coluna “Transportado” é referente àquele transportado pelos concessionários no período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

² Os valores indicados na coluna “Valor Arrecadado” são referentes àqueles recolhidos em favor da União no período de 01/01/2016 a 31/12/2016

Como avanço na oferta de produtos florestais, quando comparados os anos de 2015 e 2016, destaca-se o início das operações florestais na Flona de Altamira pelas concessionárias florestais RRX – Mineração e Serviços Ltda – EPP e Patauí Florestal Ltda – SPE no segundo semestre do ano.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2016.

No que diz respeito ao Manejo Florestal Comunitário, as atividades estavam inicialmente previstas no Plano Orçamentário 0002 - Apoio a projetos de desenvolvimento florestal sustentável – e no Plano Orçamentário 0003 - Apoio ao manejo florestal comunitário e familiar - da Ação Orçamentária 20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar, prevista na Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA 2016). Diante das metas inicialmente previstas, foram apoiadas 9 (nove) iniciativas, totalizando 90% da meta planejada. Essa diferença entre o planejado (10) e o executado (9) foi resultado do ajuste da metodologia de monitoramento e contabilidade das iniciativas pela gerência executiva para o PO 0002, separando o monitoramento das ações executadas para apoio a projetos e capacitação, evitando dessa forma sobreposição na apresentação de resultados ou duplicidade de contagem. Os sete contratos vigentes para o PO 0002, mais um contrato e um Termo de Execução Descentralizada executados no PO 0003 abrangem atividades de 57 (cinquenta e sete projetos em assentamentos da reforma agrária), sendo 42 (quarenta e dois) assistidos por recursos do PO 0002 – Ação 20WA -, 15 pelo PO 0003 – Ação 20WA e 06 (seis) comunidades ribeirinhas na Reserva Extrativista Verde Para Sempre. Quando comparados aos resultados expressos no ano de 2015, os resultados de 2016 apresentam acréscimo de execução em todos os elementos previstos nos indicadores.

As instituições contratadas apresentaram produtos de alta qualidade e com aplicação centrada no desenvolvimento florestal, promovendo assistência técnica e geração de renda a partir do manejo florestal para famílias de comunidades na Amazônia e na Caatinga. Foram apoiadas iniciativas de aprimoramento técnico da mão de obra local para o manejo florestal, de apoio à gestão de cooperativas e associações e serviços de assistência técnica de inventário florestal e de planejamento e execução de colheita e comercialização de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros. Ações de licenciamento ambiental da atividade florestal (comercialização de madeira) e prospecção de mercados, para o produto florestal licenciado também foram foco das atividades executadas pelos projetos apoiados pelo FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal em 2016.

Quanto à execução dos contratos referentes ao apoio à realização do Cadastro Ambiental Rural no Semiárido Brasileiro, além do atendimento para realização do CAR e mapeamento das feições ambientais dos imóveis rurais de mais de 20 mil famílias de agricultores familiares e quilombolas no exercício de 2016, foi possível identificar melhorias pertinentes ao atendimento ao público de povos e comunidades tradicionais (PCT) a partir da melhoria do módulo de inscrição do SICAR para PCT, visando atender e abarcar as descrições das especificidades destes povos, de maneira a enriquecer e detalhar o banco de dados acerca da ocupação e uso do solo que estas comunidades exercem no Brasil.

No que diz respeito à concessão florestal, essa visa garantir a manutenção da cobertura vegetal das florestas, conciliando sua conservação com o desenvolvimento socioeconômico por meio de um instrumento de incentivo à produção sustentável de madeira tropical.

As concessões de áreas de florestas federais para manejo florestal trazem benefícios econômicos para a população e governos dos municípios e estados que abrigam as Unidades de Manejo Florestal (UMFs), governo federal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e para todos os setores produtivos direta e indiretamente envolvidos com a economia florestal.

No que se refere ao desenvolvimento socioeconômico da região, pode-se mencionar ainda a melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno, o estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas, além da criação de empregos e a geração de renda.

O Brasil possui, atualmente, mais de 1 milhão de hectares de florestas públicas federais concedidas em quatro Florestas Nacionais, nos Estados do Pará e Rondônia: dois contratos na Flona do Jamari (RO), quatro na Flona Saracá-Taquera (PA), dois na Flona de Jacundá (RO), dois na Flona do Crepori (PA), quatro na Flona de Altamira (PA) e três na Flona de Caxiuanã (PA), totalizando 17 contratos de concessão florestal.

Desde 2010, as concessões florestais vêm apresentando aumento da produção (em m³) e, conseqüentemente, aumento da arrecadação de recursos financeiros. Somente entre 2015 e 2016, houve crescimento de mais de 32% no volume transportado e de 23% no valor total arrecadado pelos contratos de concessão florestal vigentes.

ii.c- **Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.**

Figura 1 - Indicadores de Resultado - Objetivo 1



Tabela 2 - Tabela de Indicadores Objetivo 1

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 1.1 - Produção de madeira em tora por meio das concessões	100.000,00	123.626,42	130.000,00	167.116,59	170.000,00
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 1.1 - Produção de madeira em tora por meio das concessões: Esse indicador não estava previsto no antigo mapa estratégico do Serviço Florestal Brasileiro. No entanto, essa já era uma meta apurada dentro da área responsável. Assim, os dados foram trazidos para esse indicador.

Com início da produção na Flona de Altamira no ano de 2016, houve uma ampliação da oferta de produtos madeireiros por meio da concessão florestal. A entrada em produção a UMF IA da Flona de Saracá-Taquera (Lote Sul) também contribuiu para aumentar a produção. Considerando as áreas contratadas nos anos de 2015 e 2016, tem-se a previsão, para 2017, de um aumento no volume estabelecido nesse indicador.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico

Tabela 3 - Orçamento Objetivo 1

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
Ação 20WA/PO 02	211.094	27.285	201.560	324.994	10	0	61	0	Iniciativa Apoiada
Ação 20WA/PO 03	1.030.000	20.000	991.381	20.000	1.000	0	4.049	0	Família Beneficiada
Ação 20WC	7.444.615	578.351	7.387.825	442.094	665.000	0	176.600	-	Hectares de florestas sob concessão

As principais ações relacionadas a esse objetivo consistem na Ação 20WA, Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar, e na Ação 20WC, Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais. No que diz respeito à Ação 20WA, tanto o PO 0002 - Apoio a projetos de desenvolvimento florestal sustentável – quanto o PO 0003 - Apoio ao manejo florestal comunitário e familiar – contribuem para esse objetivo, o que é evidenciado ao longo da análise dos resultados. Com relação à ação 20WC, ambos os POs (Monitoramento e Concessões) estão associados ao objetivo. Quanto à execução orçamentária, é possível perceber que, em ambos os casos, a execução foi superior à 95%, o que representa uma melhora significativa em relação ao ano de 2015, cuja execução ficou próxima a 50%.

No que diz respeito às metas físicas, a execução do PO 0002 da Ação 20WA foi de 610%, bastante acima da meta prevista, devido a diversos acordos que foram realizados ao longo de 2016 e que permitiram essa execução bastante superior. Já a execução física do PO 0003 da mesma Ação foi também bem acima do previsto. No caso da ação 20WC, em 2016, foram assinados os contratos de concessão florestal da Floresta Nacional de Caxiuanã, com total de 176.600,41 ha. Além disso, foi publicado o edital da Flona de Crepori Lote II, com 248.714,10 ha. No entanto, o processo de concessão desse último edital publicado encontra-se parado por decisão judicial. A execução tem ficado aquém do esperado, pois há dependência de entregas de outros órgãos e conflitos fundiários nas áreas de interesse, obstáculos encontrados que atrasam o processo de concessão florestal e dificultam o cumprimento da meta estabelecida. Assim, temos 1.018.671 ha concedidos acumulados até hoje, porém, não conseguimos alcançar a meta física prevista para o ano.

ii.e- Principais desafios para 2017.

A realização da prestação de serviços de assistência técnica para execução de manejo florestal de lenha na Caatinga demonstrou alguns objetivos estruturantes a serem realizados em próximas chamadas e projetos. Inicialmente, o trâmite das atividades que envolvem o licenciamento ambiental do manejo florestal indicou que havia por parte dos OEMAs, justificado pela aplicação do código florestal brasileiro, a exigência do Cadastro Ambiental Rural para as atividades de licenciamento florestal. Dessa forma, quando consultada a base nacional de cadastro ambiental rural ficou evidenciada a decorrente falta de cadastros naquela região do Brasil.

Quanto aos projetos de Manejo Florestal Comunitário já contratados e, nos estados onde os OEMAs exigiram o Cadastro Ambiental Rural como prerrogativa para execução das

atividades florestais licenciáveis nos imóveis rurais, as instituições contratadas procederam a inscrição atuando como cumprimento de demanda para o licenciamento da atividade florestal ou em contato com o INCRA garantiam que os assentamentos teriam, por força da IN 02/2014 os cadastros inscritos na base do SICAR pelo próprio INCRA. Ademais, identificada a necessidade de fomentar a inscrição dos imóveis rurais do semiárido, o Serviço Florestal Brasileiro, a partir do FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e em parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa, realizou a seleção de projetos, por meio do EDITAL FNDF 001/2015, para inscrição de aproximadamente 50 mil famílias no cadastro ambiental rural, atuando com o público prioritário: povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Os contratos para esta iniciativa foram celebrados em dezembro de 2015 e as ações executadas ao longo de 2016.

O principal desafio colocado pelas contratadas envolve o licenciamento ambiental das atividades madeireiras, que será alvo de trabalho da Diretoria de Fomento e Inclusão – DFI -, em 2016, para simplificação dos procedimentos de licenciamento, em atendimento ao estabelecido pelo Código Florestal Brasileiro, o que possivelmente alavancará a disponibilidade de madeira legal no mercado, desacelerando o comércio de material lenhoso sem origem. Nesse contexto, foram executadas seis oficinas de consulta aos principais órgãos licenciadores do Manejo Florestal Comunitário e familiar para diagnóstico dos marcos legais aplicados às atividades, bem como levantamento de possibilidades de simplificação de procedimentos de forma a regulamentar este tema no âmbito do código florestal brasileiro. Em 2016, foi realizado o repasse do FNDF para o FNMA do recurso relativo à execução das atividades do Edital de Recuperação de áreas de preservação permanente em regiões metropolitanas com déficit hídrico. Concomitantemente, foram nomeados os fiscais dos convênios e iniciado o acompanhamento de execução das atividades em campo a partir de 2017.

No que diz respeito às Concessões Florestais, considerando os contratos assinados nos anos de 2015 e 2016, tem-se o seguinte cenário previsto para o ano de 2017:

- Flona de Altamira: As empresas RRX Mineração e Serviços, concessionária da UMF I, e Patauí Florestal, concessionária da UMF IV, deverão iniciar a produção no ano de 2017.

- Flona de Caxiuana: Os contratos relativos às UMFs I e II foram assinados em 2016 pelo concessionário Benevides Madeiras, enquanto o contrato relativo à UMF III foi assinado no mesmo ano pelo concessionário Cemal Comércio Ecológico de Madeiras. Assim, a produção também deve se iniciar em 2017.

- Editais de licitação: Previsão de publicação dos editais de licitação das Flonas do Jamari – Lote II/RO e Itaituba I e II/PA e elaboração dos editais de Amana/PA e Amapá/AP.

Dessa maneira, é esperado um incremento na produção de produtos madeireiros, por meio da concessão florestal, com impacto direto no cumprimento do objetivo “Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais”.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Para o alcance dos resultados propostos nesse este objetivo estratégico, o SFB busca criar um ambiente regulatório mais claro, seguro e, portanto, propício ao aumento da produção. Para tanto, busca realizar atividades tais como publicação de novas resoluções; acompanhamento e atendimento, no que for cabível, de demandas enviadas pelos concessionários e inovações regulatórias nos contratos assinados e publicados no ano de 2016.

O SCC (Sistema de Cadeia de Custódia) passou por melhorias no ano de 2016, sistema este que se constitui em importante ferramenta aos concessionários para o controle e monitoramento da produção, reduzindo os custos regulatórios e de transação, além de, potencialmente, abrir mercados mais exigentes para os produtos madeireiros oriundos das concessões florestais.

Ainda em 2016, foi publicada resolução instituindo o Programa de Incentivo aos Concessionários Florestais (Procof), com objetivo de propiciar aos concessionários florestais condições para cumprimento das obrigações financeiras e continuidade das atividades de manejo florestal.

Cabe ressaltar os dispositivos estabelecidos nos contratos de concessão florestal, tais como cobrança de valor mínimo anual (exigido dos concessionários, independente da produção) e indicadores técnicos de Maior Eficiência, que estimulam a produtividade por parte do concessionário.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Além dos dispositivos citados em item anterior, ressalta-se que o instrumento mais efetivo para incrementar a produção é o aumento da área concedida. Neste contexto, a previsão é que em 2017 sejam lançados os editais de licitação para concessão das Flonas do Jamari/RO e Itaituba/PA, totalizando quase 328 mil hectares e que sejam realizados os estudos necessários para a elaboração dos editais das Flonas de Amana/PA e Amapá/AP (590 mil ha). Serão disponibilizados, ainda, módulos do Sistema de Cadeia de Custódia para uso pelos concessionários no lançamento de informações de campo, atualmente em desenvolvimento pelo SFB.

3.1.2 – Objetivo 2 - Disponibilizar informações e produzir conhecimento sobre as florestas.

i. Descrição

Descrição geral

O Serviço Florestal Brasileiro deverá produzir, consolidar e disponibilizar informações sobre florestas regularmente, no intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor florestal. A instituição dispõe de diferentes mecanismos de coleta e análise de dados para a geração de conhecimento, como no caso do Inventário Florestal Nacional, Cadastro Ambiental Rural, pesquisas e estudos realizados pelo Laboratório de Produtos Florestais, além de estudos econômicos e do mercado madeireiro. As informações e o conhecimento florestal produzidos deverão ser disponibilizadas por meio do Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF.

Responsável Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Compõem esse objetivo a áreas de Pesquisa e Informação e a área responsável pelas atividades relacionadas ao CAR. A área de Pesquisa e Informações subdivide-se em quatro eixos: o Inventário Florestal Nacional - IFN, o Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF, o Cadastro Nacional de Florestas Públicas - CNFP e o Laboratório de Produtos Florestais - LPF.

Com vistas à disponibilização dos resultados do Inventário Florestal Nacional para a sociedade, os dados coletados em campo vêm sendo submetidos a análises de consistência e processados. Até o momento, efetuou-se o processamento dos dados obtidos no Distrito Federal, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Após esta etapa, as informações estão sendo consolidadas em um formato de Relatório com as principais informações reunidas em tópicos de grande interesse nacional e internacional, quais sejam: extensão dos recursos florestais; diversidade biológica dos recursos florestais; saúde e

vitalidade das florestas e estoques das florestas. Também estão sendo analisados e disponibilizados os dados socioambientais e consolidados em um capítulo que trata dos principais aspectos que concernem aos usos e a importância das florestas para as comunidades rurais. Em 2016, concluíram-se as análises referentes ao IFN no Distrito Federal, culminando na publicação de um relatório dos principais resultados e divulgação dos resultados na página do IFN. Também foram concluídas as análises do IFN no Ceará e publicado o relatório dos principais resultados alcançados pelo IFN neste estado.

Além disso, estão disponíveis no sítio do IFN painéis interativos com resultados do IFN no Distrito Federal e no Ceará para conhecimento do público. Nos painéis, podem ser observadas, para cada ponto amostral do IFN, as classes de usos dos solos ocorrentes, quais as espécies botânicas encontradas, os estoques de volume de madeira, biomassa e carbono, bem como os resultados das análises de solos e a ocorrência de erosão e antropismos dentro dos conglomerados.

Ainda em 2016, foi realizado o IV Simpósio Nacional do Inventário Florestal, com objetivo de divulgar informações técnicas e trocar experiências a respeito de temas relacionados. O evento ocorreu em Goiânia (GO), entre os dias 28 de junho e 1º de julho e foi organizado pelo Serviço Florestal Brasileiro em parceria com a Embrapa e a Universidade Federal de Goiás (UFG). O evento contou com mais de 380 participantes entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais da iniciativa pública e privada.

Foi organizado com 11 painéis de sessão plenária e 03 painéis com trabalhos voluntários, além do painel de abertura. Trabalhos voluntários também foram apresentados na sessão de pôsteres. Foram 40 palestras, sendo 11 ministradas por convidados de outros países.

Houve a participação de representantes da Alemanha, Suriname, Peru, Espanha, Colômbia, Costa Rica e França, que trouxeram experiências relacionadas aos Inventários Nacionais de seus países, e aplicações em temas como mudanças climáticas, biodiversidade e carbono, agregando informações aos resultados mais tradicionais dos inventários florestais.

Os temas abordados durante o evento foram: alometria e mensuração florestal, identificação botânica, amostragem e análise estatística, inventários de florestas plantadas, análise de paisagem, inventários florestais contínuos, análise e caracterização da vegetação e ecossistemas, mudanças climáticas, aplicações de resultados de inventários florestais, novas tecnologias em inventários florestais, dimensões sociais dos inventários florestais, avaliação e controle da qualidade em inventários florestais, formação de recursos humanos, sensoriamento remoto. Destacamos as apresentações de resultados do IFN no Ceará, Distrito Federal, Município de Caçador e na Terra Indígena de Mangueirinha, além do segundo ciclo do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina.

O Sistema Nacional de Informações Florestais é disponibilizado à população por meio do site eletrônico www.florestal.gov.br/snif e possui informações sobre diferentes questões florestais subdivididas em três temas principais: Recursos Florestais, Produção Florestal, Ensino e Pesquisa Florestal. Em 2016, as informações florestais foram atualizadas com os dados mais atuais disponíveis. Essas informações são coletadas em diversas instituições governamentais e não governamentais, principalmente IBGE, MEC, MDIC, MCTI, MTE, FSC, Cerflor, Ibá, Ibama, ICMBio e MMA. Algumas informações disponibilizadas, por temas, são:

- Recursos Florestais: área de floresta por bioma, unidades de conservação, terras indígenas, perda de cobertura vegetal, incêndios florestais, espécies florestais, florestas plantadas, estoque das florestas.
- Produção Florestal: extração e produção madeireira e não madeireira, exportação e importação de produtos florestais, emprego no setor florestal, certificação.
- Ensino e Pesquisa Florestal: ensino médio, tecnológico, graduação e pós-graduação na área florestal, institutos de pesquisa, base de teses e dissertações.
- Gestão Florestal: manejo florestal, supressão vegetal, documento de origem florestal, legislação florestal.

Muitas informações estão disponibilizadas por meio de painéis dinâmicos e interativos, elaborados utilizando a ferramenta Tableau: (i) incêndios florestais, (ii) perda da cobertura florestal, (iii) florestas plantadas, (iv) legislação florestal, (v) Cadastro Nacional de Florestas Públicas, (vi) Documento de Origem Florestal, (vii) extração de produtos florestais, (viii) produção florestal, (ix) exportação e importação de produtos florestais, (x) certificação florestal, (xi) pós graduação na área florestal, (xii) graduação em engenharia florestal, (xiii) ensino tecnológico.

Em dezembro de 2016, foram publicados três boletins analíticos com as informações consolidadas sobre Recursos Florestais, Produção Florestal e Ensino e Pesquisa Florestal. Esses boletins estão disponíveis para download no site do SNIF e foram divulgados pelas redes sociais do SFB e do MMA.

Também em 2016 foi finalizado o desenvolvimento do banco de dados para recebimento das informações trabalhadas no SNIF. O sistema desenvolvido pela empresa de software contratada pelo SFB encontrava-se em homologação no final de 2016, com previsão de entrar em produção no primeiro trimestre de 2017.

Ainda em 2016 foram elaborados os relatórios internacionais:

- 1) **Questionário do Setor Florestal 2016** (*Forest Sector Questionnaire*), encaminhado à Organização Internacional de Madeiras Tropicais (*International Tropical Timber Organization* - ITTO). Esse questionário é elaborado anualmente e apresenta informações sobre: a remoção de madeira em tora de florestas naturais e plantadas destinada à indústria e à confecção de combustíveis; a produção do setor florestal (carvão vegetal, cavacos e partículas, resíduos de madeira, madeira serrada, painéis de madeira, laminados, compensados, painel de partículas, OSB, painel de fibras, MDF, polpa de madeira – celulose e papéis); e o comércio (importação e exportação) de madeira por tipo de produto.
- 2) Informe regional **Report on the Situation of Forests on the Amazon Region**, encaminhado à *Organización del Tratado de Cooperación Amazónica* – OTCA. Essa é a primeira edição desse relatório e sua estrutura é baseada no relatório *Forest Resources Assessment*, da FAO.

O LPF/SFB, em parceria com o Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves, organizou o Prêmio “Serviço Florestal Brasileiro/Salão Design Movelsul” de madeiras alternativas, com o intuito de incentivar o uso de madeiras da Região Amazônica. Em 2016, o prêmio foi para o designer Paulo Alves, de São Paulo-SP, com o aparador Mogno, fabricado com mogno africano (*Khaya ivorensis*).

O LPF/SFB realizou ainda, o VI Seminário de Iniciação Científica SFB/CNPq onde apresentou à sociedade os resultados dos projetos de pesquisa dos bolsistas do Programa de Iniciação Científica – PIBIC SFB/CNPq. Ademais, aprovou cinco novos projetos de pesquisa, os quais serão desenvolvidos por seus servidores a partir do ano de 2017 e, com o apoio da Universidade de Brasília – UnB e da Fundação de Tecnologia e Geoprocessamento – Funtec, concebeu e promoveu um curso de extensão denominado “Ciências da Madeira e Tecnologia de Produtos Florestais – Teoria e Prática”.

No que diz respeito ao CAR, a partir de maio de 2015, verificou-se possível empreender um levantamento de dados e informações sobre o CAR em todo o país, utilizando-se os dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. Neste momento, o SFB passou a divulgar boletins mensais sobre o balanço de implantação do CAR em âmbito nacional, atividade possível diante dos avanços relacionados à implantação do SICAR, que disponibilizou ferramenta eficiente de inscrição no CAR e atualmente integra dados de CAR das Unidades da Federação.

Ao todo, foram disponibilizados 12 boletins em 2016, compreendendo informações declaradas no país, por regiões e por Estados da federação, sobre a área, número total de imóveis rurais cadastrados e sobre o perfil desses imóveis (pequenos, médios, grandes). Deste total, 03 boletins compreenderam informações adicionais sobre áreas de remanescentes de

vegetação nativa, de preservação permanente, de reserva legal declaradas nos imóveis cadastrados no CAR, bem como sobre as solicitações de adesão aos Programas de Regularização Ambiental - PRA. Também foi publicado um Atlas dos dados do CAR à época que se completaram 02 anos de cadastramento, em maio de 2016.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2016.

A publicação de relatórios com os principais resultados do Inventário Florestal Nacional no Distrito Federal e no estado do Ceará representou um avanço importante no que diz respeito à entrega de informações consolidadas em temas de grande relevância nacional e internacional do IFN, para a sociedade, bem como um aprendizado e um exercício de compilação de um volume grande de dados em um formato que seja de fácil entendimento aos gestores públicos e privados. Também, o IV Simpósio Nacional de Inventário Florestal com mais de 380 participantes, entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais da iniciativa pública e privada foi um sucesso e comprovou o interesse crescente do público por informações relacionadas aos inventários florestais, desde a sua primeira edição.

Por outro lado, a disponibilização de informações com os resultados do IFN em painéis interativos no site, foi um avanço porque possibilitou a seleção e o arranjo das informações em formatos mais adequados aos interesses de grupos específicos, dependendo dos interesses de cada um.

A geração de informações florestais padronizadas, sistemáticas e atualizadas no âmbito do Sistema Nacional de Informações Florestais representa um subsídio fundamental para a tomada de decisão pelos setores público e privado. Ao reunir e organizar dados coletados de diversas instituições e disponibilizá-los periodicamente no site, o SNIF contribui para o alcance do objetivo de disponibilizar informações e produzir conhecimento sobre as florestas.

Os boletins temáticos publicados representam um avanço, pois são uma compilação de dados e informações disponíveis no Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF), com links para que o usuário acesse painéis interativos. A publicação terá periodicidade anual. O objetivo é facilitar a obtenção e uso destas informações de forma organizada e atualizada por toda a sociedade, inclusive para a formulação e execução de políticas de uso sustentável, conservação e recuperação dos recursos florestais.

O Laboratório de Produtos Florestais – LPF é um centro especializado cujo trabalho está organizado em torno de linhas e projetos de pesquisa que estão em consonância com as diretrizes traçadas pelo Serviço Florestal Brasileiro e com as necessidades da sociedade. O interesse está centrado na preservação, conservação, recuperação e utilização dos recursos florestais. Em sua atuação, o LPF mantém seu foco direcionado para apoiar a exploração florestal sustentável, a valorização dos recursos naturais e o convívio harmonioso entre o homem e o meio ambiente. Das atividades empreendidas no ano de 2016, o Prêmio “Serviço Florestal Brasileiro/Salão Design Movelsul”, foi realizado embora não estivesse proposto no planejamento. Embora não faça parte das Linhas & Temas de Pesquisas do LPF, também está sendo realizado estudo acadêmico no sentido de informar à sociedade sobre custos de edificações em madeira, a partir de projeto anteriormente desenvolvido pelo LPF, visando subsidiar de informações o programa de governo que dispõe sobre a moradia para determinado grupo de renda da Região Norte do Brasil.

Em 2016 o SFB passou a disponibilizar em seu sítio eletrônico (<http://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural/modulo-de-relatorio>) acesso ao Módulo de Relatório Público do SICAR, um ambiente público de consulta de informações agregadas sobre dados declarados desde o início da implantação do CAR, em 06 de maio de 2014, até o último dia do mês anterior ao corrente, em valores absolutos e percentuais, por município, estado ou Brasil, relativos à: quantitativo e área de imóveis rurais cadastrados, em

números totais ou classificados por tipo de imóvel (rural; povos e comunidades tradicionais; assentamentos de reforma agrária) e perfil de imóvel (até 4 módulos fiscais, de 4 a 15 módulos fiscais, maior que 15 módulos fiscais). É possível fazer o download de planilha eletrônica com os resultados da consulta realizada.

ii.c- *Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.*

Figura 2 - Indicadores de resultado - Objetivo 2

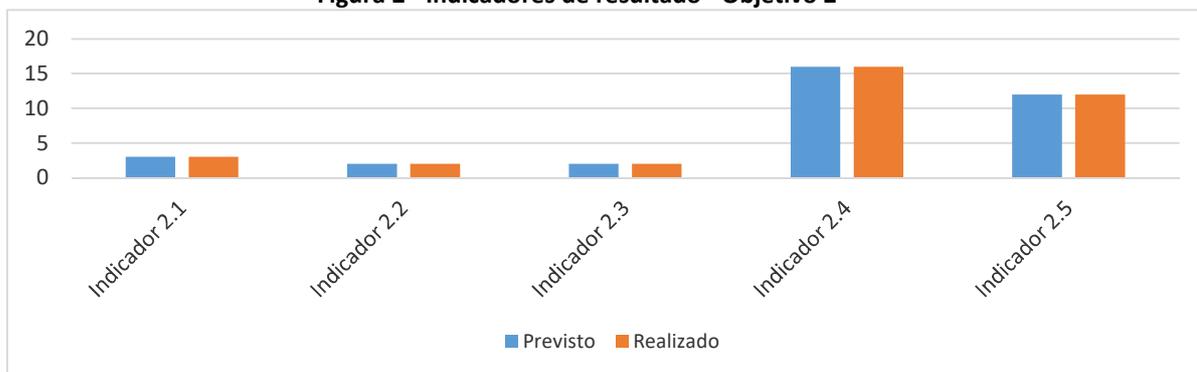


Tabela 4 - Tabela de Indicadores - Objetivo 2

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 2.1 - Boletins/Painés analíticos do SNIF sobre economia florestal disponibilizados no SNIF	3	4	3	3	3
Indicador 2.2 - Relatórios sobre as florestas do Brasil produzidos e disponibilizados no SNIF	1	1	2	2	2
Indicador 2.3 - Relatório do Inventário Florestal Nacional disponibilizado no SNIF	0	0	2	2	3
Indicador 2.4 - Projetos de Pesquisa desenvolvidos	16	20	16	16	20
Indicador 2.5 - Boletim sobre o Cadastro Ambiental Rural publicado	8	8	12	12	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 2.1 - Boletins/Painés analíticos do SNIF publicados e disponibilizados à sociedade (recursos florestais, economia e ensino e pesquisa): A meta de publicação de 3 boletins temáticos com informações consolidadas sobre Recursos Florestais; Produção Florestal e Ensino e Pesquisa Florestal do SNIF foi cumprida com sucesso. Os boletins não tratam somente de economia florestal, mas ampliam este escopo tratando também de temas correlacionados como formação profissional, emprego, renda e recursos florestais. Este sucesso deve-se principalmente à prática em reunião e atualização de informações florestais

da equipe do SFB responsável pelo SNIF e também às informações disponibilizadas por outras instituições brasileiras públicas e privadas, notadamente o IBGE, Ibá, MMA, INPE, SFB, TEM, MIDIC, FSC, INMETRO, MEC, MCTI, CNPq, MPEG, INPA, IPT e EMBRAPA.

Para 2017 está prevista a publicação de três boletins analíticos sobre os mesmos temas dos boletins publicados em 2016, com informações atualizadas.

Indicador 2.2 – Relatórios sobre as florestas do Brasil produzidos e disponibilizados no SNIF: a meta proposta para este indicador foi inicialmente de produção de 3 relatórios sobre as florestas do Brasil e houve uma repactuação da meta para 2 relatórios sobre as florestas do Brasil a ser produzido no período. Assim sendo, a meta foi cumprida com a elaboração e disponibilização de dois relatórios internacionais sobre as florestas brasileiras, quais sejam: Questionário do Setor Florestal 2016 (*Forest Sector Questionnaire*), encaminhado à Organização Internacional de Madeiras Tropicais (*International Tropical Timber Organization - ITTO*) e o *Report on the Situation of Forests on the Amazon Region*, encaminhado à *Organización del Tratado de Cooperación Amazónica – OTCA*. O primeiro está disponibilizado no site do SNIF e o segundo ainda não foi disponibilizado, pois o relatório final da OTCA está dependendo de informações de outros países da Bacia Amazônica, que ainda não enviaram seus relatórios completos.

No ano de 2016, além de todas as atividades desenvolvidas para a geração das informações citadas anteriormente, iniciou-se a execução do Componente 2 (consolidação do SNIF) do projeto *Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado*, financiado pelo Fundo de Investimento em Clima – Programa de Investimento Florestal, que demandou bastante tempo da equipe para a contratação de consultoria para a *Identificação de Informações Prioritárias sobre Gestão Florestal Sustentável do Cerrado e Fortalecimento de Parcerias para o Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF*, que foi efetuada com sucesso e o projeto já está em execução.

Para o ano de 2017 está prevista a publicação do Livro de bolso “Florestas do Brasil em Resumo – 2017”, cujos dados já estão sendo compilados, e do Relatório - Questionário do Setor Florestal 2017 “*Forest Sector Questionnaire*”, que é produzido anualmente e encaminhado à ITTO.

Indicador 2.3 - Relatório do Inventário Florestal Nacional disponibilizado no SNIF: a meta prevista para este indicador foi cumprida com sucesso e dois Relatórios Técnicos foram publicados, conforme explanado anteriormente: “Principais Resultados do Inventário Florestal Nacional no DF” e “Principais Resultados do Inventário Florestal Nacional no Ceará”; ambos disponibilizados no SNIF. Para o Ano de 2017 está prevista a publicação de mais três Relatórios Temáticos com os principais resultados do IFN para os estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, além de um relatório para a Terra Indígena Mangueirinha.

Indicador 2.4 – Projetos de Pesquisa desenvolvidos: o LPF/SFB, aprovou em Comitê Externo, 5 novos projetos de pesquisa, finalizou 5 projetos, e mantém em reprogramação para o ano de 2017 o total de 20 projetos de pesquisa das mais diversas áreas.

Indicador 2.5 – Boletim sobre o Cadastro Ambiental Rural publicado: indicador de monitoramento do objetivo de disponibilização de informações sobre as florestas declaradas no CAR, por meio de boletins mensais a partir do primeiro ano de implantação do cadastro demonstra que obteve-se performance conforme planejado. Para o ano de 2016, pretende-se dar continuidade à divulgação de boletins mensais, totalizando 12 (doze) boletins, com informações sobre o balanço de avanço de cadastramento em todo país, buscando-se conferir maior detalhamento às informações disponibilizadas.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico

Tabela 5 - Orçamento Objetivo 2

Análise orçame ntária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	R A P	Exercício	RAP	
Ação 20WB/ PO 02	1.696.896	41.916	890.920	422.357	10	0	10	-	Espécie Caracterizada.
Ação 20WB/ PO 03	95.000	45.000	94.283	45.000	5 milhões	-	6 milhões	-	Floresta Cadastrada em hectares.
Ação 20WB/ PO 04	354.559	28.960	327.796	28.960	3	-	3	-	Boletim do SNIF publicado.
Ação 20WD/ PO 01	24.352.174	4.182.560	1.280.076	4.885.569	100 milhões	-	-	12 milhões	Área Inventariada (ha)

As ações que contribuem diretamente para esse objetivo são as ações 20WB – Pesquisa e Informações Florestais e a ação 20WD - Inventário Florestal Nacional. No que diz respeito à ação 20WB, contribuem para o objetivo o PO 0002 - Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, o PO 0003 - Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais e o PO 0004 - Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais. Já a ação 20WD possui apenas o PO 0001 - Elaboração e Implantação do Inventário Florestal Nacional, que contribui para a realização desse objetivo. Como mostrado no quadro acima, parte dos POs envolvidos na execução desse objetivo tiveram execução acima de 90%, enquanto parte deles ficou com execução abaixo de 50%. Quanto às metas físicas, percebe-se que apenas a meta prevista para o inventário não foi cumprida. Ao final do ano de 2016 foram atingidos 158.298.763ha inventariados, dos quais 12.620.000 ha foram executados no exercício de 2016. Ao término de 2016 serão assinados contratos com as empresas vencedoras do processo licitatório para realização do IFN em seis lotes do bioma Cerrado. Adicionalmente a esse fato, serão licitados no primeiro semestre de 2017 novos lotes no referido bioma, bem como na região Amazônica.

ii.e- Principais desafios para 2017.

Os principais desafios para o ano de 2017 são a compilação e publicação dos resultados do IFN em mais quatro Relatórios Técnicos sobre os estados de SE, RN, ES, e a Terra Indígena Mangueirinha. Também é necessária a realização de um plano de comunicação para o IFN em todo o Brasil e a organização das bases de dados de forma a tornar possível a análise de dados de mais oito estados para publicação dos resultados em 2018.

No âmbito do Sistema Nacional de Informações Florestais está previsto o lançamento da nova edição do livro Florestas do Brasil em Resumo e as informações disponibilizadas pelo site do SNIF estão em constante atualização e está prevista a migração do atual site para uma nova versão da plataforma *joomla*. Também o sistema SNIF (banco de dados) deve entrar em produção. Além disso, o projeto *Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado*, será executado e como consequência, o desenvolvimento de um módulo do sistema SNIF Cerrado deve ser iniciado.

Para continuar fornecendo informações à sociedade, o LPF conta com o esforço de seu corpo técnico no contínuo aperfeiçoamento profissional. Assim para o exercício de 2017 vislumbra-se a aprovação e disponibilidade de recursos financeiros através do BNDES para projeto técnico de modernização das instalações dos diversos laboratórios de pesquisa, além

da construção de protótipos para estudos de 3 unidades do projeto de Habitação Popular em Madeira.

Para dar continuidade à sua missão de caracterizar tecnologicamente as espécies lenhosas brasileiras, o LPF deverá organizar uma expedição para coletar amostras de madeiras em uma área explorada sob o regime de concessão florestal. O LPF ainda possui previsão de recebimento de recursos oriundos da doação do banco alemão KfW e para isso deve manter atualizadas suas rotinas de solicitação de aquisição de materiais, serviços e equipamentos para garantir a utilização do recurso.

Já no que diz respeito ao CAR, a consecução do planejamento em 2017 depende da consolidação da sala de situação do SICAR no âmbito da DFI, da continuidade do cadastramento de imóveis rurais no CAR por seus proprietários e possuidores rurais, bem como da conclusão dos procedimentos para integração dos dados de CAR dos estados da federação que ainda não o finalizaram. Ademais, o maior desafio em 2017 será conseguir disponibilizar e colocar em operação, como implantação assistida, o módulo de análise do SICAR, para apoio aos Estados na validação da base de dados do SICAR, em pelo menos 10 unidades da federação.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Houve um avanço considerável com relação à análise e disponibilização de resultados do Inventário Florestal Nacional uma vez que foi definido um padrão de Relatório Técnico que será elaborado para todos os estados e publicado dois relatórios neste formato. Além dos dados dinâmicos disponibilizados no site sobre temas específicos, que podem ser consultados por toda a sociedade.

No caso do Sistema Nacional de Informações Florestais houve um avanço no desenvolvimento de um sistema informatizado que receberá todos os dados e entrará em produção no início de 2017. Além disso, outro avanço foi a definição de um padrão e elaboração de boletins analíticos sobre temas de interesse do setor florestal disponibilizados no site. Também foram elaborados os relatórios internacionais de responsabilidade do país sobre florestas e iniciada a execução de um projeto com recursos do Fundo de Investimento em Clima que permitirá o desenvolvimento de um site com informações de apoio às atividades florestais sustentáveis no Cerrado.

Mesmo com dificuldades orçamentárias e financeiras para aquisição de novos equipamentos e modernização das áreas de pesquisa, o LPF/SFB, conta com um corpo técnico muito comprometido com os objetivos da instituição. Dessa forma, foi possível superar as metas previstas para os anos de planejamento, conforme descrito em tópicos anteriores.

Já no que tange ao CAR, a análise de implantação do objetivo de disponibilização de informações sobre as florestas declaradas no CAR aponta para execução das atividades conforme o planejado, tendo sido disponibilizados 12 boletins em 2017, bem como realizada a implantação do ambiente de consulta pública, o que contribuiu para divulgação e disponibilização de informações sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais, nos termos do novo Código Florestal em âmbito nacional.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Como ações para melhoria do desempenho será realizada a organização das bases de dados do IFN em uma única base para possibilitar maior facilidade de análise e disponibilização de informações e a contratação de consultoria para auxiliar nas análises de elaboração de Relatórios Técnicos estaduais. Também será feita a adesão à Ata de registro de preços para o serviço de geoprocessamento, pelo SFB, o que auxiliará nos trabalhos do IFN.

No caso do SNIF, deverá ser alimentado o novo banco de dados para facilitar a reunião das informações de análise dos dados. Também serão contratados consultores para o desenvolvimento de atividades previstas no projeto FIP.

No que diz respeito ao LPF/SFB, há o estímulo de seus servidores ao aprimoramento profissional. No momento, temos 5 analistas ambientais cursando pós graduação (Mestrado), sendo 1 com conclusão de curso agendada para fevereiro de 2017. Ainda no ano de 2016, tivemos a aprovação de mais 1 analista ambiental para Doutorado. Essa é uma das formas de melhoria contínua dos resultados esperados, pois o conhecimento adquirido na academia será difundido e publicado em forma de artigos científicos, para uso da sociedade.

3.1.3 - Objetivo 3 - Ampliar as ações de manejo florestal sustentável, gerando trabalho e renda

i. Descrição

Descrição geral	
A Instituição reforçará suas ações de manejo, de maneira a fomentar atividades florestais sustentáveis, promover a inovação tecnológica no setor e gerar trabalho e renda para as comunidades locais. Entre as áreas de atuação, destacam-se: as concessões florestais, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; assistência técnica, capacitação e extensão florestal.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A concessão florestal federal contribui para o alcance deste objetivo por meio da geração de empregos diretos e indiretos. Porém, a consolidação dos dados referentes à geração de trabalho e renda pelas concessões florestais no ano de 2016 será realizada após a análise pelo SFB da documentação necessária à verificação do cumprimento de indicadores técnicos, conforme artigo 2º, § 1º da Resolução SFB nº 05/2011.

Com relação ao indicador 3.1, destaca-se que o recurso financeiro destinado às comunidades locais das áreas sob concessão florestal é obtido a partir do cumprimento do Indicador Social “Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local”, exigido em todos os contratos de concessão florestal federais. O indicador é caracterizado pelo preço ofertado, durante a licitação, pelo concessionário, em reais por hectare (R\$/ha) de área contratada, e deve ser depositado em conta específica anualmente. O valor é reajustado pelo apostilamento contratual, conforme estabelecido nos contratos de concessão.

O início de cumprimento deste indicador se dá, geralmente, a partir do quarto ano de contrato. Assim, dentre os dezessete contratos de concessão assinados, quatro já estão sendo apurados quanto ao cumprimento do indicador social. O primeiro depósito foi realizado pelos concessionários da Floresta Nacional (Flona) do Jamari, em 2011.

Desta maneira, todos os anos, os valores são reajustados e os comprovantes de depósitos apresentados ao SFB. O repasse aos municípios e comunidades locais ocorre após a apresentação, pelo ente federativo, de um programa de aplicação de recursos aprovado pelo Conselho de Meio Ambiente local. Dessa forma, além do objetivo principal de beneficiar as comunidades locais, tal dispositivo também fortalece os mecanismos de governança locais e empodera politicamente as comunidades perante o poder municipal.

Para as Flonas do Jamari e Saracá-Taquera, foram depositados, no ano de 2016, R\$ 498.429,82, conforme segue:

Investimento em infraestrutura e serviços para a comunidade			
Ano 2016			
Flona	UMF	Concessionário	Valor depositado (R\$)
JAMARI	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	44.830,31
	III	Amata S/A	46.646,10
Total JAMARI			91.476,41
Flona	UMF	Concessionário	Valor depositado (R\$)
SARACÁ-TAQUERA	II	Ebata Produtos Florestais Ltda.	406.953,41
	III	Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	0,00
Total SARACÁ-TAQUERA			406.953,41
Total Geral			498.429,82

A empresa Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda., concessionária da UMF III da Flona Saracá-Taquera, não cumpriu essa cláusula contratual e está sendo cobrada quanto ao depósito do valor do indicador relativo ao ano de 2016. O descumprimento acarretará na aplicação de sanções ao concessionário.

O valor depositado acumulado para este indicador, desde 2011, totaliza R\$ 2.365.293,53, que foram disponibilizados às comunidades locais para solicitação de repasse.

Já no que diz respeito ao apoio ao Manejo Florestal Comunitário, a Diretoria de Fomento e Inclusão, por meio da gerencia de florestas comunitárias e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF executou, durante o ano de 2016, 09 (nove) contratos. Os projetos são contabilizados por cada área com ação de manejo florestal comunitário empreendida e Cadastros Ambientais Rurais realizados a partir do fomento à assistência técnica florestal nesses territórios. Foram executados projetos de apoio ao manejo florestal de produtos madeireiros e não-madeireiros na Caatinga, Cerrado e Amazônia envolvendo assistência técnica, gestão de empreendimentos comunitários, ações de qualificação da mão de obra envolvendo as comunidades locais detentoras ou não de Plano de Manejo Florestal próprio, sempre com o foco de difusão de técnicas e métodos de boas práticas de colheita e beneficiamento de produtos florestais. O aporte financeiro procedido pela DFI em 2016 também envolveu a celebração de um Termo de Execução descentralizada com a Universidade Federal do Pará para realização das atividades de colheita, romaneio e transporte da madeira oriunda do plano de manejo florestal sustentável de seis comunidades ribeirinhas na Unidade de Conservação RESER Verde para Sempre em Porto de Moz-PA.

Os principais desafios indicados nas análises de riscos e desempenho dos projetos são de ordem burocrática e relativa à seleção e adesão do público beneficiário e ao licenciamento e controle ambiental dos PMFS elaborados. A seleção de beneficiários, por ser realizada junto aos órgãos gestores dos territórios, tais como ICMBio e INCRA, recorrentemente é influenciada pelo fator tempo e alteração após início das atividades, ensejando rearranjo de equipes e adequação dos documentos técnicos submetidos.

O licenciamento ambiental destes planos de manejo, por força da Lei complementar 140, desde 2011 é realizado pelos Órgãos ambientais dos Estados, bem como toda a etapa de creditação e controle da movimentação madeireira no sistema nacional de controle da origem florestal - emissor do DOF (Documento de Origem Florestal) é autorizada e monitorada também pelos órgãos estaduais.

A etapa técnica de realização dos inventários florestais, cálculos e elaboração dos planos de manejo florestal sustentável foi executada dentro dos cronogramas previstos nos contratos. As atividades dos contratos com escopo de apoio a gestão de empreendimentos comunitários e comercialização de produtos florestais foram executadas com êxito indicando sucesso superior ao esperado quanto à adesão e demonstração de incremento de autonomia das comunidades envolvidas nas atividades. O incremento de renda das comunidades está em fase de avaliação, considerando que os contratos estão em andamento e que apresentam duração e entrega de produtos até 2017.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2016.

A apuração de emprego e renda gerados pela concessão florestal federal no ano de 2016 ainda não foi concluída pelo SFB. Por meio da tabela abaixo, são demonstrados os últimos dados disponíveis sobre a geração de emprego e renda pelas concessões florestais federais (ano de 2015).

Tabela 6: Empregos gerados pelas concessões florestais federais no ano de 2015:

Flona	UMF	Empregos
Jamari	II	54
	III	86
Saracá-Taquera	II	117
	III	44
Saracá-Taquera Lote Sul	IA	42
	IB	39
Jacundá	I	41
	II	27
TOTAL		450

Quanto ao indicador 3.1, o valor depositado acumulado para o Indicador Social “Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local”, desde 2011, totaliza R\$ 2.365.293,53, que foi disponibilizado às comunidades locais para solicitação de repasse. O repasse aos municípios e comunidades locais somente ocorre após a apresentação, pelo ente federativo, de um programa de aplicação de recursos aprovado pelo Conselho de Meio Ambiente local. O SFB iniciou, em 2015, um processo intenso de comunicação com os governos locais, informando a necessidade de constituição dos Conselhos e da oportunidade de aplicação destes recursos nas necessidades reais e urgentes das comunidades. Como resultado, foram repassados aos municípios os seguintes montantes, relativos ao Indicador Social:

Valores repassados - indicador social		
Município	Valor R\$	Ano de Transferência
Oriximiná/PA	565.791,57	2015
Itapuã do Oeste/RO	412.352,00	2016
Total	978.143,57	

Já as ações de Manejo Florestal Comunitário nos assentamentos de crédito fundiário na Caatinga e a renda gerada por comunidades assistidas com a madeira manejada para fins energéticos contribuem, de acordo com relatórios parciais dos projetos, sendo bastante para o pagamento da prestação do lote em que estão assentadas, por exemplo. Outra externalidade positiva indicada, no âmbito da geração de trabalho e renda dessas comunidades é o fato da atividade de manejo florestal ser uma opção de trabalho no período de estiagem, quando as atividades agropecuárias são bastante reduzidas pela restrição de acesso a recursos hídricos. Dessa forma, o Manejo Florestal Madeireiro de base comunitária na Caatinga apresenta forte viabilidade social e econômica superando inclusive rendimentos com a agricultura para essas comunidades.

As iniciativas realizadas de apoio ao manejo florestal sustentável geraram aproximadamente 60 empregos diretos na execução, considerando os profissionais contratados pelas instituições promotoras das atividades (preferencialmente originários das comunidades assistidas) e os comunitários que foram contratados pelo projeto. A principal iniciativa empregada para os assistidos por estes projetos é a de proporcionar a autonomia e o incremento e renda das comunidades.

Quanto às iniciativas de apoio à realização de Cadastros Ambientais Rurais no Semiárido Brasileiro, o mapeamento dos agricultores familiares e quilombolas em situação de vulnerabilidade considerando inclusive os aspectos edafo-climáticos da região, bem como os diagnósticos procedidos durante a execução dos trabalhos, certamente provocarão o desfecho de novos projetos em apoio à melhoria das condições ambientais e produtivas, bem como da regularização ambiental destes territórios, além de servir como base de dados estratégica para o planejamento de outras políticas públicas para melhoria da qualidade de vida destas comunidades.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 3 - Indicadores de Resultado - Objetivo 3



Tabela 7 - Indicadores de Resultado - Objetivo 3

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 3.1. Recursos financeiros disponibilizados à comunidade local das áreas sob concessão florestal.			747.217,00	498.429,82	763.000,00
Indicador 3.2. Empregos diretos gerados pelas concessões florestais	200	450	200	-	300

Indicador	3.2.	Famílias beneficiadas com o apoio do SFB	250	280	250	21.526	10.000
Legenda		Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme			

Indicador 3.1. Recursos financeiros disponibilizados à comunidade local das áreas sob concessão florestal: esse indicador passou a ser monitorado em 2016, diante da revisão dos indicadores estratégicos do órgão. Ao longo de 2016, foram disponibilizados R\$498.429,82 para as concessões florestais.

Pela primeira vez, no ano de 2016, o concessionário Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda., não apresentou comprovante de depósito quanto ao Indicador Social “Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local” (relativo ao Indicador 3.1). O SFB tem realizado cobranças quanto ao cumprimento do indicador e acompanhado a situação financeira deste concessionário. O descumprimento dessa cláusula contratual acarretará em sanções ao concessionário florestal.

Indicador 3.2 – Empregos diretos gerados pelas concessões florestais: tendo em vista não estarem disponíveis ainda os dados de empregos diretos gerados pelas concessões florestais no ano de 2016, aponta-se neste Relatório os resultados apurados para o ano de 2015, conforme registro na tabela comparativa acima, bem como no item ii.b.

Indicador 3.2. Famílias beneficiadas com o apoio do SFB: Para este indicador, é importante ressaltar que em 2015 a quantidade de famílias beneficiadas superou a meta em 30 famílias ou, seja foi executada 110,7% da meta planejada. Em 2016 a meta foi mantida devido ao contexto da época. No entanto, em 21 de dezembro de 2015 foram contratados os projetos CAR-Semiárido. Dessa forma, a execução do projeto mencionado ampliou de forma muito significativa a execução da meta, gerando resultados muito superiores à meta prevista e abrangendo, apenas em 2016, a assistência a 21.526 famílias. Para 2017, diante disso, a meta foi replanejada para assistência de 10.000 famílias.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico

Tabela 8 - Orçamento Objetivo 3

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
Ação 20WC/PO 02	1.696.896	41.916	890.929	422.357	665.000	-	176.600	-	Área Concedida.
Ação 20WA/PO 03	1.030.000	20.000	991.380	20.000	1.000		4.049		Família Beneficiada.

As principais ações relacionadas a esse objetivo consistem na Ação 20WA, Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar, e na Ação 20WC, Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais. No que diz respeito à Ação 20WA, contribui para o objetivo o PO 0003 - Apoio ao manejo florestal comunitário e familiar – o que é evidenciado ao longo da análise dos resultados desse objetivo. Com relação à ação 20WC, o PO 0002 - Planejamento e Gestão das Concessões Florestais contribui diretamente para a execução do objetivo.

No que diz respeito às metas físicas, a execução física do PO 0003 foi bastante acima do esperado. No caso da ação 20WC, para o ano de 2016, foram assinados os contratos de concessão florestal da Floresta Nacional de Caxiuana, com total de 176.600,41 ha. Além disso, foi publicado o edital da Flona de Crepori Lote II, com 248.714,10 ha. No entanto, o processo

de concessão desse último edital publicado encontra-se parado por decisão judicial. A execução tem ficado aquém do esperado, pois há dependência de entregas de outros órgãos e conflitos fundiários nas áreas de interesse, obstáculos encontrados que atrasam o processo de concessão florestal e dificultam o cumprimento da meta estabelecida.

ii.e- Principais desafios para 2017.

Com o aumento da área de florestas públicas concedidas em nível federal, é esperada melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno e o estímulo à economia formal, com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas.

Espera-se a geração de empregos, investimentos em serviços, infraestrutura, retornos financeiros oriundos do pagamento pelos produtos que foram gerados a partir do manejo florestal sustentável pelos concessionários e demais benefícios garantidos pelo contrato de concessão e pela atividade econômica de base sustentável.

Além disso, o manejo adequado permite o envolvimento das populações locais na tomada de decisões em nível municipal, benefícios sociais como geração de emprego direto pelas concessões, e, somando-se a estes, os empregos indiretos criados a partir da dinamização da economia local.

Quanto ao Indicador Social “Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local” (Indicador 3.1), para o ano de 2017 será iniciada a verificação do cumprimento para quatro contratos de concessão florestal, sendo dois na Flona de Jacundá e dois na Flona de Saracá-Taquera (Lote Sul). Estima-se que serão depositados cerca de R\$ 16.000,00 para a Flona de Jacundá e R\$ 685.000,00 para a Flona de Saracá-Taquera (Lote Sul). Desta maneira, oito contratos de concessão florestal serão monitorados quanto ao cumprimento do Indicador Social.

Para consecução deste objetivo, o SFB continuará apoiando os municípios na constituição dos Conselhos de Meio Ambiente, destacando a estes entes os requisitos de elegibilidade ao repasse, estimulando ainda a participação de comunidades locais nas instâncias municipais de tomada de decisão, assim como o controle social dos investimentos.

Quanto ao apoio ao Manejo Florestal Comunitário, o principal desafio para 2017 é estruturar novas chamadas, com foco no atendimento do código florestal Brasileiro, de forma a prover ao público-alvo os insumos e benefícios salvaguardados pelo marco da mais atual Lei Florestal do Brasil.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

No que diz respeito à geração de empregos pelas concessões, ressalta-se que a apuração referente ao ano de 2016 ainda não ocorreu, dado que o prazo estabelecido nos contratos que tem a exigência de apuração encontra-se em andamento. A apuração para 2015 indica, como esperado, contribuição significativa da concessão florestal federal para geração de emprego e renda nas regiões que abarcam as concessões.

Com relação ao indicador de “Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local” (Indicador 3.1), os concessionários florestais alegaram, no ano de 2016, dificuldades para cumprimento dos compromissos financeiros dos contratos, tendo em vista a situação econômica do país e a instabilidade do mercado florestal. Desta maneira, pela primeira vez, um concessionário não apresentou comprovante de depósito para cumprimento do Indicador Social.

Por outro lado, foram transferidos ao município de Itapuã do Oeste/RO mais de R\$ 400.000,00, indicando que o processo de comunicação com os municípios realizado pelo SFB

está sendo encaminhado corretamente, instigando e dando o suporte necessário aos governos locais para fortalecimento da política pública ambiental local.

Quanto aos resultados referentes ao apoio ao manejo florestal comunitário e familiar, em 2015, a meta foi superada em 30 famílias ou, seja foi executada 110,7% da meta planejada. Em 2016 a meta foi mantida e superada de forma bastante significativa, o que ensejou no replanejamento da meta para 10.000 famílias assistidas em 2017.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

No que diz respeito à geração de empregos pelas concessões, estão previstas, em 2017, o início da exploração florestal em duas UMFs da Flona de Altamira e em três UMFs da Flona de Caxiuanã, que certamente contribuirão para a melhoria do indicador.

Para melhoria no desempenho do cumprimento do Indicador 3.1, o SFB continuará com as ações de monitoramento contratual alinhadas ao acompanhamento do desempenho financeiro dos concessionários frente aos problemas econômicos do mercado florestal, apresentando alternativas de apoio e incentivo aos concessionários, como o Programa de Incentivo aos Concessionários Florestais (Procof), instituído pela Resolução SFB nº 36/2016, publicado no DOU de 22/12/2016, que possibilitou aos concessionários prazos diferenciados de pagamento para o transporte dos produtos florestais oriundos da concessão, para o ano de 2017. O programa exige, como contrapartida a esse alívio momentâneo e extraordinário do fluxo de caixa, o incremento das garantias contratuais prestadas pelos concessionários ao SFB. Assim, não aumenta o risco para a União.

Para que o real impacto esperado do “Indicador 3.1 - Recursos financeiros disponibilizados à comunidade local das áreas sob concessão florestal” ocorra, o SFB continuará oferecendo o suporte necessário aos municípios, de forma que possam finalmente acessar estes recursos e aplicá-los de acordo com a real necessidade das comunidades locais.

Quanto à promoção de ATER pelo SFB, a expectativa é que as iniciativas contratadas serão direcionadas e modeladas para inclusão nos programas oficiais de ATER de forma recorrente até o estabelecimento das culturas florestais a partir das ações de fomento.

3.1.4 - Objetivo 4 - Fomentar a ampliação da cobertura florestal

i. Descrição

Descrição geral

O SFB fomentará a expansão da cobertura vegetal nativa em áreas públicas e privadas visando cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil em acordos internacionais. Os métodos e procedimentos a serem desenvolvidos, pesquisados e fomentados são balizados pelos instrumentos do Código Florestal que promovam a ampliação da cobertura florestal. O SFB promoverá a capacitação na área de plantio de espécies florestais nativas e atuará na execução de ações para estruturação da cadeia produtiva de espécies florestais, especialmente as nativas.

Responsável

Carlos Eduardo Portella Sturm; CPF: 037.227.557-51; Diretor de Fomento e Inclusão

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

No âmbito do Componente 4 do projeto "Gestão Florestal para produção sustentável na Amazônia" (financiado pelo Governo Alemão – KfW), contratou-se em agosto de 2014 a

empresa STCP (contrato 04/2014) para realizar estudo como subsídio à implantação de um centro de silvicultura de espécies nativas na região de Paragominas/PA. O contrato foi dividido em 03 entregas/produtos = 1- Plano de Trabalho com cronograma e metodologia de execução; 2- Cenários da Silvicultura na Região de Paragominas/PA; 3 - Apresentação de 03 (três) Diretrizes/modelos de Gestão para o Centro de Silvicultura de espécies Nativas.

No ano de 2014 estava planejado recebimento dos produtos 1 e 2 referente ao contrato. Houve prorrogação de prazo para o recebimento do produto 2, pois considerando o período de recesso entre 2014 e 2015 muitas instituições importantes o cenário estudado ainda não haviam respondido aos questionários direcionados para elaboração do estudo. Durante o ano de 2015 o SFB recebeu o produto 2 do contrato (em fevereiro) e realizou o pagamento, o produto 2 se refere ao relatório parcial contendo a análise técnica, institucional e econômica para a implementação do Centro de Silvicultura (cenários envolvendo diversas instituições que atuam na silvicultura na região de Paragominas/PA).

Ocorre que o doador internacional (KFW – Alemanha/fonte195) solicitou a readequação dos produtos entregues para a região da BR 163, também no Estado do Pará. Por este motivo o contrato foi analisado, readequado e aditado em prazo em 2015 para vigência até agosto de 2016. Todos os valores executados se referem à execução orçamentária de 2014, pois o produto 2 – que foi o único pagamento liquidado em 2015 – se refere a um atraso de entrega de produto que deveria ser pago em 2014. O Produto 3 será executado em 2016, quando do aditivo do contrato para vigência até agosto de 2016.

Em 2015, o componente 4 do projeto de Gestão Florestal, com financiamento alemão, foi transferido da DPI para a DFI, considerando a sinergia com as ações de fomento à silvicultura de espécies nativas e o desenvolvimento e implantação de iniciativas estruturantes para o Programa de Regularização Ambiental sob a ótica da implantação do código florestal brasileiro.

Como era programado, em 2016, foram realizados seis eventos no âmbito do Projeto. Três cursos aconteceram em Santarém/PA e outros três cursos foram desenvolvidos em Porto Velho/RO e os produtos planejados para o contrato da modelagem de gestão do centro de desenvolvimento florestal sustentável foram concluídos. Está em fase de planejamento a instalação e construção do Centro.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2016.

Em 2016, foram realizados os seis eventos previstos, divididos em três eventos em Santarém/PA e outros três eventos em Porto Velho/RO.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 4 - Indicadores de Resultado - Objetivo 4



Tabela 9 - Indicadores de Resultado - Objetivo 4

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 4.1 – Tecnologias difundida no âmbito do desenvolvimento da silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais.	1	0	1	1	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 4.1 – Tecnologias difundida no âmbito do desenvolvimento da silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais: Esse indicador estava previsto na LOA 2015, porém, como evidenciado nas análises acima, houve problemas no desenvolvimento do projeto para sua implementação, o que impediu a realização da meta física. No ano de 2016 os indicadores serão remodelados de forma a sinalizar as etapas de planejamento e instalação para operação de centros de referência em desenvolvimento florestal, fortalecimento de redes de coletores de sementes e instalação/operação de entrepostos de recebimento, triagem de qualidade, tratamento, armazenamento e distribuição. Para tanto, serão monitoradas e terão indicadores associados à definição de um modelo de gestão e produção para o Centro de Desenvolvimento Florestal da Amazônia – BR 163; o apoio à gestão e expansão do programa *Arborettum* na Mata Atlântica e a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica com o MCTI para instalação de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT) de Desenvolvimento Florestal na região Nordeste.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico

Tabela 10 - Orçamento Objetivo 4

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
Ação 20WB/ PO 01	353.070	158.097	102.833	175.663	1	-	0	-	Projeto Aprovado.
Ação 20WA/ PO 04	338.906	0	338.906	0	1	0		2	Iniciativa apoiada

As atividades empreendidas por este objetivo estão relacionadas às ações que tratam de Silvicultura. São elas a Ação 20WB PO 0001 - Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais e o PO 0004, da Ação 20WA - Expansão da Silvicultura com Espécies Nativas e de Sistemas Agroflorestais -, criado em 2016 para absorver essa agenda. No ano de 2016, optou-se por transferir a agenda da silvicultura para a Ação 20WA e encerrar o PO 0001 da Ação 20WB, uma vez que todas as atividades referentes à agenda foram transferidas para a área responsável pela Ação 20WA. Dessa forma, a partir de 2016, em que pese ainda haver orçamento previsto para a agenda na Ação 20WB, as ações foram realizadas e computadas na Ação 20WA. Assim, a meta física acompanhada e realizada no exercício foi de fato a 20WA. O orçamento executado na Ação 20WB foi referente ao Projeto KFW, Fonte 195. No que diz respeito à execução das metas físicas e do orçamento previsto, percebe-se que foi executada meta física apenas na Ação 20WA.

ii.e- Principais desafios para 2016.

A não realização das metas estabelecidas para 2014 e 2015 não refletem o esforço empreendido pelo SFB para a silvicultura de espécies nativas. A elaboração de diretrizes, projetos e modelos de gestão – que estão sendo realizados pelo SFB – são ações estruturantes que promoverão, à longo prazo, o aumento de área com cobertura florestal. Entretanto, ano a ano, para monitoramento de execução física, orçamentária e financeira, precisam ser remodelados os indicadores a fim de comunicar melhor o esforço empreendido para consecução das metas pactuadas para o objetivo.

O principal desafio indicado para 2017 é a conclusão dos modelos de gestão e implantação do Centro de Referência em Desenvolvimento Florestal da Amazônia na BR 163 em Santarém no Pará e do Centro de Desenvolvimento Florestal da Mata Atlântica – *Arborettum*, em Teixeira de Freitas na Bahia. A partir destes modelos de gestão, serão estruturados os serviços e produtos a serem disponibilizados por esses centros, bem como a estratégia de gestão financeira e executiva para cumprimento da missão de expandir a cobertura vegetal nativa com geração de renda e inclusão social.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Foi programado para o ano de 2016 a difusão de 1 (uma) Tecnologia. Foi realizado 1 difusão que foi o exercício das atividades do Programa *Arborettum*, em Teixeira de Freitas, no sul da Bahia.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Para melhoria da comunicação do desempenho deste indicador, será seguido o planejamento estratégico do Serviço Florestal Brasileiro e do Ministério do Meio Ambiente, e o PPA 2016-2019, que pretende anualmente monitorar entregas estratégicas e estruturantes. As entregas e indicadores estarão organizados de forma a comunicar e promover uma cadeia produtiva profícua e atraente ao mercado rural. Essas entregas vinculam a instalação de centros de referência de tecnologias de expansão da cobertura vegetal nativa, entrepostos de triagem e distribuição e sementes e mudas à demanda mapeada pelo CAR para as áreas do Brasil onde está mais concentrada a demanda por plantio de espécies nativas. A perspectiva é remodelar os indicadores desse componente refletindo as ações estruturantes que estão sendo empreendidas e vinculando-as com a demanda de mercado que será indicada pelas áreas que carecem revegetação, de acordo com o CAR.

A remodelagem conceitual desse objetivo envolve a conexão de: 1- ações de identificação de demanda de revegetação de áreas privadas (imóveis rurais) e públicas (imóveis rurais do poder público e florestas públicas) com, 2- o potencial de áreas-fonte de insumos.

Ações serão empreendidas abrangendo a demarcação de matrizes e a instalação e apoio à gestão e operacionalização de núcleos de coleta de sementes, controle da qualidade de insumos e tecnologias e distribuição de mudas na Mata Atlântica (sul da Bahia) e na Amazônia (sul do Pará), inicialmente.

Este objetivo será norteado pela estruturação da cadeia produtiva de silvicultura nativa abrangendo fonte de insumos, entreposto de triagem e controle de qualidade, produção de mudas e plantios tendo como fonte de insumos (tais como sementes e material propagativo vegetal) as áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais, bem como as reservas legais de imóveis da agricultura familiar. Como destino da tecnologia e insumos de

expansão da cobertura vegetal, desenvolvidos e produzidos, encontram-se os imóveis rurais indicados na base nacional do SICAR com áreas demandantes de recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal.

3.2- Informações sobre a gestão

3.2.1 - Objetivo 05 - Ampliar e qualificar o diálogo com atores estratégicos para a inserção da temática florestal na agenda estratégica do país

i. Descrição

Descrição geral

O SFB deve avaliar e estruturar o diálogo com atores estratégicos, de maneira a estabelecer canais institucionais de interlocução com MMA, órgãos públicos, entidades privadas, academia e sociedade. O diálogo qualificado deve estruturar sistemáticas ágeis e eficientes de comunicação para garantir o envolvimento dos atores necessários à alavancagem da temática florestal na agenda estratégica do país. Dessa forma, será promovida a inserção da temática florestal nas atividades e nos projetos das políticas setoriais para garantir o desenvolvimento sustentável do País.

Responsável Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

No âmbito das ações da Diretoria de Fomento e Inclusão, durante o ano de 2016, foi realizado o processo de Planejamento Plurianual do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAA – PMFCF) para o período 2016-2019, coordenado pelo Comitê Gestor e Secretariado pelo Serviço Florestal Brasileiro. Este planejamento é composto por quatro fases: (i) oficina geral com o comitê gestor do programa para alinhamento e validação dos eixos e resultados do programa para o PPA PMFCF com participação das instituições ou departamentos do MMA e MDA que realizam atividades nesta temática; (ii) reuniões bilaterais de identificação e organização nos resultados esperados do programa definindo as ações, prazos e recursos alocados com cada instituição ou departamento; (iii) oficina de consolidação do PPA PMFCF, e (iv) validação das ações propostas para os resultados esperados do programa. O PPA PMFCF 2016-2019 atuará em 7 (sete) resultados organizados em 4 (quatro) eixos centrais (regularização ambiental e fundiária, fomento ao manejo florestal comunitário e familiar, ampliação da cobertura florestal e articulação e monitoramento).

Além das reuniões realizadas com o comitê gestor (MMA e MDA), foram realizadas as reuniões bilaterais como o Departamento de Extrativismo do MMA e com Departamento de Agregação de Valor do MDA.

No mesmo ano, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, foi continuada a execução das atividades inerentes aos dois Termos de Cooperação com o Fundo Nacional sobre mudanças do clima (FNMC) vigentes, iniciados em 2012 e 2013.

Buscando uma atuação cooperada entre o FNDF e outros fundos relacionados com a área ambiental, foi estabelecida uma parceria entre o FNDF e o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para implementação do Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015 - Apoio às inscrições de imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Ambiental Rural na região do Semiárido; bem como apoio e elaboração do edital, treinamento dos proponentes e seleção de propostas em parceria com o FNMA, o Fundo Sócio

Ambiental da Caixa Econômica Federal (FSA/CEF), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Fundo Clima (FNMC) e o Conselho Federal de Direitos Difusos (ligado ao Ministério da Justiça), para a realização do Edital FNMA nº 01/2015.

O êxito de uma política pública em escala nacional, tal como a efetiva aplicação do Código Florestal partindo da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), depende fundamentalmente de uma estratégia de comunicação eficaz e eficiente, que tenha como objetivo primordial o engajamento dos atores sociais mais importantes, tais como representantes políticos, ativistas, gestores públicos, cientistas, técnicos de mercado e, no caso específico do Brasil, os proprietários e possuidores de imóveis rurais, aos quais cabe, legalmente, a maior parcela de responsabilidade pessoal na implementação dessas políticas.

Como órgão florestal idealizador e gestor do SICAR em nível nacional, o SFB/MMA provê esse sistema, sem ônus, para uso de todos os OEMAs que não desenvolveram sistemas próprios e, ainda, promove a integração de dados com os sistemas próprios de CAR de algumas Unidades da Federação (UFs): Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A agenda de trabalho dos OEMAs inclui também o apoio nas etapas de análise técnica desse cadastro e na implementação dos Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Espera-se que esse modelo se torne ainda mais robusto e eficiente a partir da entrada em cena, como parceiros importantes, das entidades de mercado do setor financeiro nacional, conforme previsto no art. 78-A da Lei nº 12.651/2012 e no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (MCR/BACEN), que passarão a exigir o registro do imóvel rural no SICAR como condição necessária para a concessão de crédito rural aos produtores.

Quanto aos agentes notariais, em particular, os cartórios de registros de imóveis ainda têm um papel definido no próprio Código Florestal, no sentido de emprestar um formalismo fiduciário ao registro das áreas de Reserva Legal localizadas no interior dos imóveis rurais. Esse formalismo também será obrigatório na vinculação dos eventuais excedentes de vegetação nativa em Reserva Legal para efeito de compensação de áreas de florestas, onde os déficits de vegetação nativa em um imóvel rural poderão, opcionalmente, ser compensados com excedentes em outros imóveis rurais localizados no mesmo bioma.

Os órgãos de controle da Administração Pública também são considerados parceiros necessários na aplicação do Código Florestal. Com essa premissa, o SFB/MMA prevê que tanto os órgãos de controle interno como de controle externo deverão, inclusive, acessar o SICAR para monitorar, continuamente, a evolução das atividades relativas ao cadastramento de imóveis rurais, aprovação de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs) e compensação de Reserva Legal – no escopo do Programa de Regularização Ambiental (PRA), emissão de Cotas de Reserva Ambiental (CRA) e, finalmente, no monitoramento e controle do ciclo completo de gestão florestal no País, como ilustrado no mapa de processos.

O Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (SFB/MMA), consciente desse enorme desafio de comunicação em escala nacional, com tantos atores institucionais importantes, está buscando parcerias e diálogos possíveis no contexto da implantação do CAR, tais como:

- a) Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs): são órgãos ambientais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dedicados, ainda que parcialmente, à gestão florestal dentro de seus limites geopolíticos, com atividades exclusivas sob sua responsabilidade, tais como a análise de CAR, emissão de relatórios sobre a situação ambiental de cada imóvel rural e gestão de segurança da informação do CAR, com poderes para inclusão, exclusão e alteração de usuários individuais de seus próprios quadros e liberação de acesso para novos órgãos públicos usuários em nível estadual;
- b) organismos de cooperação financeira internacional: tais como o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), o World Bank for Reconstruction and Development (IBRD), o Banco Mundial) e o Department of Environment and Rural Affairs of the United

-
- Kingdom (DEFRA/UK), para financiamento de projetos (mediante empréstimos e doações);
- c) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): como órgão financeiro operador do Fundo Amazônia, espera-se obter do BNDES recursos para o financiamento de projetos de infraestrutura voltados para o fortalecimento institucional do próprio SFB/MMA, de modo que o órgão florestal federal possa assumir o papel que dele se espera nos próximos anos; esses recursos estão previstos em um projeto que, caso aprovado, proporcionará a construção de um Data Center seguro, serviços de manutenção e suporte ao SICAR, aquisição de equipamentos de informática (servidores e componentes de rede) e serviços de consultoria, além da aquisição de serviços de acesso a imagens de satélites por um período de 4 (quatro) anos;
 - d) empresas privadas: buscando aportes adicionais de recursos financeiros e tecnológicos para projetos de PRADA, no escopo do PRA; esse tipo de parceria é necessário para que se alcance, com prazos razoáveis, metas de reflorestamento em escala nacional, sendo estimulado inclusive pelos organismos internacionais que financiam projetos florestais a cargo do SFB/MMA (como o Banco Mundial);
 - e) agências de cooperação internacional: para apoio técnico na execução de projetos, especialmente para processamento de licitações mais complexas ou de nível internacional, quando a legislação brasileira e a jurisprudência dos órgãos de controle preverem essa opção;
 - f) entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): para apoio técnico nas atividades de planejamento e execução de projetos de reflorestamento; estima-se que essas entidades poderão agregar muito valor especialmente nas atividades que exigirão a interação direta com proprietários e possuidores de imóveis rurais;
 - g) entidades do terceiro setor dedicadas a causas ambientais: para apoio técnico e provimento de recursos operacionais na execução de projetos em campo, tais como nos projetos voltados para o cadastramento em massa de pequenos imóveis rurais (assim classificados aqueles com área de até 4 módulos fiscais);
 - h) universidades e institutos de pesquisa na área florestal: para apoio científico e técnico em projetos que exigem esse tipo de conhecimento, tais como em atividades de classificação temática de imagens do solo obtidas por satélites, elaboração de modelos de monitoramento do solo baseados em imagens digitais, pesquisas e desenvolvimento voltadas para recuperação e recomposição de vegetação nativa em cada bioma, capacitação em massa de pessoas para o cadastramento de imóveis rurais no SICAR e para as atividades das etapas posteriores do ciclo de gestão florestal, e outras atividades correlatas ao desenvolvimento florestal;
 - i) outros órgãos públicos: voltados à gestão ambiental em temas específicos e de interesse no ciclo de gestão florestal;
 - j) empresas de mercado: para fornecimento de bens e serviços necessários à execução dos projetos e atividades em cada etapa do ciclo de gestão florestal, inclusive para execução de projetos de cadastramento em massa nos municípios, que também exigirá campanhas de comunicação direta com o público proprietário e possuidor de imóvel rural.

Os projetos de cooperação internacional vigentes e em fase de aprovação pelo KfW e BIRD, por exemplo, preveem campanhas de comunicação com os titulares de imóveis rurais nos municípios selecionados, medidas que poderão contribuir para melhor divulgação institucional do CAR e do Código Florestal. Espera-se aprimorar o item de planejamento relativo à comunicação com os atores estratégicos nos próximos projetos destinados à implementação das etapas posteriores de gestão florestal, que agora contam com importantes subsídios informacionais a partir do SICAR.

É importante ressaltar, finalmente, o legado de cooperação interfederativa que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tem firmado com os Estados e o Distrito Federal. Em 2012 e 2013 o MMA, por intermédio do IBAMA, estabeleceu parcerias, mediante Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), com as 27 (vinte e sete) Unidades da Federação (UFs), representadas pelos OEMAs, visando à implantação do Cadastro Ambiental Rural.

Os prazos de vigência desses ACTs estão vencendo e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA), no espírito da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, deverá iniciar novo ciclo de cooperação com os OEMAs para implantação de todas as etapas do ciclo de gestão florestal previstas no Código Florestal, com uso do SICAR e dos sistemas de CAR estaduais.

Conforme previsão do SFB/MMA, cada novo órgão usuário do SICAR deverá firmar um ACT com o respectivo órgão florestal responsável pela gestão do sistema no Estado ou no Distrito Federal, ou com o próprio SFB/MMA, caso se tratar de órgão público da União ou entidade com alcance operacional em nível nacional.

O diálogo com os atores políticos também deverá continuar, nos próximos anos, pelos canais próprios do processo político, envolvendo o órgão ambiental do Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente), muitas vezes por meio do SFB/MMA, e membros do Congresso Nacional. Esse relacionamento ocorre, atualmente, em várias instâncias e oportunidades, tais como apresentações de relatórios sobre a evolução do cadastramento, com base nas informações do SICAR, e análises de projetos-de-leis (PLs) com propostas de alteração do Código Florestal.

Outras oportunidades de diálogo com a sociedade também têm sido proveitosas, quando o SFB/MMA tem apresentado o novo Código Florestal e discutido questões de mérito e relevância desse instrumento normativo primordial com grupos de interesse os mais variados: outras esferas de governo (principalmente Governos Estaduais), Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações de produtores rurais (inclusive confederações e cooperativas), movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, órgãos de controle da Administração Pública e, ultimamente, públicos maiores por meio de publicações em periódicos voltados para o setor rural.

O novo Código Florestal está conquistando, inclusive, espaços na TV em horários nobres, tais como numa apresentação do Programa Globo Rural, voltado para agricultores.

O processo de cadastramento tem se revelado bastante eficiente, com resultados muito positivos, observando-se, conforme o Boletim Informativo – Edição Extra (disponível em: <http://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural/numeros-do-cadastro-ambiental-rural>), que a área total cadastrada no SICAR e nos sistemas próprios estaduais, em 5 de maio de 2016, somava 324.995.703 hectares, que corresponde a 81,7% da área cadastrável estimada de imóveis rurais no País. Espera-se que esse modelo se torne ainda mais robusto e eficiente a partir da entrada em cena, como parceiros importantes, das entidades de mercado do setor financeiro nacional, conforme previsto no art. 78-A da Lei nº 12.651/2012 e no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (MCR/BACEN), que passarão a exigir o registro do imóvel rural no SICAR como condição necessária para a concessão de crédito rural aos produtores.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 5 - Indicadores de Resultado - Objetivo 5



Tabela 11 - Indicadores de Resultado - Objetivo 5

Análise dos indicadores		2015		2016		2017
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 5.1 - Participação qualificada em colegiados	-	100%	75%			
Legenda		■ Conforme planejado	■ Merece atenção	■ Desconforme		

Indicador 5.1 - Participação qualificada em colegiados: não foram encaminhados os dados relativos à execução do indicador pactuado.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados descritos acima demonstram que o Serviço Florestal Brasileiro realizou durante 2016 inúmeros esforços de forma a integrar o tema da gestão florestal em diversas agendas setoriais, bem como promoveu um diálogo entre os estados e diversas instituições públicas e privadas.

A riqueza de articulações para empreendidas por cada diretoria do Serviço Florestal Brasileiro demonstra que esforços na inserção da temática florestal na agenda estratégica do país é uma prioridade institucional e afeto a todas as áreas de atuação da instituição.

As atividades descritas no item ii.a demonstram os esforços envidados e o número de articulações realizadas pelo Serviço Florestal Brasileiro com vistas ao fortalecimento da agenda florestal em parcerias com demais setores dos governos (União e estados) e o diálogo com a sociedade civil organizada.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

De forma a melhorar o desempenho dos indicadores, sugere-se sua adaptação de forma que sejam contemplados como indicadores de sucesso não apenas a participação em colegiados e a formalização de acordos de cooperação técnicas, mas também que seja considerado como indicadores de desempenho do Serviço Florestal Brasileiro no diálogo com atores estratégicos para a inserção da temática florestal na agenda estratégica do país, instrumentos como: (a) representação em fóruns e conselhos que contemplam a agenda florestal, (b) memorando de entendimentos entre ministérios e seus órgãos, e (c) instrumentos legais (decretos ou portarias interministeriais) que reflitam a atuação da instituição em agendas que contemplem as florestas como importante componente das ações

de conservação dos recursos naturais e na promoção do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

3.2.2 – Objetivo 6 - Aprimorar a comunicação da agenda do SFB com a sociedade

i. Descrição

Descrição geral

A instituição deve buscar mecanismos que ampliem e aperfeiçoem a comunicação e o conhecimento da agenda florestal desenvolvida pelo SFB junto à sociedade. Instrumentos importantes deverão ser implementados, considerando em especial as agendas prioritárias para o período de 2015-2019, as metas estabelecidas e os projetos estratégicos. A missão de promover o conhecimento e o uso sustentável das florestas públicas perpassa pela divulgação das atividades do órgão e pelo contato direto com a sociedade.

Responsável

Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A incorporação de novas atribuições e agenda ao órgão ampliou a comunicação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com a sociedade. As campanhas e ações de divulgação reforçaram junto à sociedade a apresentação das atividades do órgão e suas novas agendas, tais como o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

As mudanças na agenda trouxeram novos serviços e ampliaram os públicos-alvo das ações desenvolvidas pelo órgão. A relação do SFB com a sociedade ocorre por diversos instrumentos, dentre eles seus canais de divulgação próprios (site e redes sociais), bem como por intermédio da imprensa e a organização e participação em eventos como feiras, congressos científicos, seminários, simpósios etc. Há ainda a possibilidade de contato direto com o órgão, por meio da ouvidoria do SFB e, presencialmente, em sua sede em Brasília/DF ou em suas unidades regionais, situadas em distintas Unidades da Federação, a saber, Porto Velho/RO (Unidade Regional Purus Madeira), Santarém/PA (Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163), Natal/RN (Unidade Regional Nordeste) e Curitiba/PR (Unidade Regional Sul).

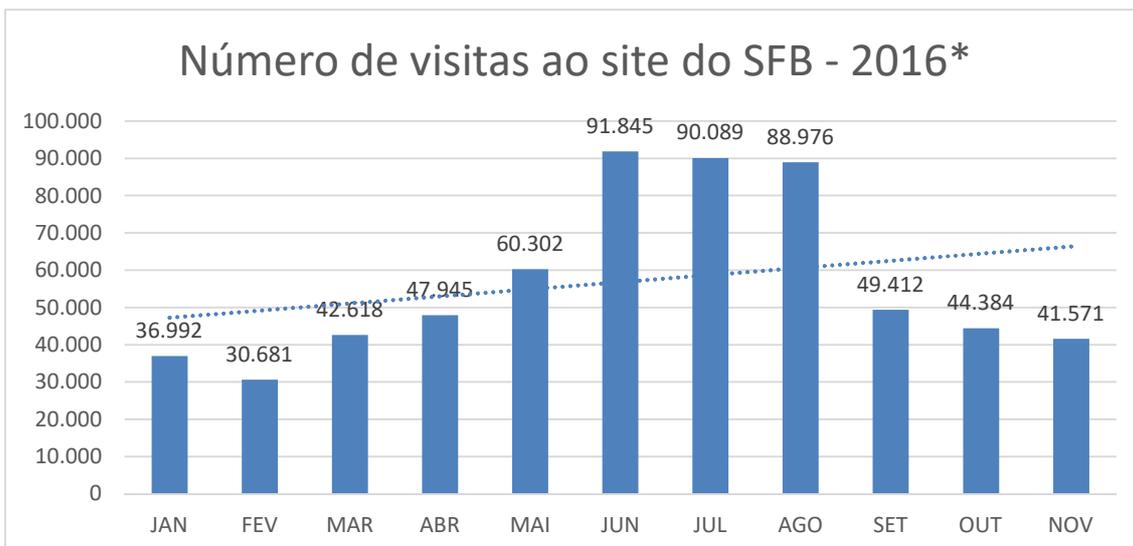
O órgão também conta com parcerias que ajudam na divulgação de sua agenda e na concretização do presente objetivo, tais como o spot de rádio “Minuto do Serviço Florestal Brasileiro”, inserido no programa “Prosa Rural” da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. A divulgação em rádio é complementar aos demais veículos de comunicação já utilizados pelo órgão. Na região Norte, onde é veiculado o “Minuto do Serviço Florestal Brasileiro”, o programa é distribuído para 175 rádios, sendo 29 rádios comerciais, 136 rádios comunitárias, 8 rádios educativas e 2 rádios estatais. Ao longo do ano, foram veiculados 48 spots do Minuto Florestal, nos quais foram apresentados temas de interesse da população, tais como dúvidas e respostas sobre o Cadastro Ambiental Rural, informações sobre as concessões florestais e demais práticas de fomento ao uso econômico e sustentável das florestas, dentre outros. Distribuído em todo o território nacional, o programa Prosa Rural atinge 1.350 municípios por meio de 1.700 rádios e a continuidade da parceria entre Serviço Florestal Brasileiro e Embrapa possibilita a ampla divulgação de futuras campanhas por rádio em todo o território nacional.

Cabe ressaltar que as atividades previstas no ano anterior para aprimorar esse objetivo foram plenamente desempenhadas, com destaque para:

-
- **Campanha informativa sobre o Cadastro Ambiental Rural:** em parceria com a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da GIZ, o SFB lançou a campanha "CAR: Produzir com Respeito ao Meio Ambiente". Uma campanha de escopo nacional de divulgação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) voltada para pequenos produtores, com imóveis de até quatro módulos fiscais. Foram produzidos e disponibilizados materiais como cartilha, banner, folders, calendário agrícola e vídeos, tanto em meio digital quanto em meios impressos (mais de 220 mil unidades, dentre folders, adesivos, cartilhas etc.), a serem distribuídos em distintos estados do país.
 - Lançamento da campanha: <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/178-agricultor-familiar-e-foco-de-campanha-do-car>
 - Materiais disponíveis: <http://www.florestal.gov.br/index.php/como-fazer-o-car/61-car/76-materiais-de-campanha-car>
 - **Comemoração dos 10 anos do Serviço Florestal Brasileiro:** ao longo do ano de 2016 foram feitas diversas ações de comemoração aos 10 anos de criação do órgão, que perpassam por eventos de celebração e campanhas de divulgação da data em diferentes meios de comunicação;
 - 10 anos SFB: <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/225-presente-de- aniversario-servico-florestal-agora-tem-sede-propria>
 - **Audiências públicas para tratar dos futuros editais de concessão florestal:** como parte do processo de consulta pública sobre as concessões florestais, as audiências públicas têm um importante papel de aproximar o órgão da sociedade, em especial das comunidades que vivem no entorno das áreas concedidas. Em 2016, foi aberto o processo de consulta pública sobre a concessão de unidades de manejo florestal na Floresta Nacional do Crepori (PA), com a realização de uma audiência pública no município de Jacareacanga, no estado do Pará;
 - **Reestruturação do site do Serviço Florestal Brasileiro:** em 2016, foi feita a adequação do site para atender ao projeto de "Identidade Padrão de Comunicação Digital do Governo Federal", no qual se busca padronizar os portais dos órgãos públicos federais e alinhar as informações para otimizar a comunicação com o cidadão. As informações do órgão estão disponíveis ao cidadão, de modo padronizado com os demais entes da administração pública federal, o que torna mais fácil para o usuário a navegação em diferentes portais. As melhorias implementadas na nova apresentação do site contribuem para uma gestão florestal mais participativa, transparente e para uma melhor comunicação com a sociedade.
 - Site SFB: <http://www.florestal.gov.br/>

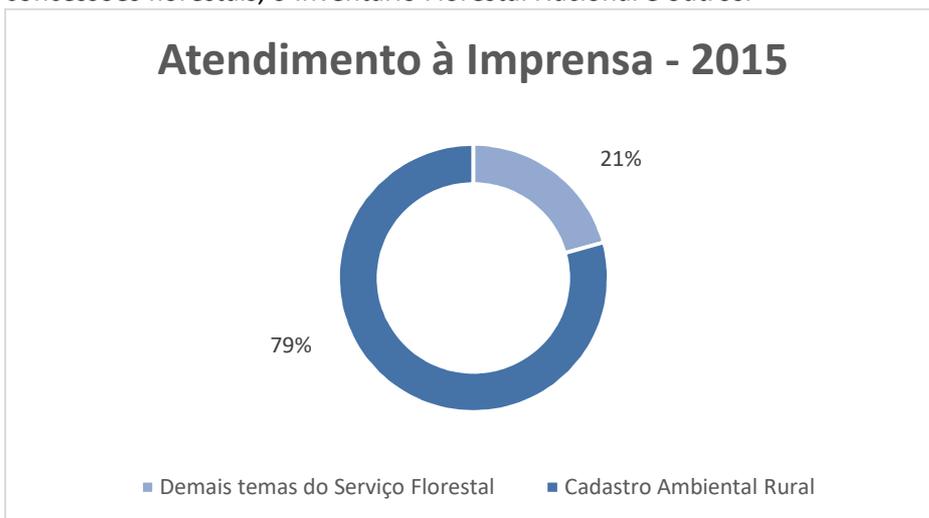
Ao longo do ano de 2016, o Serviço Florestal promoveu debates, encontros técnicos, campanhas de divulgação e esclarecimento sobre suas atividades, bem como participou de feiras e eventos externos e atendeu às demandas de imprensa e da sociedade. A visibilidade do SFB cresceu, o que é refletido pelo aumento nos acessos e na interação com os canais de divulgação do órgão e também pelo aumento no atendimento à imprensa em busca de informações, pedidos de entrevista e demandas afins.

Em 2016, o número de acessos ao site cresceu 89%, em relação ao ano anterior, com a média de mais de 55.418 acessos por mês, especialmente nos meses de junho, julho e agosto. Dentre os assuntos de maior interesse, destacam-se os temas relacionados à agenda do Cadastro Ambiental Rural e ao aplicativo do Sistema de Cadeia de Custódia das Concessões Florestais. Como exemplo de páginas mais acessadas, estão: dados do Boletim do Cadastro Ambiental Rural ([Números do CAR](#)) e lançamentos do [aplicativo do Sistema de Cadeia de Custódia para rastreabilidade da madeira de concessão](#) e do [Módulo de Relatórios do CAR](#).

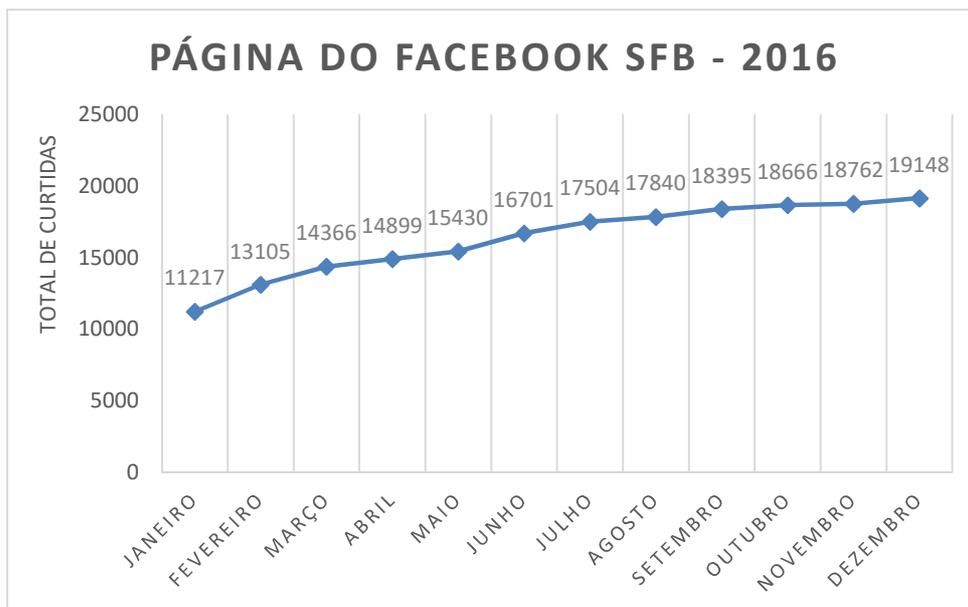


* Dados de dezembro não disponíveis, pois em novembro foi feita a migração do site e descontinuado o uso do AWStats, implementando nova ferramenta e metodologia de cálculo.

A demanda da imprensa aumentou consideravelmente após o acréscimo da agenda do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Do total de 82 atendimentos à imprensa, cerca de 80% foram sobre o CAR e os demais acerca de outras atividades do órgão, como manejo florestal, concessões florestais, o Inventário Florestal Nacional e outros.



Nas redes sociais, houve aumento da integração com os usuários e o número de seguidores da página do Serviço Florestal Brasileiro no Facebook foi ampliado. No ano de 2016, o número de seguidores se comportou em uma tendência crescente, com um incremento de 71% de usuários que seguem a página do órgão.



A interação com a sociedade também se deu por meio de eventos, organizados diretamente pelo Serviço Florestal Brasileiro, ou dos quais o órgão participou e teve oportunidade de divulgar suas atividades, esclarecer dúvidas e atender diretamente a sociedade. Dentre outros, podemos destacar:

- Cerimônia de premiação dos ganhadores do III Prêmio do Serviço Florestal Brasileiro de Economia e Mercado Florestal – 22 de março, Brasília/DF; <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/223-servico-florestal-brasileiro-entrega-iii-premio-de-economia-e-mercado-florestal>
- Apresentação dos trabalhos com os vencedores do III Prêmio do Serviço Florestal Brasileiro de Economia e Mercado Florestal, em que os ganhadores tiveram a oportunidade de debater com os técnicos do SFB e com a sociedade suas pesquisas e resultados – 23 de março, Brasília/DF;
- Participação no evento promovido pela organização não-governamental ANDI - Comunicação e Direitos e parceiros, "Código Florestal e o alcance do desmatamento ilegal zero", no qual apresentou instrumentos e tecnologias de combate ao desmatamento ilegal e de planejamento de políticas de recuperação florestal do SFB – 29 de março, em Brasília/DF;
- Participação em evento organizado pelo Imaflora sobre 10 anos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, no qual o SFB teve a oportunidade de debater a trajetória das concessões florestais no país – 19 de abril, Belém/PA; <https://www.facebook.com/florestal.gov/photos/a.260086600718274.60696.177007402359528/1033449400048653/?type=3&theater>
- Realização do IV Simpósio Nacional de Inventário Florestal, no qual se reuniram público diverso para trocar experiências de implementação de inventários no Brasil e no mundo – 28 de junho a 1º de julho, Goiânia/GO; <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/206-simposio-reune-em-goiania-experiencias-de-inventario-florestal>
- Promoção, em parceria com a [Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura](#), de uma roda de conversa sobre CAR, no qual foi feito um balanço do CAR, apresentado o Módulo de Relatórios e demonstrado o funcionamento do Módulo de Análise do Sistema (SiCAR) – 12 de agosto, Brasília/DF; <https://www.facebook.com/florestal.gov/photos/a.260086600718274.60696.177007402359528/1122256321167960/?type=3&theater>

-
- Organização de seminário internacional sobre o futuro das concessões florestais, em parceria com a FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, na qual representantes de 25 países estiveram reunidos por quatro dias para debater a gestão de florestas públicas, trocar experiências e traçar perspectivas para a atividade – 13 a 16 de setembro, Porto Velho/RO; <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/140-concessoes-florestais-sao-tema-de-congresso-internacional-em-rondonia>
 - Participação em debate promovido pela ONU sobre os efeitos das mudanças climáticas na produção de alimentos – 18 de outubro, Brasília/DF; <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/170-seguranca-alimentar-em-debate>
 - Participação em evento o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e outras iniciativas que estão sendo adotadas no Brasil contra o desmatamento, exploração e comércio ilegal de madeira, em evento organizado pela União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO) – 3 de dezembro, Cancun/México. <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/635-pais-combate-exploracao-ilegal-de-madeira>

O Serviço Florestal Brasileiro também promoveu cursos e capacitações voltados a diferentes setores da sociedade, tais como:

- Ao longo de 2016, foram feitas capacitações em diversos estados, com formação de mais de 10.000 mil pessoas em cursos à distância de 220 gestores em cursos presenciais sobre o CAR;
- O Laboratório de Produtos Florestais também ministrou cursos, voltados a diferentes públicos. Desde cursos de “Identificação Anatômica da Madeira”, voltados a aprimorar o trabalho de fiscais de instituições parceiras, até cursos voltados à comunidade, como o curso de “Coleta e Herborização de Espécimes Vegetais para Estudos da Flora Amazônica”, do qual participaram moradores da Flona e da Resex do Tapajós, alunos da Universidades Federal do Oeste do Pará e mateiros locais.

O contato com a sociedade também acontece pela transparência, disponibilização de informações sobre as atividades do órgão e processos de consulta pública à sociedade. Este repasse de informações acontece principalmente por meio de relatórios e publicações que tratam das ações do órgão e do andamento das políticas públicas sob sua competência. No ano de 2016, foram disponibilizadas as seguintes publicações:

- Relatório de Gestão de Florestas Públicas - Relatório 2015, documento que relatada as principais ações desenvolvidas pelo Serviço Florestal Brasileiro em prol da gestão dessas florestas; <http://www.florestal.gov.br/publicacoes/513-gestao-de-florestas-publicas-relatorio-2015>
- Plano Anual de Aplicação Regionalizada - PAAR 2017, documento que comunica à sociedade as estratégias de apoio a projetos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) para o ano de 2017, apresentando as prioridades de atuação do Fundo e orientando a sociedade quanto ao acesso a recursos; <http://www.florestal.gov.br/publicacoes/514-plano-anual-de-aplicacao-regionalizada-paar-2016>
- Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF 2016, o Plano seleciona e descreve as florestas públicas federais habilitadas para concessão florestal no período de janeiro a dezembro do mesmo ano; <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/940-consulta-publica-paof-2017>
- Boletins informativos mensais sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que trazem informações sobre área cadastrada, perfil de imóveis e outras informações sobre o cadastramento no país; <http://www.florestal.gov.br/numeros-do-car>
- Relatório de contribuições – Crepori Lote II, no qual se encontram as respostas às contribuições encaminhadas no processo de consulta pública da proposta de edital de concessão florestal para a Floresta Nacional do Crepori;

<http://www.florestal.gov.br/documentos/concessoes-florestais/proximas-concessoes-editais-abertos/editais-abertos/flona-do-crepori-lote-ii/consulta-publica-crepori-lote-ii/1148-relatorio-de-contribuicoes-da-consulta-publica-crepori-lote-ii/file>

- Guia de Financiamento Florestal que organiza informações disponíveis quanto ao crédito rural e, sobretudo as linhas que contemplam atividades florestais; <http://www.florestal.gov.br/publicacoes/575-guia-de-financiamento-florestal-2016>
- [Fundos Ambientais Estaduais com potencial de apoio ao desenvolvimento florestal](http://www.florestal.gov.br/publicacoes/578-fundos-ambientais-estaduais-com-potencial-de-apoio-ao-desenvolvimento-florestal), publicação que apresenta levantamento sobre os fundos públicos socioambientais estaduais que financiam projetos florestais; <http://www.florestal.gov.br/publicacoes/578-fundos-ambientais-estaduais-com-potencial-de-apoio-ao-desenvolvimento-florestal>
- Lançamento do relatório com os principais resultados do Inventário Florestal Nacional (IFN), realizado no Ceará. <http://www.florestal.gov.br/publicacoes/713-relatorio-inventario-florestal-nacional-ce>

Em 2016, foram lançadas ferramentas e plataformas que tornaram possível a consulta e download dos dados públicos do CAR.

- O **Módulo de Relatórios do CAR**, lançado em agosto, tornou possível aos usuários o acesso a dados do perfil dos imóveis cadastrados em todo o país e sobre o andamento dos cadastros. Os dados estão disponíveis no módulo tanto por estados quanto por municípios e podem ser visualizados em diferentes formatos, como tabelas e gráficos; <http://www.florestal.gov.br/modulo-de-relatorios>
- O **Módulo de Consulta Pública**, lançado em novembro, permite a qualquer empresa, organização da sociedade civil, instituição financeira ou cidadão interessado fazer consultas e verificar a situação dos imóveis rurais do país em relação aos remanescentes de vegetação nativa, áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL) e outros dados. <http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>

A atuação do Serviço Florestal Brasileiro para promover práticas de manejo sustentável foi reconhecida, com o recebimento do certificado de *Dryland Champion*, da ONU – 17 de junho, Brasília/DF. <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/187-servico-florestal-brasileiro-recebe-certificado-de-dryland-champion-da-onu>

No que tange aos processos de consulta pública e participação direta da sociedade, destaca-se o processo de consulta no planejamento da gestão das florestas públicas. O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) é anualmente submetido à consulta pública. Em 2016, o PAOF 2017 esteve aberto às contribuições da sociedade entre os meses de abril e maio. <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/940-consulta-publica-paof-2017>.

Cabe mencionar ainda, os processos de consulta à sociedade que precedem os editais de licitação para concessão florestal. Além das audiências públicas, realizadas nos municípios afetados pelas concessões, as propostas de editais ficam disponíveis no site do Serviço Florestal Brasileiro e as dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas diretamente para o órgão.

Em 2016, entre os meses de março a maio, esteve aberto o processo de consulta pública à proposta para a concessão de duas unidades de manejo na Floresta Nacional do Crepori (PA) – Lote II. <http://www.florestal.gov.br/noticias-do-sfb/imagens-do-mural/aberta-consulta-publica-para-concessao-na-flona-do-crepori-pa> .

Como parte do processo de consulta, o SFB promoveu audiência pública no município de Jacareacanga, em 05 de maio de 2016, visando apresentar a proposta de edital. Estiveram presentes mais de 260 interessados no tema e o relatório com as contribuições da consulta está disponível no site: <http://www.florestal.gov.br/consultas-publicas/94-concessoes-florestais/proximas-concessoes/464-proposta-de-edital-de-concessao-na-flona-do-crepori-lote-ii-e-apresentada-em-audiencia-publica-no-para>

Em 12 de maio, ocorreu a 31ª Reunião da Comissão de Gestão das Florestas Públicas (CGFLOP), em Brasília/DF, da qual fazem parte representantes de órgãos governamentais e de instituições do terceiro setor. Nas reuniões da Comissão são definidas políticas e estratégias de gestão para florestas públicas do país.

O contato com a sociedade foi, portanto, qualificado e ampliado ao longo do ano de 2016 tanto em virtude do maior interesse da sociedade em relação às atribuições do Serviço Florestal, quanto pelas ações do órgão visando aumentar a divulgação de suas atividades.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 6 - Indicadores de Resultado - Objetivo 6



Tabela 12 - Indicadores de Resultado - Objetivo 6

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 6.1 – Índice de seguidores nas mídias sociais.	11718	14450	18140	24261	30326
Legenda	Conforme planejado ■		Merece atenção ■	Desconforme ■	

Indicador 6.1 – Seguidores em redes sociais: o indicador utilizado para medir a comunicação com a sociedade refere-se à comunicação por meio das redes sociais do órgão. Manuais oficiais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) reconhecem a importância da internet e das mídias sociais como “uma realidade irreversível”³ e como um instrumento de transparência e fonte de informação ao cidadão.⁴

A “Pesquisa Brasileira de Mídia”, promovida SECOM, permite traçar hábitos e compreender melhor como o brasileiro se informa. Por conseguinte, tal pesquisa orienta estratégias de comunicação por parte do setor público e ajuda a tornar as ações de divulgação e contato com a sociedade mais eficazes. A pesquisa de 2016 revela que a internet é um dos principais meios para se informar do que acontece no país para quase metade dos entrevistados. A pesquisa demonstra, ainda, que o tempo médio de acesso diário é pouco mais do que quatro horas e trinta minutos, o que corrobora a importância da comunicação digital.⁵

³ Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Manual de Orientação para Atuação em Redes Sociais, Maio, 2013. p.13

⁴ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Padrões Web em Governo Eletrônico: Cartilha de Redação Web. Brasília: MP, SLTI, 2010, p.36

⁵ Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2016: relatório final. – Brasília: Secom, 2016.

Deste modo, a presença da instituição e a divulgação de sua agenda nas redes sociais é um instrumento de transparência e contato direto com a sociedade. Ademais, as redes sociais também são marcadas pelo contato direto, construção colaborativa e interação com o cidadão. A partir deste reconhecimento, estabeleceu-se como indicador da comunicação do SFB com a sociedade o número de usuários presentes em nossas redes sociais.

O indicador foi atualizado de modo a incorporar a interação com usuários em todas as redes sociais mantidas pelo SFB. O indicador anterior “Seguidores em redes sociais” tratava da soma do número de usuários seguidores do Facebook e do Twitter. Já o atual “Índice de seguidores nas mídias sociais” é composto pela soma do número de usuários de todas as mídias sociais do órgão, a saber, a soma de usuários: que curtem a página do Facebook, seguidores no Twitter, número de inscritos no Canal do Youtube e seguidores no canal de divulgação de áudio SoundCloud. Tal índice permite monitorar o número de usuários com interesse direto pelas divulgações do órgão. Pelas características das redes sociais, esse também é o público que prioritariamente recebe e visualiza as divulgações do SFB nas redes sociais.

A escolha do indicador também é orientada pela disponibilidade dos dados e garantia de continuidade em sua medição, uma vez que ambas as redes sociais têm recursos para geração de relatórios e acompanhamento do desempenho das respectivas páginas.

As metas de cada ano são estabelecidas considerando um crescimento de 25% em relação ao ano, tendo como parâmetro o número de seguidores em mídias sociais (Twitter + Facebook + Youtube + SoundCloud) em janeiro do ano base. Em 2016, a meta prevista foi superada e entre janeiro e dezembro e houve um crescimento de 53% no número de usuários seguidores das mídias sociais do Serviço Florestal Brasileiro.

Número de seguidores (Facebook + Twitter + Youtube + SoundCloud)	
jan/2016	15.883
Jan/2017	24.261

Atribui-se a superação das metas a múltiplos fatores. É notória a incorporação de um novo público interessado pelas novas agendas do órgão. Houve também uma participação mais intensa na divulgação, refletida na maior produção de conteúdo e interação com outras páginas institucionais.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O ano de 2016 foi marcado pelo crescimento da comunicação do Serviço Florestal Brasileiro com a sociedade e pelo reforço de divulgação das novas agendas adquiridas no ano anterior. A prestação de novos serviços e a incorporação de novas agendas e ao órgão ampliou significativamente o interesse do público em relação ao SFB.

Esse crescimento pôde ser medido pela interação direta da sociedade com os canais de comunicação do órgão e também pela constante demanda por parte da imprensa em relação às atividades do órgão.

O Serviço Florestal, por sua vez, também fez um esforço para expandir sua divulgação institucional e a comunicação com a sociedade, intensificando sua presença em mídias sociais, atendimento à imprensa e participação em eventos. Tal esforço se reflete nos dados apresentados acima e no cumprimento e superação das metas traçadas para o indicador do presente objetivo.

Ademais, cabe ressaltar que as ações de desempenho propostas no ano anterior foram todas contempladas em ações de sucesso ao longo de 2016. Foram elas: Campanha informativa sobre o Cadastro Ambiental Rural, Comemoração dos 10 anos do Serviço Florestal Brasileiro, Audiências públicas para tratar dos futuros editais de concessão florestal e Reestruturação do site do Serviço Florestal Brasileiro.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Com intuito de intensificar a comunicação com a sociedade, o órgão pretende ampliar os canais de divulgação de suas atividades e também de interação e transparência. Cabe ressaltar alguns dos instrumentos para aprimorar tal objetivo:

- **Divulgação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) e demais instrumentos previstos pelo Código Florestal Brasileiro:** O prazo para realização do CAR termina em 31/12/2017. Dessa maneira, ao longo do ano serão realizadas campanhas de comunicação com objetivo de divulgar o cadastro, em especial para as propriedades da agricultura familiar e para os povos e comunidades tradicionais. Considerando o término da fase de cadastramento, também estão previstas ações de comunicação relacionadas à implantação dos Programas de Regularização Ambiental, além da realização de oficinas com atores relacionados ao tema para coletar insumos para a elaboração da regulamentação das Cotas de Reserva Ambiental.
- **Intensificar comunicação do Inventário Florestal Nacional-IFN:** Elaborar Plano de Comunicação para o Inventário Florestal Nacional, conduzir campanhas e ampliar divulgação deste, com enfoque no andamento dos inventários em curso e nos resultados, de forma a tornar mais conhecida esta política, que visa conhecer com maior acuidade a realidade florestal do país;
- **Oficinas de Informações (SNIF):** encontros promovidos pelo SFB que visam aprimorar a disponibilização de dados florestais, alinhando instituições parceiras, sociedade civil, pesquisadores e outros atores em busca da disponibilização de dados que fomentem o uso sustentável de recursos. Uma primeira iniciativa, como projeto piloto, dar-se-á por meio do evento “Oficinas de Informações: Gestão Florestal Sustentável do Cerrado”;
- **Promover práticas de uso sustentável dos recursos florestais:** divulgar concessões florestais e outras práticas de manejo florestal sustentável, de maneira a fomentar a economia florestal do país;
- **Audiências públicas dos processos de concessão florestal:** como parte do processo de concessão florestal, são realizadas consultas públicas para apresentar as propostas de concessões florestais. Neste contexto as audiências públicas, realizadas nos municípios onde estão localizadas as florestas passíveis de concessão, têm um importante papel na promoção de contato direto do órgão com a sociedade. Nas audiências, a proposta de edital de concessão é apresentada e discutida com as comunidades do entorno e demais interessados no processo. Nestas ocasiões, há envolvimento dos governos e população local, em um espaço de diálogo com os grupos de interesse na atividade. Para 2017 estão previstas consultas públicas e audiências sobre concessões nas Florestas Nacionais de Jamari (Lote 2), Itaituba I e II e Amana.

3.2.3 – Objetivo 7 - Propor mecanismos que estimulem o uso sustentável das florestas

i. Descrição

Descrição geral

Para incentivar o uso sustentável das florestas, se faz necessário promover continuamente a revisão da legislação e normas que o disciplinam, com destaque para o manejo florestal sustentável e para as

concessões florestais. Dessa forma, esse objetivo busca a otimização de procedimentos e atualização do arcabouço regulatório. Isso ocorre principalmente por meio de revisão das Resoluções do SFB, participação do SFB na elaboração de atos normativos do MMA e CONAMA e ajustamento dos contratos de concessão vigentes, por meio de Termos Aditivos. Tais ações proporcionam um ambiente mais propício para o uso sustentável das florestas e para o sucesso das concessões florestais

Responsável Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Entre as ações empreendidas pela Diretoria de Concessões Florestais e Monitoramento (DCM) no que se refere à otimização de procedimentos, estabelecimento de mecanismos de incentivo aos concessionários florestais e revisão do arcabouço regulatório, destacam-se as seguintes:

- Subsídios técnicos para revisão da Resolução 411/2009 do Conama;
- Revisão das Resoluções do SFB, bem como proposição de novas;
- Ajustamento dos contratos celebrados, por meio de Termos Aditivos.

Em 2015, houve aprimoramento das normas referentes às concessões florestais federais por meio da publicação de duas novas Resoluções.

A Resolução nº 27, de 15 de setembro de 2015, alterou itens do Regime Econômico Financeiro dos Contratos ao flexibilizar os prazos para pagamento do material explorado e não transportado pelos concessionários, atendendo justa reivindicação dos mesmos, evitando evocação do reequilíbrio econômico-financeiro para os contratos em operação e prevenindo que novos concessionários assim o pleiteassem também. Conforme previsto na Resolução 27/2015, os concessionários têm, a partir do exercício de 2016, a possibilidade de efetuar o pagamento acima em duas datas distintas, o que possibilita aos mesmos o gerenciamento de seus riscos e possibilidades de pagamento.

Em 2016, houve aprimoramento das normas referentes às concessões florestais federais por meio da publicação de quatro novas Resoluções, a saber:

Tabela 13 - Resoluções publicadas em 2016:

Resolução	Conteúdo
Nº 31, de 18.04.2016	Atualiza a Lista de Espécies prevista no Edital de Licitação para Concessão Florestal da Floresta Nacional de Jamari e dá outras providências.
Nº 32, de 18.04.2016	Aplica o índice de reajuste de 4,5% aos preços florestais dos contratos de concessão vigentes para o período 2015/2016.
Nº 33, de 18.04.2016	Altera os preços da concessão florestal das Unidades de Manejo Florestal II e III da Floresta Nacional Saracá-Taquera.
Nº 36, de 21.12.2016	Institui Programa de Incentivo aos Concessionários Florestais (Procof).

Destacam-se as Resoluções nº 32/2016 e nº 36/2016, cujo objetivo principal é o fornecimento de meios aos concessionários florestais de enfrentamento do excepcionalmente adverso cenário macroeconômico pelo qual passa o País desde 2015, buscando evitar ainda as consequências negativas de possíveis rescisões de contratos.

A Resolução nº 32, de 18/04/2016, promoveu a redução do índice utilizado para o apostilamento dos preços da concessão florestal de 2016 para 4,5%, alinhado à meta de

inflação previamente estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. O IPCA, índice usualmente utilizado para reajuste dos contratos superou 10% em abril de 2016, data de apostilamento dos contratos. Tal reajuste aumentaria ainda mais os custos aos concessionários num cenário de queda brusca de demanda interna pelos produtos florestais.

A Resolução nº 36, de 21/12/2016, instituiu o Programa de Incentivos aos Concessionários Florestais (Procof). O Programa gera condições para a recomposição da liquidez e fortalecimento da capacidade dos concessionários de cumprir suas obrigações financeiras. O Procof estabeleceu um prazo de carência para o pagamento das parcelas trimestrais vincendas em 2017, sem a aplicação de sanções, multas e outras penalidades decorrentes de valores inadimplidos. Ressalta-se que o aumento do passivo dos concessionários junto ao SFB em 2017 é limitado ao valor das garantias contratuais. Dessa forma, a União minimiza os riscos de eventual inadimplência.

Frise-se ainda a continuidade no processo iniciado em 2015, de adequação dos contratos mais antigos a mecanismos dispostos em novos editais, especificamente ao Edital para concessão florestal na Flona de Caxiuanã, no intuito de aumentar a eficiência do gerenciamento dos contratos de concessão florestal. Nesse sentido, foram celebrados em 2016 dois amplos termos aditivos entre o SFB e concessionários florestais.

Vale destacar ainda a participação do SFB na revisão da Resolução Conama nº 411, de 6 de maio de 2009, que dispõe, entre outros assuntos, sobre os coeficientes de rendimento volumétricos da indústria madeireira nativa. Provido de dados mais acurados sobre a cadeia produtiva, o índice de conversão de madeira em tora em madeira serrada foi reduzido de 0,45 para 0,35 pela Resolução Conama nº 474, de 6 de abril de 2016. Tal medida, ao refletir melhor a realidade da indústria, coíbe o grave problema de esquentamento de madeira serrada proveniente de origem ilegal. Trata-se, portanto, de importante instrumento de combate ao desmatamento e à degradação florestal, assim como a outras ilegalidades de ordem tributária, trabalhista, previdenciária, entre outras, comumente associadas à indústria madeireira clandestina.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 7 - Indicadores de Resultado - Objetivo 7

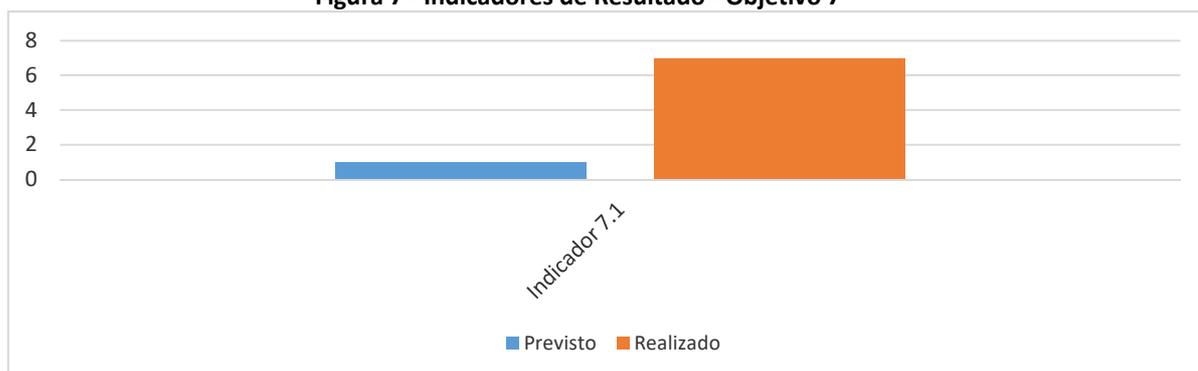


Tabela 14 - Indicadores de Resultado - Objetivo 7

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 7.1 - Atos normativos revistos e simplificados.	1	3	1	7	1
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 7.1 – Atos normativos revistos e simplificados: como exposto acima, durante o ano de 2016, foi possível a edição de 7 atos normativos que facilitam o uso sustentável das florestas, quais sejam, 4 Resoluções do SFB, 2 Termos Aditivos e 1 Resolução do CONAMA.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

A política de concessões florestais está em prática há apenas 9 anos, podendo ser considerada incipiente, uma vez que seus contratos têm duração de 40 anos e que a produção foi iniciada somente há 7 anos.

Assim, os parâmetros contratuais vêm sendo continuamente ajustados. Nesse cenário, é esperado que o grau de aprendizado regulatório seja bastante elevado e que, conseqüentemente, ajustes consideráveis sejam mais frequentes nos primeiros contratos, situação que tende a se estabilizar à medida que se atinja maior grau de maturidade na regulação deste tipo de concessão.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Sempre é necessário realizar aprimoramento regulatório em qualquer ramo de atividade econômica regulada, tal qual o manejo florestal sustentável, principal meio de propiciar o uso sustentável das florestas.

Para melhorar a efetividade desse aprimoramento regulatório, é necessário manter constante contato com os agentes envolvidos com atividades florestais, primando pela transparência e participação. Dessa forma, o SFB propiciará um ambiente mais seguro para os concessionários florestais e poderá influenciar de forma significativa o arcabouço normativo que disciplina o uso realmente sustentável das florestas.

3.2.4 - Objetivo 8 - Ampliar as áreas sob concessão florestal

i. Descrição

Descrição geral

O SFB atuará para ampliar as áreas de florestas públicas sob concessão para exploração de madeira, produtos não madeireiros e serviços de turismo. As concessões florestais visam conservar a cobertura vegetal das florestas brasileiras, por meio da melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno e do estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas.

Responsável

Marcus Vinícius da Silva Alves; CPF:308.107.281-68; Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

O Serviço Florestal Brasileiro possui dezessete contratos de concessão florestal federal firmados, em cinco florestas nacionais (Flonas): dois na Flona do Jamari (RO), quatro na Flona Saracá-Taquera (PA), dois na Flona de Jacundá (RO), dois na Flona do Crepori (PA), quatro na Flona de Altamira (PA) e três na Flona de Caxiuanã (PA). No total, até o momento,

aproximadamente 1,018 milhão de hectares de florestas públicas federais estão sob regime de concessão.

Em novembro de 2016, o SFB assinou os três contratos de concessão florestal com as empresas que se tornaram concessionárias das Unidades de Manejo Florestal da Flona de Caxiuanã (PA), conforme segue:

UMF I – 37.365,15 hectares (concessionária Benevides Madeiras Ltda. - EPP)

UMF II – 87.067,18 hectares (concessionária Benevides Madeiras Ltda. - EPP)

UMF III – 52.168,08 hectares (concessionária CEMAL Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. - EPP)

Total de 176.600,41 hectares concedidos em 2016.

Como parte do objetivo de ampliação das áreas sob concessão florestal federal, cabe mencionar que, além dos contratos firmados conforme detalhamento acima, foi publicado, em 30 de maio de 2016, o Edital de Licitação para Concessão Florestal da Flona do Crepori Lote II (248.714,10 ha).

Cumprem ressaltar ainda os esforços para contratação dos estudos de habilitação, indispensáveis à preparação dos Editais de Licitação para concessões florestais.

Em 2016 foi elaborado o Termo de Referência (TdR) para contratação de estudo de infraestrutura, logística e modelagem econômica para determinação do preço mínimo da madeira em pé na Flona do Amapá (AP).

O TdR foi finalizado ainda em 2016 e o Edital de contratação subsequente foi publicado em 13/01/2017. A seleção da empresa vencedora já ocorre e a assinatura do contrato está prevista para o mês de março de 2017. O processo está sendo realizado no âmbito do Projeto BRA/UTF/081- "Consolidação do programa Nacional de Florestas", com atuação da *Food and Agriculture Organization of United Nations (FAO)* e da *Joint Operations Facility (JOF)*.

Além disso, em 21/12/2016 foi assinado um Plano de Trabalho (PT) com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), para a realização de um estudo visando ao aperfeiçoamento da metodologia dos Inventários Florestais Amostrais que subsidiam os Editais de Licitação para concessão florestal. Como resultado das atividades deste PT, espera-se que a metodologia desenvolvida represente de forma mais precisa o potencial comercial e econômico florestal da área de interesse e seja, ao mesmo tempo, compatível com a metodologia do Inventário Florestal Nacional (IFN), além de oportuna e conveniente para a administração pública em termos de custos financeiros.

ii.b- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

Figura 8 - Indicadores de Resultado - Objetivo 8

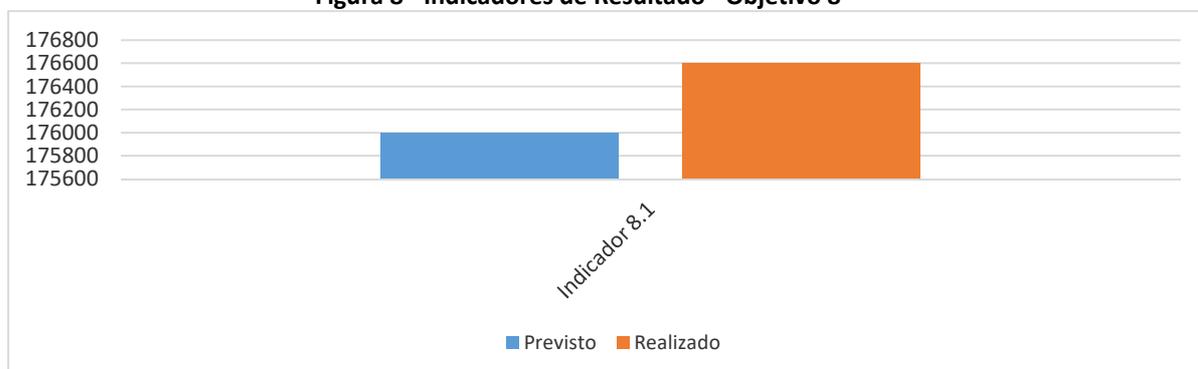


Tabela 15 - Indicadores de Resultado - Objetivo 8

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 8.1. Área de florestas públicas federais concedidas	975.000	361.916	176.000	176.600,41	249.000
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 8.1. Área de florestas públicas federais concedidas: a meta para o presente indicador foi revista e repactuada ao longo do ano de 2016, diante do cenário de dificuldades. Com a nova meta, conforme se depreende dos dados apresentados na tabela acima, os resultados esperados para este indicador foram atingidos satisfatoriamente. O processo que envolve a bem sucedida celebração de contratos é bastante longo, amplo e complexo, frequentemente fugindo da governança do SFB. A mudança no estabelecimento da meta, não sendo mais cumulativa e sim de alcance anual, contribui para um planejamento mais realista, além de possibilitar uma execução mais efetiva da política, ao se conceder as áreas mais produtivas e preparadas a receber o manejo florestal.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Conforme planejado, em 2016, foram assinados três contratos para concessão florestal na Flona de Caxuanã, totalizando 176.600,41 ha. Assim, há cerca de 1.018.000 de hectares concedidos até o momento.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Em maio de 2016, foi publicado o Edital de Licitação da Flona do Crepori Lote II, disponibilizando mais de 248 mil hectares de florestas públicas federais para a concessão. Para 2017, tem-se a previsão da publicação dos Editais de Licitação para concessão das Flonas do Jamari e Itaituba I e II, com cerca de 325 mil hectares no total. Adicionalmente, também serão contratados os estudos necessários para habilitação das Flonas de Amana e Amapá e início da elaboração dos respectivos editais para concessão.

Destaca-se, ainda, as aprovações, por meio de Portaria, dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação (PMUCs) das Macauã e São Francisco, no Acre. A execução da concessão florestal depende da aprovação dos PMUCs, por parte do ICMBio, instrumento que determina as diretrizes de planejamento, uso do solo e recursos da Unidade e, na prática, cumpre o papel de licença prévia para o manejo florestal sustentável.

O aumento das áreas sob concessão florestal depende da aprovação dos PMUCs de Unidades de Conservação de interesse.

Para 2017, há a previsão de conclusão e aprovação dos PMUCs das Flonas de Pau-Rosa, Humaitá, Balata-Tufari e Iquiri, localizadas no estado do Amazonas.

3.2.5 – Objetivo 9 - Realizar pesquisas e análise dos dados florestais

i. Descrição

Descrição geral

O Serviço Florestal Brasileiro realizará diretamente pesquisas no setor florestal por meio de seu Laboratório de Produtos Florestais – LPF, bem como fomentará iniciativas que envolvam estudos e projetos na temática, a fim de que informações florestais sejam continuamente produzidas e disponibilizadas à sociedade. Além disso, dados florestais serão produzidos permanentemente por meio da inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural – CAR, coleta de dados em campo e análise relacionadas ao Inventário Florestal Nacional, estudos e pesquisas em inovação para o manejo florestal sustentável.

Responsável Joberto Veloso de Freitas; CPF:150.262.992-53; Diretor de Pesquisa e Informações

ii. Análise**ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.**

A coleta de dados do IFN deverá ser realizada de forma contínua e repetida a cada cinco anos, incluindo um grande volume de informações, como: dados biofísicos das florestas (estrutura, diâmetro, altura das árvores, identificação das espécies, estado sanitário), dados socioambientais (relação das populações com as florestas), além de informações de análise de paisagens e solos. Esses levantamentos permitirão uma análise mais profunda sobre a cobertura florestal, diversidade e distribuição da vegetação arbórea, recursos madeireiros e não madeireiros, indicadores de qualidade dos ecossistemas e da conservação das florestas, uso da floresta pela população do entorno, situação das áreas de preservação permanente e fragmentos de vegetação natural, além de análises de armazenamento de carbono nas florestas.

Até 2016, uma área correspondente a 158 milhões de hectares (4.683 pontos de amostragem) já foi inventariada, tendo sido concluídos os levantamentos de dados em campo em nove estados e no Distrito Federal (DF, CE, RN, AL, SE, ES, RJ, SC, RS e RO).

Os trabalhos de coleta de dados em campo do IFN são realizados por instituições ou empresas contratadas por meio de licitação pública. Em 2016, foi assinado o contrato para o levantamento de dados no estado de Alagoas, na região do mangue do Rio de Janeiro, Paraíba, três mesorregiões do Paraná e Pernambuco.

Em 2016, foram finalizadas as coletas de dados na região noroeste do estado do Mato Grosso, realizado o IFN em todo o estado de Alagoas e na região Nordeste da Mata Atlântica da Bahia. Além disso, foram realizadas as primeiras experiências do IFN em nível municipal, no município de Caçador (SC), e em terras indígenas, na TI Mangueirinha, no Paraná e em áreas de magueis, no estado do Rio de Janeiro. Ao todo, em 2016 foram inventariados 12.620.065,42 hectares. Ademais, foram iniciados os levantamentos de campo do IFN em 3 mesorregiões do Paraná e no estado da Paraíba.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo LPF, em 2016, deu-se continuidade aos trabalhos voltados à manutenção dos projetos de P&D e à consolidação institucional, pautando-se pela manutenção do delineamento de novas formas que tivessem melhor aproveitamento dos recursos florestais, com percepção da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Durante o exercício de 2016 cinco novos projetos de pesquisa foram aprovados para ter início no exercício de 2017. Foram encerrados 2 projetos antigos e dado continuidade a outros 15. Assim em 2017 teremos 20 projetos de pesquisa sendo desenvolvidos por pesquisadores do LPF.

Em 2016, o LPF publicou o livro “A madeira e seus usos”, publicação que traz diferentes indicações de uso para 224 espécies de madeiras tropicais brasileiras.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 9 - Indicadores de Resultado - Objetivo 9

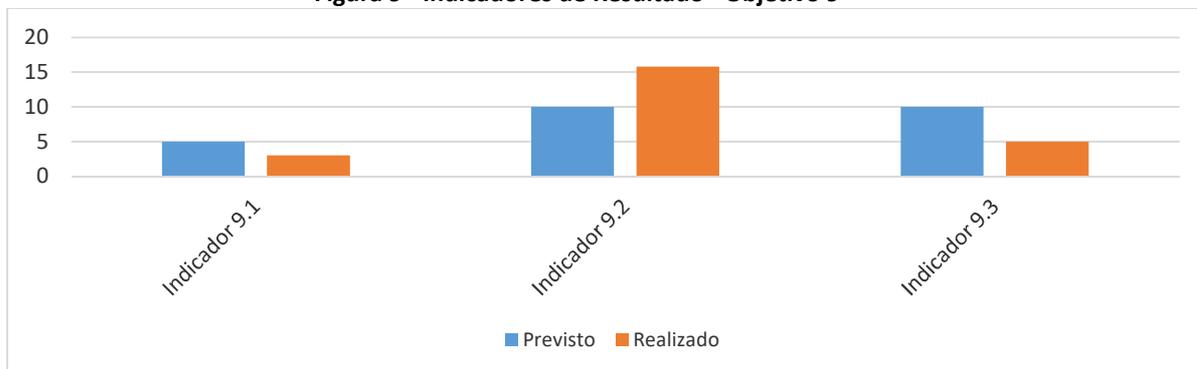


Tabela 16 - Indicadores de Resultado - Objetivo 9

Análise dos indicadores	dos	2015		2016		2017
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 9.1.	Artigos publicados com apoio do SFB	5	6	5	3	5
Indicador 9.2.	Área do território nacional inventariada	-	85.311.083,10 (85,3mil km2)	100.000.000,00	158.000.000,00	300.000.00,00
Indicador 9.3.	Espécies florestais caracterizadas	20	20	10	5	10
Legenda		■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 9.2. Artigos publicados com apoio do SFB: no ano de 2016, foi inicialmente proposta a meta de 5 artigos publicados, tendo em vista as publicações de anos anteriores. No entanto, ao longo do ano, foram publicados 2 artigos, e submetidos mais 1 outro para publicação, que foi aceito. No exercício de 2016, também houve a participação de técnicos do LPF em Seminários Internacionais, a exemplo do Third Seminar on Climate Change and Green low Carbon, na China, com a apresentação e defesa oral de 3 trabalhos científicos.

Indicador 9.2 – Área do território nacional inventariada: a meta prevista para o ano de 2016 foi superada devido à maior agilidade dos processos no âmbito do projeto GEF de apoio ao IFN e devido à capacitação de um número cada vez maior de profissionais disponíveis no mercado e de empresas para a realização das coletas de dados do IFN em campo. O estabelecimento de parcerias com instituições públicas é parte do processo de implementação do IFN, e tem facilitado a obtenção de resultados no desenvolvimento de pesquisas e de consolidação dos resultados. Para tanto, são firmados em cada estado acordos de cooperação técnica e outros instrumentos de parceria com órgãos ambientais, instituições de pesquisa e universidades. Em 2016, o SFB avançou na formalização destas parcerias. Foram celebrados sete Acordos de Cooperação Técnica e elaborados dois Termos de Execução Descentralizada (TED). Os Termos de Execução Descentralizada (TED) foram realizados com a Embrapa Amazônia Oriental (CPATU) para identificação botânica e análise de solos. Os Acordos de Cooperação Técnica, com o Instituto de Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Secretaria da Infraestrutura dos Recursos Hídricos do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia do estado da Paraíba (SEIRHMACT/PB), Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) e com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Para o ano de 2017 está prevista a realização da coleta de dados em grande parte da região do bioma Cerrado (estados de MA, PI, TO, BA, MT, MS e GO) e em parte da região Amazônica (estados do AC, RR, AP, TO, MA e parte dos estados do AM e PA). Muitos processos de licitação foram inclusive abertos no ano final de 2016, para que seja possível cumprir as metas previstas para 2017.

Indicador 9.3. Espécies florestais caracterizadas: esse indicador diz respeito às espécies florestais madeireiras caracterizadas pelo LPF. Em 2016, estavam previstas primeiramente, a caracterização de mais 20 espécies, porém, essa meta foi reprogramada. Mesmo com a reprogramação da mete, não foi possível cumpri-las por completo, restando a caracterização de apenas 5 espécies, segundo dados informados pelo LPF.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O ano de 2016 representou um avanço na área de coleta de dados do IFN que superou a meta prevista inicialmente, graças aos recursos provenientes do Projeto do GEF de Apoio ao IFN e a maior agilidade dos processos de contratação e avaliação. Houve novas experiências de coleta de dados em nível municipal, no município de Caçador (SC), e em terras indígenas, na TI Mangueirinha, no Paraná e em áreas de mangue, no estado do Rio de Janeiro. Ao todo, em 2016 foram inventariados 12.620.065,42 hectares e iniciados os levantamentos de campo do IFN em 3 mesorregiões do Paraná e no estado da Paraíba.

No que diz respeito ao LPF, para que a caracterização tecnológica de espécies florestais seja realizada, é necessária a disponibilidade de recursos para viagens de técnicos para coleta de material em campo.

Em se tratando da questão orçamentária, o Laboratório de Produtos Florestais obteve recursos orçamentários da ordem de R\$ 400 mil reais para Custeio (já incluído anuidade de contratação de serviços de terceiros da carpintaria e diárias e passagens R\$ 20 mil/ano para todo o LPF) e R\$ 100 mil reais para investimento, oriundos da Fonte 100 – Tesouro. Além desses, estiveram disponíveis recursos orçamentários para custeio e investimento oriundos da fonte 195, Banco KfW.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Para melhoria do desempenho e cumprimento da meta bastante ousada para o ano de 2017, estão sendo realizadas reuniões periódicas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para melhor entendimento dos procedimentos de contratação e agilização dos processos de forma que sejam realizadas as licitações com sucesso, para a coleta de dados em toda a região do Cerrado. Também foi solicitada a prorrogação do prazo do Projeto do Fundo Amazônia, que foi autorizada para execução até janeiro de 2019 e realizados os editais para a contratação de empresas para 10 lotes na região amazônica.

A redução significativa da equipe do SFB responsável pela implementação do IFN, com a saída de três analistas ambientais, sem contrapartida, e um temporário, sem substituição, deverá, no entanto, ter um impacto bastante prejudicial, caso não seja tomada uma atitude urgente para recompor o quadro de servidores.

Para realizar pesquisa e análise de dados florestais, o LPF/SFB deve coletar material em campo para realização de ensaios de caracterização tecnológica do material, para, na sequência, disponibilizar as informações à sociedade. O LPF/SFB, também necessita para a consecução de novos projetos de pesquisa da aquisição de alguns equipamentos de laboratório. Para isso será essencial a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros da natureza de investimentos/permanente.

3.2.6 – Objetivo 10 - Apoiar projetos voltados à capacitação e à assistência técnica no setor de florestas

i. Descrição

Descrição geral

O SFB apoiará projetos voltados à Assistência Técnica e Extensão, com ênfase em atividades florestais, em parceria com instituições que detenham recursos financeiros, administrativos e expertise, a fim de alavancar os resultados ligados ao manejo florestal comunitário e familiar. Além disso, serão desenvolvidas atividades de capacitação técnica e formação de agentes multiplicadores.

Responsável

Carlos Eduardo Portella Sturm; CPF: 037.227.557-51; Diretor de Fomento e Inclusão

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

O Inventário Florestal Nacional (IFN) possui um Programa de Capacitação, que objetiva formar profissionais para atuar na execução do inventário. Os cursos de capacitação tem a duração de oito dias, com aulas práticas e teóricas e foi planejado para instruir as equipes das empresas que fazem a coleta de dados em campo. Para os técnicos já capacitados, há um curso de reciclagem de dois dias, com o objetivo de atualizar seus conhecimentos sobre a metodologia do IFN. Além disso, existe um Programa de Nivelamento, que objetiva apresentar a metodologia do IFN em oficinas aos parceiros nos estados e atores do setor florestal, para que possam ajudar na implementação e divulgação das ações no estado.

No ano de 2016, foram capacitadas as equipes contratadas para fazer o inventário florestal nos estados de Alagoas e no estado da Paraíba, com a participação de 30 técnicos no total. Além disso, foram realizados quatro cursos de reciclagem: para técnicos das empresas contratadas para fazer o inventário florestal nacional na região de Caçador/SC, na região nordeste da Bahia, na região leste do Paraná e na região de mangue no estado do RJ, totalizando 35 técnicos. Também foram realizadas três oficinas para capacitação de representantes dos governos estaduais em Alagoas, Paraná e Paraíba, com um total de 43 participantes.

As atividades empreendidas quanto à assistência técnica rural foram descritas nos objetivos 02 e 03 deste relatório. Portanto, no aspecto descritivo este objetivo irá relatar apenas as ações executadas para fomento à capacitação e aperfeiçoamento.

Foram realizadas ações de difusão e capacitação de comunitários das regiões do entorno das Unidades de Conservação sob concessão florestal para o manejo madeireiro. A partir da execução do componente 3 do projeto KFW – Gestão Florestal, foi realizado um curso para gestores públicos e de instituições financeiras que podem fortalecer a cadeia produtiva e o mercado para os produtos e a autonomia das populações locais para o manejo florestal comunitário. Adicionalmente, foram realizados seis eventos de capacitação e oficinas de articulação de 13 instituições locais e regionais, tais como universidades, institutos tecnológicos e organizações da sociedade civil que atuam nesta temática. Também foram proferidas seis oficinas de discussão sobre o estado atual dos regulamentos e normas de procedimentos para o manejo florestal no Brasil.

Como parte dos trabalhos envolvendo a implantação do SICAR, no âmbito da cooperação técnica junto aos OEMAs, foram realizadas e promovidas atividades de capacitação para usuários dos diferentes módulos do SICAR. Estas capacitações ampliaram seu escopo de conteúdo em relação a 2015, incorporando orientações e atividades práticas direcionadas às novas funcionalidades dos módulos já disponibilizados, bem como aos novos

módulos do SICAR, em especial de Análise, Central do Proprietário/ Possuidor, Gestão de Acesso, Monitoramento e Relatórios.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 10 - Indicadores de Resultado - Objetivo 10



Tabela 17 - Indicadores de Resultado - Objetivo 10

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 10.1 - Pessoas capacitadas pelo SFB	149	12.418	1.000	11.417	-
Indicador 10.2 - Projetos para o desenvolvimento florestal sustentável apoiados pelo FNDP	10	8	10	61	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 10.1 - Pessoas capacitadas pelo SFB: a meta de 1000 pessoas capacitadas foi superada quanto ao planejado, pois quando contabilizadas as atividades em capacitação, totalizou para 2016, o número de 11.304 pessoas capacitadas. Adicionalmente, e, tornando a meta ainda mais sobre-executada em relação ao previsto para a DFI, no que tange as atividades de capacitação para usuários do SICAR, a partir de parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA foram contratadas 10.000 (dez mil) novas vagas no curso de capacitação à distância CapCAR, produzido pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, que foca no módulo de inscrição do SICAR. Estas vagas já foram disponibilizadas aos interessados no início de 2016. Foram também realizadas apresentações à comunidade de usuários do SICAR, e organizados eventos de capacitação, perfazendo um total de 508 (quinhentos e oito) pessoas envolvidas em atividades de capacitação. Deste total: (i) 95 (noventa e cinco) técnicos e servidores dos OEMAs foram capacitados para utilização do módulo de Análise, por meio de 04 oficinas de capacitação específicas realizadas no AC, MT, RS e RJ; (ii) 60 (sessenta) técnicos e servidores dos OEMAs foram capacitados para uso do módulo de Inscrição e Central do Proprietário/ Possuidor no DF e AP; e (iii) 113 (cento e treze) técnicos e servidores dos OEMAs foram capacitados para utilização do pacote completo de módulos do SICAR, por meio de 02 (dois) encontros de integração e monitoramento da implantação do SICAR, realizados em Brasília/DF, e que contaram com participação de representantes de ao menos 24 Estados. Acresceu-se a esse número, o montante de pessoas capacitadas para o IFN, num total de 108.

Indicador 10.2 - Projetos para o desenvolvimento florestal sustentável apoiados pelo

FNDF: as chamadas públicas de projetos no âmbito do FNDF realizadas entre 2012 e 2013, e cuja execução de projetos foi realizada em 2016, ofertaram assistência técnica para o manejo florestal comunitários e comercialização de seus produtos florestais para 61 instituições (incluindo associações comunitárias e cooperativas). Regionalmente, foram atendidas, 4 instituições na Amazônia, 5 no Cerrado e 52 na Caatinga.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

No que diz respeito às ações empreendidas para a consecução desse objetivo estratégico, avalia-se que o resultado de 2016 foi bastante satisfatório, principalmente quando se observam os indicadores do objetivo. As metas pactuadas para a agenda tiveram realização bem acima do previsto gerando, portanto, resultados positivos.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Para 2017, está prevista a revisão das metas dos indicadores, para que seja possível mensurar melhor o esforço da unidade.

3.2.7 - Objetivo 11 - Promover a regularização ambiental dos imóveis rurais

i. Descrição

Descrição geral	
A implementação do Código Florestal, Lei 12.651/2012, tem como um de seus instrumentos o Cadastro Ambiental Rural – CAR. O CAR é o registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais, o qual visa a regularização ambiental desses imóveis no Brasil. Serão desenvolvidas atividades para apoiar os estados da federação na implementação do CAR e do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais, desenvolvendo planos, projetos, iniciativas e instrumentos voltados à regularização ambiental dos imóveis rurais. Entre as iniciativas, destacam-se a promoção da restauração florestal em áreas degradadas visando à regularização ambiental das propriedades com a devida recomposição das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanentes APPs, o fomento ao plantio de espécies nativas e a coleta sustentável dos produtos florestais.	
Responsável	Carlos Eduardo Portella Sturm; CPF: 037.227.557-51; Diretor de Fomento e Inclusão

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A implantação do SICAR com vistas à integração das informações ambientais dos imóveis rurais inscritos no CAR e consolidação de uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento em todo o país pressupõe o desenvolvimento e disponibilização de soluções de tecnologia da informação para inscrição de imóveis rurais no CAR, acompanhamento dos processos, e integração dos dados existentes em sistemas estaduais desenvolvidos pelos próprios OEMAs. A partir da execução dos Acordos de Cooperação Técnica entre o MMA e os governos estaduais, verificou-se em 2016 a disseminação do uso do Módulo de Inscrição no CAR disponibilizado aos Estados que optaram por utilizar esta ferramenta, associado aos módulos de Relatórios e de Gestão de Acesso.

O ano de 2016 também representou significativo aumento nas taxas de cadastramento nos Estados que possuem sistemas de cadastramento próprios, parte destes já integrada ao SICAR. Além disso, verificou-se desempenho dentro do planejado em relação ao desenvolvimento, aprimoramento, disponibilização e gestão dos módulos do SICAR, empreendendo-se melhorias a 03 (três) módulos já disponíveis em ambiente de produção (inscrição, relatórios e gestão de acesso), e desenvolvendo-se 02 (dois) novos módulos (análise e central do proprietário/ possuidor), que foram disponibilizados em produção em 2015. Dando continuidade às ações, em 2016 foi disponibilizado um pacote de melhorias a 05 módulos do SICAR (Inscrição, Análise, Relatórios e Monitoramento, Gestão de Acesso e Central do Proprietário/ Possuidor), e iniciado o desenvolvimento do módulo de regularização ambiental dos imóveis rurais. As entregas envolveram ainda um novo módulo do SICAR – “Consulta Pública” para acesso aos dados e informações públicas declaradas no cadastro. Este novo pacote de tecnologias refletiu em novas adesões ao uso do SICAR por parte dos estados, com efeitos positivos sobre a padronização e integração de sistemas e bancos de dados estaduais ao SICAR.

O portal de consulta pública do SICAR é um ambiente público de consulta e acesso aos dados e informações agregadas geoespacializadas, declarados de desde o início da implantação do CAR, em 06 de maio de 2014, até o último dia do mês anterior ao corrente. Dados podem ser acessados por município, estado ou Brasil, relativos à: (i) Imóveis - total de imóveis e de área cadastrada; (ii) Regularidade (nº e área) – imóveis analisados, adesões ao PRA, total de Reserva Legal a regularizar, total de Área de Preservação Permanente a recompor, total de área de Uso Restrito a regularizar; (iii) Restrições (nº e área) – sobreposições com Terra Indígena, Unidades de Conservação e áreas embargadas do Ibama.

No âmbito do apoio em campo, ao público beneficiário especial do Código Florestal Brasileiro, a saber: detentores de imóveis até quatro módulos fiscais e povos e comunidades tradicionais que fazem uso rural dos imóveis; foram empreendidos esforços da Diretoria de Fomento e Inclusão, no que se refere à contratação de inscrição no cadastro ambiental rural, instalação de balcões de atendimento para o CAR e PRA, e estruturação de projetos de cooperação internacional para suporte técnico aos agricultores na inscrição e aos OEMAs na análise e validação.

Em 2015/2016, quatro iniciativas foram estruturadas na Diretoria de Fomento e Inclusão para apoio a inscrições no CAR e Regularização ambiental, sendo elas: 1- Contratação para inscrição no CAR dos imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais no semiárido Brasileiro, assistindo 50 mil famílias, com recursos do Fundo Socioambiental da caixa; 2- Celebração do acordo de cooperação técnica para execução do *componente 2* inscrição no CAR e instalação de balcões de atendimento do projeto Cerrado Federal com recursos do DEFRA-UK e Banco Mundial; 3- Cooperação técnica com a agência alemã GIZ para estruturação da campanha de comunicação do Código Florestal – Fase 1 “Inscrição no CAR e acesso a benefícios do novo código florestal”; 4- Celebração do acordo em separado e contrato de contribuição financeira para o Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha para Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado.

Em termos de área de imóveis rurais cadastrada, verificou-se um incremento de 141 milhões de hectares e de 1,66 milhões imóveis, entre o divulgado no boletim de dezembro de 2015 e o boletim de dezembro de 2016, atingindo-se, na data referência de 31/12/16, um total de 3.923.689 imóveis rurais e 399.233.861 hectares cadastrados, perfazendo mais de 100% da área passível de ser cadastrada, estimada com base no censo agropecuário de 2006.

No que diz respeito às Unidades da Federação integradas ao SICAR verificou-se que além das 16 unidades integradas em 2014 a partir da opção de se utilizar o Módulo de Inscrição do SICAR, e dos 08 Estados integrados em 2015. Em 2016, os estados de MS e PA concluíram seu processo de integração ao SICAR, sendo que o PA passou a utilizar o pacote tecnológico do SICAR. Resta finalizar a integração dos dados do CAR no ES, que possui sistemas

próprios, iniciativa que se encontra em andamento, tendo sido solicitados ajustes ao serviço de internet desenvolvido pelo Estado para envio de dados e recepção pelo SICAR. Verifica-se, portanto, 26 unidades integradas ao SICAR, de um total de 27, sendo que 21 destas utilizam o pacote tecnológico do SICAR.

ii.b- *Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.*

Figura 11 - Indicadores de Resultado - Objetivo 10

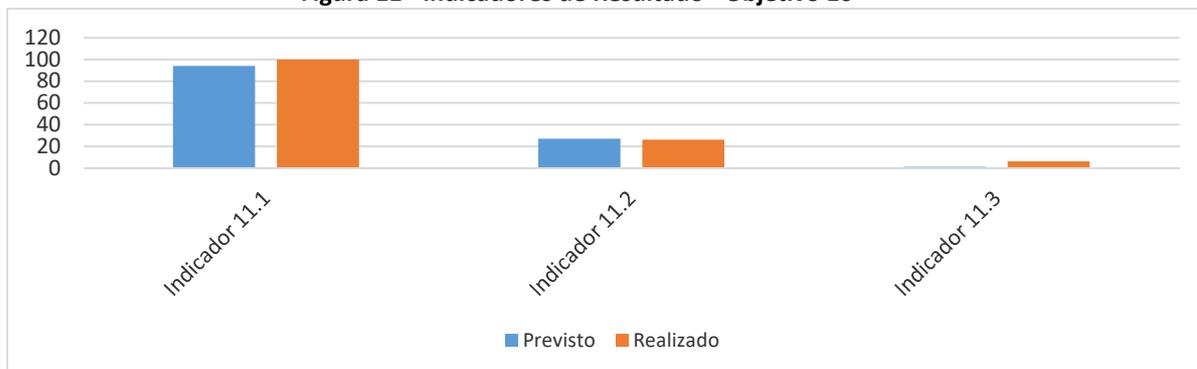


Tabela 18 - Indicadores de Resultado - Objetivo 11

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 11.1 - Percentual de Imóveis cadastrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SiCAR	60%	64,86%	94%	100%	100%
Indicador 11.2. Unidades da federação integradas ao SiCAR.	27	24	27	26	27
Indicador 11.3. Módulos do SiCAR desenvolvidos, aprimorados, disponibilizados e gerenciados.	02	02	01	6	7
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 11.1 - Percentual de Imóveis cadastrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SiCAR: somando-se os resultados obtidos em 2015 e 2016, verifica-se o percentual de mais de 100% de áreas declaradas no CAR em relação à área passível de ser cadastrada com base no censo agropecuário de 2006. Este indicador demonstra performance acima do planejado para 2016 (94%).

Indicador 11.2. Unidades da federação integradas ao SiCAR: em relação ao indicador de Unidades da Federação integradas ao SICAR, verificou-se, ao final de 2017, 26

(vinte e seis) unidades integradas, de um total de 27 (vinte sete) estabelecido como meta. A consolidação deste objetivo específico merece atenção, destacando-se que os esforços necessários para sua consecução em 2017 estão sendo envidados junto aos gestores destes Estados. Ressalte-se que essa meta é acumulada, ou seja, a integração vem sendo realizada ao longo dos anos.

Indicador 11.3. Módulos do SICAR desenvolvidos, aprimorados, disponibilizados e gerenciados: verificou-se desempenho dentro do planejado em relação ao desenvolvimento, aprimoramento, disponibilização e gestão dos módulos do SICAR, empreendendo-se melhorias a 03 (três) módulos já disponíveis em ambiente de produção (inscrição, relatórios e gestão de acesso), e desenvolvendo-se 02 (dois) novos módulos (análise e central do proprietário/possuidor), que foram disponibilizados em produção em 2015. Dando continuidade às ações, em 2016 foi disponibilizado um pacote de melhorias a 05 módulos do SICAR (Inscrição, Análise, Relatórios e Monitoramento, Gestão de Acesso e Central do Proprietário/ Possuidor), e iniciado o desenvolvimento do módulo de regularização ambiental dos imóveis rurais. As entregas envolveram ainda um novo módulo do SICAR – de consulta e acesso aos dados e informações declarados no cadastro, totalizando 6 módulos em ambiente de produção.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados apresentados indicam adesão ao SICAR tanto pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, quanto pelos proprietários e possuidores rurais, o que demonstra o grau de consolidação da política de Regularização Ambiental de imóveis rurais no Brasil. A estratégia de desenvolvimento, aprimoramento, disponibilização e gerenciamento contínuo do SICAR se apresentou como eficiente ferramenta para o atingimento dos indicadores.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Os indicadores deste objetivo serão remodelados de forma a abranger, para os próximos períodos de monitoramento, os esforços de apoio direto a partir de contratação de assistência técnica especializada para inscrição no CAR, apoio à execução análise e validação adesão ao PRA, elaboração de estudos e subsídios ao Programa de Regularização Ambiental, o atendimento a agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais em balcões específicos nos municípios que serão beneficiados com os projetos executores de investimentos internacionais para fomento à execução do CAR/PRA no Brasil.

3.2.8 - Objetivo 12 - Implementar metodologia de gestão com foco nos resultados

i. Descrição

Descrição geral	
A partir da construção de seu planejamento estratégico, o SFB buscará alinhar seus procedimentos e processos à sua estratégia institucional. A metodologia de gestão com foco em resultados deve promover a integração das agendas estratégicas, metas e projetos prioritários, desenvolvendo mecanismos que permitam a avaliação dos resultados da instituição, seus efeitos e impactos na sociedade.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Ao longo de 2016, o país sofreu com diversos impasses políticos que afetaram bastante o Serviço Florestal Brasileiro. Assim, a iminência constante de mudanças, bem como as sucessivas alterações e redução no quadro de servidores responsáveis pela Gestão Estratégica do órgão, tiveram impacto negativo na continuidade do Planejamento Estratégico.

Assim, a revisão do Planejamento Estratégico iniciada em 2015, onde foram realizadas entrevistas com dirigentes, corpo técnico, Ministério do Meio Ambiente e unidades regionais do SFB, resultando na Matriz SWOT da unidade, bem como na revisão dos elementos do Mapa estratégico (missão, visão e objetivos estratégicos), teve continuidade tímida em 2016.

Dessa forma, em 2016, foi possível apenas concluir a revisão dos indicadores e metas estratégicas do órgão, o que resultou no quadro exposto ao longo da sessão 3.3. Cabe citar também que o SFB vem acompanhando de perto e de forma bastante ativa o Planejamento Estratégico do MMA, que contempla iniciativas do SFB. Em 2016, desenvolvemos e aprimoramos quatro Estruturas Analíticas de Projeto do SFB voltadas ao Planejamento Estratégico do MMA, são elas: Manejo Florestal Comunitário, Inventário Florestal Nacional, Cadastro Ambiental Rural, Concessões Florestais. Em que pese serem iniciativas voltadas para o Planejamento Estratégico do MMA, elas contemplam as principais agendas estratégicas do SFB e já foram construídas com objetivo de, no futuro, servirem também ao Planejamento Estratégico do SFB.

No que diz respeito ao SISPLAN, sistema que busca integrar as ferramentas de Planejamento Estratégico do órgão em um ambiente web, a GESFIN enviou o sistema para homologação em dezembro de 2015, e houve a realização de mais algumas reuniões sobre o sistema na primeira metade de 2016. No entanto, por ordem do Diretor de Administração e Finanças a época, o desenvolvimento do sistema foi pausado e, até o presente momento a COGEST, atual área responsável pelo Planejamento Estratégico ainda não conseguiu utilizá-lo de fato.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 12 - Indicadores de Resultado - Objetivo 12



Tabela 19 - Indicadores de Resultado - Objetivo 12

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 12.1 - Índice de cumprimento das metas estratégicas	70%	65%	75%	69,23%	75%

Indicador 12.1 - Índice de cumprimento das metas estratégicas: esse indicador representa o esforço das diversas áreas do SFB em cumprir as metas estabelecidas para 2016. Os indicadores foram finalizados apenas no fim do ano de 2016, portanto, alguns indicadores e metas ainda estão em processo de revisão e análise.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O ano de 2016 foi um ano de mudanças para o cenário interno do SFB. Nesse sentido, acredita-se que a área fez o possível para realizar as atividades previstas do Planejamento Estratégico. A área compreende a importância do Planejamento Estratégico para a instituição e faz o máximo para dar bom andamento ao processo. No entanto, a área contou ao longo de 2016, com apenas duas servidoras, que adicionalmente ao Planejamento Estratégico, eram também responsáveis pela gestão orçamentária do órgão e por consolidar todos os relatórios e auditorias da instituição, bem como, análise de todos os Termos de Cooperação, Convênios e outros instrumentos congêneres. Dessa forma, foi feito o possível para que o Planejamento Estratégico e a implementação de uma gestão por resultados fosse feita de forma satisfatória.

Ademais, a área tem desenvolvido um ótimo relacionamento com a área responsável pela gestão estratégica do MMA, o que contribui para a otimização dos resultados.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Para 2017, a área pretende dar início ao Monitoramento dos Objetivos, Indicadores e Metas Estratégicas de forma mais eficaz. Para tanto, pretende-se realizar dois monitoramentos online e duas reuniões presenciais de monitoramento da estratégia ao longo de 2017.

3.2.9 – Objetivo 13 - Estabelecer e aprimorar os processos institucionais

i. Descrição

Descrição geral

O Serviço Florestal Brasileiro deve criar e aperfeiçoar os processos institucionais a fim de dotar a organização de efetividade operacional. A organização necessita conhecer de forma estruturada e definida seus processos, ter clareza quanto às regras de negócio, saber quem são os responsáveis pelas atividades, medir como esses processos funcionam e estudar formas alternativas para que sejam executados com qualidade, utilizando as melhores práticas.

Os processos institucionais estratégicos englobam a organização de recursos, tecnologia da informação e comunicação, gestão de pessoas, atividades e rotinas operacionais de cada área, resultados e entregas à sociedade.

Responsável Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Em 2016, houve aprimoramento dos seguintes processos institucionais: 1 – Fluxos de Termos de Execução Descentralizada - TED e Acordos de Cooperação Técnica - ACT; 2 –

Disponibilização de Planilhas Orçamentárias e Financeiras na intranet; 3 – Manual de Aplicação de Sanção a empresas contratadas.

No que diz respeito aos Fluxos de TED e ACT, buscou-se diminuir o número de áreas que avaliam o processo para otimizar o tempo que se leva para firmar os acordos, mantendo apenas as áreas essenciais e fazendo com que os processos passem o mínimo possível por uma mesma área. Os fluxos foram finalizados em dezembro de 2016 e a partir de 2017 começarão a ser utilizados na instituição.

No que diz respeito à disponibilização de planilhas orçamentárias na intranet, em meados de 2016, a GESFIN, responsável pela execução orçamentária e financeira do órgão, passou a disponibilizar diariamente planilhas na Biosfera, intranet do SFB, para que os servidores tivessem acesso mais fácil à execução do orçamento do órgão.

Com relação ao Manual de Aplicação de Sanção, a Gerência de Administração e Logística –GEAL no âmbito da Diretoria de Administração e Finanças-DAF, desenvolveu um fluxo com manual explicativo e minutas padrão de documentos para processos de aplicação de sanção à empresas contratadas e à licitantes que, durante a realização de pregões eletrônicos incorrerem em condutas descritas no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002. Esse fluxo é de fundamental importância, pois institucionaliza o procedimento que deve ser adotado por todas as gerências e diretorias de modo padronizado. O manual que acompanha os fluxos é auto explicativo sendo possível que qualquer servidor tenha condições de atuar, instruir e concluir um processo de sanção.

ii.b- *Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.*

Figura 13 - Indicadores de Resultado - Objetivo 13



Tabela 20 - Indicadores de Resultado - Objetivo 13

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 13.1 - Quantidade de processos críticos aprimorados / racionalizados	1	3	2	4	3
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 13.1 – Quantidade de processos críticos aprimorados/racionalizados: como exposto acima, em 2016, foram aprimorados 4 processos críticos: os dois fluxos – TED e ACT, a disponibilização de Planilhas Orçamentárias e Financeiras para os servidores do órgão e a elaboração do Manual de Aplicação de Sanções.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Tendo em vista a previsão de estabelecimento ou aprimoramento de dois processos institucionais, verifica-se que o Serviço Florestal Brasileiro superou a meta para o exercício, o que é bastante positivo.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Ainda em 2016, a GEAL detectou necessidade de se realizar estudos no que diz respeito ao correto e adequado controle das contas vinculadas. A Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação, conforme consta no Caderno de Logística – Conta Vinculada disponibilizado no Portal Compras Governamentais, foi criada com o objetivo de garantir os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas no caso de inadimplemento da contratada nos casos de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Trata-se de uma conta aberta pela administração em nome da empresa contratada, destinada exclusivamente a receber depósitos decorrentes de provisionamentos mensais dos seguintes encargos trabalhistas: 13º (décimo terceiro) salário, férias e um terço constitucional de férias, multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa, encargos sobre férias e 13º salário cujo percentual é variável de acordo com o grau de risco de acidente de trabalho da contratada.

Dessa forma, para 2017, espera-se conseguir aprimorar o processo das contas vinculadas, criando um fluxo para a instituição, e ainda, definir e reforçar o que o órgão já possui no que diz respeito aos fluxos de gestão orçamentária.

3.2.10 - Objetivo 14 - Apoiar a implementação do modelo de gestão de pessoas baseado na gestão por competências.

i. Descrição

Descrição geral

O modelo de gestão de pessoas baseada em competências é objeto de implantação pelo Ministério do Meio Ambiente em suas unidades, entre elas o SFB. Dessa forma, o Serviço Florestal centrará esforços no apoio à implementação do modelo de forma que se tenha a democratização na gestão, assegurando a participação dos servidores neste processo. A partir de sua implementação, questões importantes como a lotação e a mobilidade dos servidores serão tratadas com transparência e com processos definidos previamente.

A gestão de pessoas por competências (GPPC) buscará reconhecer, formar e ampliar conhecimentos, habilidades e atitudes que agreguem valor à organização e aos seus servidores. O modelo deve garantir, ainda, que servidores, efetivos e comissionados, detenham as competências necessárias, tendo em vista às respectivas atribuições exercidas.

Responsável: Samir Jorge Murad, CPF: 206.638.383-04; Diretor de Administração e Finanças.

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

No que diz respeito à Gestão de Pessoas, cabe salientar que o SFB é órgão subordinado ao Ministério do Meio Ambiente e possui núcleo de recursos humanos, que executa apenas a intermediação das demandas dos servidores junto ao MMA.

Dessa forma, as políticas de gestão de pessoas do SFB são feitas pelo próprio MMA, que leva em conta as demandas e necessidades do SFB juntamente com as demandas e

necessidades próprias do MMA. Dessa forma, optou-se por estabelecer indicador que faz referência ao processo de Gestão por competências em execução pelo MMA. Destarte, ainda que o SFB não tenha a governança suficiente sobre o processo, é possível visualizar melhor o andamento do Projeto de Gestão por Competências que está sendo implementado pelo MMA.

Nesse diapasão, a função do SFB tem sido coordenar os servidores do órgão para a participação nas etapas do processo e envidar esforços dentro do possível para que as informações repassadas para o MMA sejam fidedignas e reflitam o cenário da instituição.

Ressalta-se que o SFB participou de forma ativa de todas as atividades demandadas ao órgão.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 14 - Indicadores de Resultado - Objetivo 14

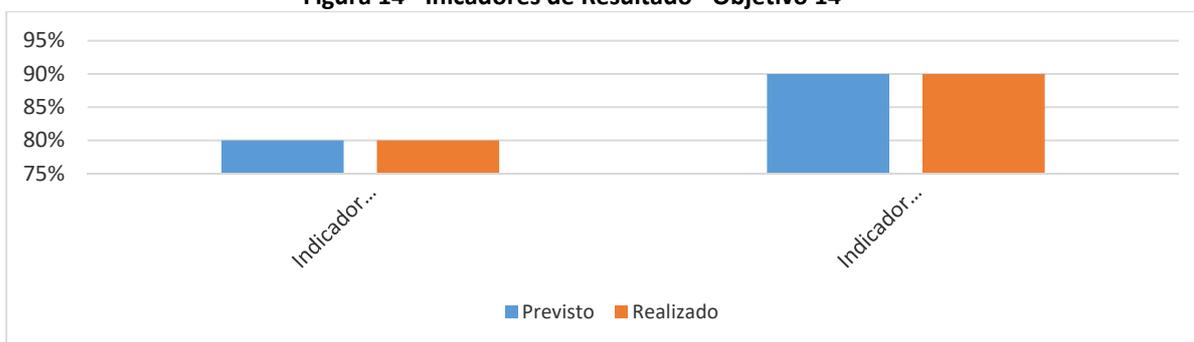


Tabela 21 - Indicadores de Resultado - Objetivo 14

Análise dos indicadores	2015		2016		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 14.1 - Nº de Servidores que se auto avaliaram no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 64,25%	0	0	80%	80%	90%
Indicador 14.2 Número de servidores que foram avaliados pelos seus respectivos gestores no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 84,92%.			90%	90%	100%
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 14.1 - Nº de Servidores que se auto avaliaram no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 64,25%: esse indicador ainda está passando por um processo de avaliação. Para 2016, mensurou-se aqui o percentual de servidores avaliados que se auto avaliaram com nota superior a 64%.

Indicador 14.2 Número de servidores que foram avaliados pelos seus respectivos gestores no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 84,92%: assim como o indicador anterior, esse indicador ainda passa por um processo de avaliação interna.

No ano de 2016, mensurou-se o número de servidores que tiraram notas superiores a 84% na avaliação de competências.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O SFB tem contribuído de forma significativa para a realização das etapas relativas ao Projeto de Gestão por Competências liderado pelo MMA. Os servidores do órgão têm participado de forma ativa das atividades propostas e respondido às solicitações vindas do MMA. No entanto, o SFB não tem competência no que diz respeito ao andamento do processo. Dessa forma, avalia-se que a instituição tem feito o possível para apoiar o processo, porém, cabe ao MMA a execução do Projeto de Gestão por competências.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

No que tange às medidas para melhoria de desempenho, sob a competência do SFB estão: a indicação de servidores para participação no Projeto – servidores esses que possam colocar em pauta, de forma clara e objetiva, as dificuldades e anseios dos servidores deste órgão -, bem como coordenar atividades para que as solicitações do MMA, no que diz respeito ao Projeto, sejam respondidas prontamente.

Além disso, é importante que seja divulgado, no âmbito do SFB, o andamento do Projeto e que sejam abertos canais para sugestões de melhoria, as quais serão repassadas ao MMA.

As demais medidas para andamento do Projeto de Gestão por Competências são de responsabilidade do MMA, conforme citado no item anterior.

3.2.11 - Objetivo 15 - Promover e incentivar a capacitação técnica e administrativa dos servidores

i. Descrição

Descrição geral

A organização deverá estimular e promover permanentemente seus servidores, inclusive dirigentes, a se capacitarem nas competências necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, sejam elas técnicas finalísticas e/ou administrativas. Essas capacitações deverão estar estruturadas em um plano de capacitação e qualificação profissional que abranja todos os níveis de formação do corpo técnico da instituição alinhado ao seu planejamento estratégico.

Nesse contexto, cabe salientar que o SFB possui apenas núcleo de recursos humanos, o qual intermedeia as demandas dos servidores junto ao MMA. Sendo assim, as políticas de RH, não obstante levarem em conta as necessidades do SFB, são realizadas pelo MMA.

Responsável: Samir Jorge Murad, CPF: 206.638.383-04; Diretor de Administração e Finanças.

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A Gestão por competências no âmbito do MMA teve início no ano de 2015, com a realização de atividades do Projeto Gestão por Competências, em parceria com a Universidade Federal do Pará – UFPA (TED Nº 5, de 18 de junho de 2014). Com base no resultado das

oficinas, foi elaborado o Plano Anual de Capacitação para o ano de 2016, o qual contemplava o levantamento das necessidades de cada uma das unidades que compõem o MMA, a consolidação de tais informações, e a disponibilização de cursos gratuitos aos servidores do órgão.

No ano de 2016, no entanto, devido à restrição orçamentária do Governo Federal como um todo, o Plano Anual de Capacitação do MMA foi suspenso. Dessa forma, houve poucos recursos destinados à capacitação dos servidores. Assim, o SFB, de acordo com as ações que vem sendo tomadas pelo MMA no âmbito das capacitações, tem incentivado seu pessoal a realizar capacitações gratuitas nas principais escolas do Governo, como é o caso da ESAF – Escola Nacional de Administração Fazendária e ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.

Ademais, foi realizado um curso, ofertado pelo Banco Mundial, do qual participaram 2 servidores de cada uma das gerências do órgão.

ii.b- **Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.**

Figura 15 - Indicadores de Resultado - Objetivo 15



Tabela 22 - Indicadores de Resultado - Objetivo 15

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 15.1 - Capacitação e qualificação do corpo técnico – percentual de servidores com ao menos 20hs de capacitação por ano	-	33%	40%	29,61%	30%
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 15.1 - Capacitação e qualificação do corpo técnico – percentual de servidores com ao menos 20hs de capacitação por ano: as metas desse indicador haviam sido estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente, pois estão vinculadas ao Plano de Capacitação do órgão, assim, a meta era de 50%. No entanto, internamente, estipulou-se a meta de 40%, diante do quadro de restrição orçamentária vivido. Mesmo assim, não foi possível cumprir a meta a contento, tendo em vista a redução significativa no orçamento destinado a esta atividade, chegando-se a um percentual de servidores capacitados, no ano de 2016, de apenas 29%.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O ano de 2016 foi um ano de cortes e restrições orçamentárias severas. Mesmo assim, conseguiu-se manter um patamar de pessoas capacitadas bem próximo do realizado em 2015, ainda que distante da meta estipulada.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Como continuamos num cenário de restrição orçamentária em 2017, o órgão pretende investir na divulgação ao público interno de realização de cursos gratuitos, especialmente, as capacitações promovidas pela Escola Nacional de Administração Pública, com o intuito de que sejam alcançadas as metas para este objetivo.

A participação do SFB na elaboração do Plano Anual de Capacitação também é tida como uma das maneiras de maximizar os resultados da organização, no que tange ao treinamento dos servidores.

3.2.12 - Objetivo 16 - Otimizar os processos licitatórios e de contratação

i. Descrição

Descrição geral	
O SFB deve padronizar e otimizar suas rotinas e atividades relacionadas aos processos de licitação e de contratação, para ampliar sua eficiência administrativa. O aperfeiçoamento dos processos e da comunicação, bem como a maior proximidade junto às áreas finalísticas são aspectos importantes para a redução dos prazos, maior eficiência do gasto e qualidade das contratações.	
Responsável	Samir Jorge Murad, CPF: 206.638.383-04; Diretor de Administração e Finanças.

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Para que as os objetivos institucionais do SFB sejam realizados, é preciso otimizar os processos internos, principalmente no que diz respeito ao processo licitatório. As dificuldades em realizar de forma ágil e adequada o processo de licitação advém de falta de pessoal, falta de capacitação do pessoal envolvido no processo, bem como de dificuldades no cumprimento dos prazos envolvidos.

Assim, esse objetivo reflete o esforço do órgão em se adequar as novas agendas e em proporcionar maior celeridade ao processo licitatório. Para tanto, em 2016, foi iniciado um estudo para identificação dos principais gargalos no processo licitatório. O primeiro passo foi a realização de levantamento de informações a respeito do tempo médio gasto entre a autuação de um processo de contratação por meio de pregão eletrônico e o pregão eletrônico para registro de preços. Foram avaliados todos os pregões realizados (com sucesso) no ano de 2016. O resultado do trabalho foi de 194 dias para pregões eletrônicos tradicionais e 134 dias para pregões SRP. Agora, ainda é necessário avaliar o tempo gasto com o encerramento do pregão em si, para avaliar o tempo gasto no pregão e os principais gargalos desse processo.

No exercício de 2016 foram realizados 30 pregões eletrônicos, 5 contratações por inexigibilidade, 1 concorrência e 3 adesões a atas de registro de preços.

Cumpra salientar que o SFB observa as recomendações no sentido de que não haja o fracionamento de despesas, e de que se evite que as contratações realizadas por meio de dispensa de licitação, estejam previstas no escopo de contratos vigentes.

ii.b- **Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.**

Figura 16 - Indicadores de Resultado - Objetivo 16



Tabela 23 - Indicadores de Resultado - Objetivo 16

Análise dos indicadores	dos	2015		2016		2017
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 16.1 – Levantamento dos processos de contratação realizado				100%	50%	100%
Legenda		■ Conforme planejado	■ Merece atenção	■ Desconforme		

Indicador 16.1 – Levantamento dos processos de contratação realizado: esse indicador foi criado especialmente para o ano de 2016. No entanto, havia a previsão de encerrarmos o levantamento ainda no ano de 2016, o que não foi possível. Assim, para 2017, pretende-se finalizar o levantamento e elaborar um Plano de Ação para redução do tempo gasto com os processos licitatórios.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O SFB vem buscando melhorar seus resultados e otimizar seus processos internos. A tentativa de avaliar seus processos de contratação e encontrar meios para sanar os gargalos presentes se insere na busca por uma melhora contínua.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2017, o SFB pretende finalizar o estudo começado em 2016 e, juntamente com os resultados já encontrados, realizar uma apresentação a todo o SFB apontando os principais gargalos e colhendo informações com intuito de levantar as causas desses gargalos e as formas de dirimir os problemas. Dessa forma, o próximo passo será a elaboração de um Plano de Ação, com intuito de sanar os problemas encontrados e otimizar o processo de contratação.

3.2.13 - Objetivo 17 - Aprimorar a Gestão do Conhecimento e da Informação

i. Descrição

Descrição geral

A transparência é fator fundamental para disponibilizar e comunicar informações, decisões, ações e resultados de forma acessível, frequente e clara aos seus servidores e à sociedade. Para que o conhecimento existente no SFB seja compartilhado e institucionalizado, é necessário sistematizar rotinas e procedimentos que assegurem a sua gestão. A Gestão do Conhecimento como ferramenta gerencial busca otimizar processos e eliminar redundâncias, mapear onde está o conhecimento na instituição, quem são os peritos, onde estão as soluções que possam subsidiar o processo decisório, em tempo hábil para a resolução dos mais diversos problemas. A evolução das tecnologias exige atualização constante dos envolvidos de modo que se possa aplicar à gestão da informação as melhores práticas disponíveis agregando conhecimento e valor ao negócio. Dessa forma, o conhecimento e as informações produzidos não estarão associados apenas aos indivíduos, mas disponíveis a toda a instituição e ao público que esteja interessado, garantindo transparência à informação.

Responsável

Samir Jorge Murad, CPF: 206.638.383-04; Diretor de Administração e Finanças.

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Mediante as estratégias definidas pelo SFB em seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI 2015/2016, que tem por finalidade detalhar os aspectos da gestão de TI identificados como de maior impacto presente e futuro, a GETI procura atender a crescente e ininterrupta demanda por soluções de informática e gestão de conhecimento que superem a capacidade instalada do órgão em atender às solicitações de forma ágil e eficiente.

Nesse sentido, as ações desempenhadas pela área em 2016 foram:

1) Atividades de Implementação do aperfeiçoamento da solução junto às diretorias do SFB. Esta atividade foi dividida nas seguintes tarefas:

- a. Reestruturação do processo de gestão e transparência de informações do SFB;
- b. Levantamento das informações junto às Diretorias do SFB;
- c. Criação de repositório dinâmico e unificado de dados e informações inerentes às unidades e processos do SFB;
- d. Implementação dos projetos de melhorias junto às Diretorias;
- e. Plano de Comunicação de implementação da Solução;
- f. Avaliação dos resultados obtidos;
- g. Expansão dos projetos implementados;
- h. Levantamento de novas funcionalidades;
- i. Implementação de novas funcionalidades;
- j. Emissão de OS para elaboração de novas funcionalidades;
- k. Gestão, acompanhamento e fiscalização técnica das entregas;
- l. Implantação das funcionalidades novas;
- m. Pagamento das implementações das novas funcionalidades;
- n. Avaliação das novas funcionalidades.

2) Manutenção da solução:

- a. Acompanhamento mensal da integridade da solução;
- b. Pagamento da manutenção da solução.

- 3) Desenvolvimento de novos processos:
- a. Aprimoramento das necessidades de processos junto às Diretorias;

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 17 - Indicadores de Resultado - Objetivo 17

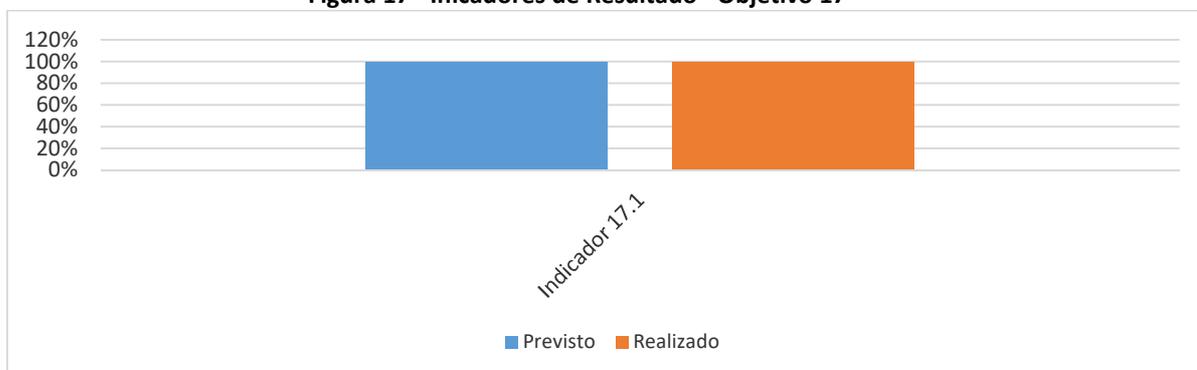


Tabela 24 - Indicadores de Resultado - Objetivo 17

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
17.1 Sistema de gestão do conhecimento e informação aperfeiçoado			100%	100%	
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 17.1 - Sistema de gestão do conhecimento e informação aperfeiçoado: a Biosfera constitui-se em uma solução integrada de suporte à comunicação e gestão corporativa. Neste sentido, precisa ser constantemente aperfeiçoada para garantir que as informações produzidas sejam sempre usadas para obter o melhor resultado em um ambiente em constante mudança. Este indicador retrata os processos desenvolvidos no ano 2016 para o aperfeiçoamento da ferramenta de gestão do conhecimento, considerados estratégicos para o SFB e assim alinhados com as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional. No Plano Diretor de TI, as ações de aperfeiçoamento da ferramenta Biosfera foram descritas como necessidades de negócio para o SFB, sendo as metas e ações planejadas para o ano de 2016 tratadas como necessidades da área de TI.

O levantamento das necessidades de melhorias que foram implementadas na Biosfera foi coordenado pela Gerência de TI do SFB, em conjunto com a Divisão de Comunicação do SFB e ainda as áreas de TI e Comunicação do MMA.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Considerando-se as diretrizes do objetivo ora tratado, que tem por finalidade a Gestão do Conhecimento e da Informação para que o conhecimento existente no SFB seja compartilhado e institucionalizado, as ações desenvolvidas pelo SFB, em conjunto com o MMA, foram para o aperfeiçoamento do sistema Biosfera e para o apoio e suporte na contratação, entrega e implementação das soluções de melhorias de TI.

De modo geral, o aperfeiçoamento da ferramenta Biosfera trouxe ao SFB ganho de agilidade na criação e transferência do conhecimento produzido e mais capacidade de resposta aos problemas imediatos, tendo em vista o aprimoramento da comunicação entre a sede oficial em Brasília e as suas quatro unidades regionais. A facilidade de diálogo via chat e vídeo chamada entre os servidores, colaboradores e público externo também proporcionou ao SFB economia de recursos, tendo em vista que tais funcionalidades dependem apenas de conexão com a internet. Os processos internos e os fluxos de trabalho foram otimizados e hoje os servidores e colaboradores podem encontrar, em um único ambiente, todas as informações produzidas pela instituição, o que aumentou o rendimento produtivo e facilitou a comunicação entre os pares, encorajando-os a compartilhar ideias geradoras de inovação e de enfrentar novos desafios.

Os resultados alcançados tiveram total aderência ao que foi estabelecido como meta para o exercício de 2016, conforme o descrito em nosso PDTI, cuja meta foi cumprida em 100%.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Considerando a experiência obtida no ano de 2016, não restam dúvidas de que a Biosfera é a principal ferramenta para se aprimorar a gestão do conhecimento e da informação no SFB. No entanto, sabe-se que para se aperfeiçoar tal gestão, o SFB necessita agregar valor às ações de integração do conhecimento e de gestão da informação. Para tanto, outras ideias e soluções podem ser colocadas em prática, o que trará ganhos de desempenho à Biosfera.

A criação de processos específicos para a gestão do conhecimento é um importante instrumento para se agregar valor aos serviços desenvolvidos pelo SFB. Estes processos estão fortemente relacionados a incentivos e ações da alta diretoria. Existe também uma forte correlação com as tecnologias de comunicação aplicadas ao compartilhamento de informação, necessitando sempre de serem usadas conjuntamente com as políticas implantadas.

A Biosfera desempenha papel principal como sistema de compartilhamento das informações produzidas pelo SFB, devendo tal conhecimento e experiência existentes serem introduzidos nos processos de trabalho. As iniciativas devem atuar na criação de mecanismos para dinamizar a inovação e mudança de processos. Neste sentido, a DAF também busca criar ações de capacitação na gestão do conhecimento para dotar os servidores do SFB da expertise necessária para fortalecer suas competências e melhorar seu desempenho. A DAF/ GETI também busca a criação de condições viabilizadoras para que o conhecimento dos indivíduos seja transformado em ação inovadora. A GETI vem ampliando seus esforços para que a gestão desse conhecimento seja incorporada ao ambiente e a cultura organizacional do SFB, viabilizando a adoção de práticas estruturadas e integradas de gestão do conhecimento como partes inerentes ao trabalho desempenhado pelo SFB, para que a transparência dos atos praticados por seus agentes públicos ocorra com plenitude.

3.2.14 – Objetivo 18 - Fortalecer os mecanismos de transparência e acesso à informação institucional

i. Descrição

Descrição geral

Faz-se necessário o aprimoramento dos procedimentos e das orientações internas que assegurem a transparência pública, a abertura de dados institucionais e o acesso à informação ao público externo. Ao estabelecer mecanismos e instrumentos de transparência, o SFB fomentará e apoiará a participação da sociedade civil no acompanhamento, monitoramento, fiscalização e controle da gestão pública. Para tanto, é fundamental que se construa uma gestão que privilegie a relação governo-sociedade.

Responsável

Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro SFB tem, entre as suas principais competências, a de zelar pela qualidade dos serviços prestados pelo SFB e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da Instituição, seja contra a atuação dos concessionários (art. 62, inciso II, da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006).

Dessa forma, ao estimular a participação do cidadão no controle e na avaliação da Instituição e de seus serviços, a Ouvidoria constitui-se em uma ferramenta capaz de auxiliar a transformação permanente do SFB, uma vez que possibilita mudanças e ajustes nos serviços por ele prestados, em consonância com as demandas sociais canalizadas pela Ouvidoria.

Além das atividades típicas de ouvidoria - receber demandas internas e externas com relação à solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio - a ouvidoria do SFB exerceu, em 2016, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), assegurando o acesso a informação, de forma eficiente e adequada, conforme prevê a Lei de Acesso à Informação – LAI;
- b) canalizar o fluxo de atendimento das consultas relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são encaminhadas às diversas áreas do SFB, para conhecimento e providências correspondentes. A Ouvidoria monitora o atendimento e cobra pela tempestividade e qualidade das respostas, as quais, quando recebidas das áreas competentes, são repassadas aos cidadãos. Os indicadores ligados diretamente à forma de atendimento, bem como a pesquisa de satisfação, indicam, no exercício de 2016, um melhor desempenho nesses dois quesitos.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

As tabelas a seguir apresentam análises dos principais indicadores relacionados aos assuntos tratados ao longo de 2016, tais como o fluxo de atendimento das demandas (de Ouvidoria, do SIC e do CAR), o *status* das respostas, as áreas técnicas demandadas e o tempo de resposta das demandas.

Tabela 25 - Demandas Totais Recebidas (2015 - 2016)

Natureza da demanda	2015	2016	Participação (%)
1. Ouvidoria	380	316	24
2. SIC	49	79	6
3. CAR	2.380	930	70
Total Geral das Demandas	2.809	1.325	100

Em 2016, a Ouvidoria recebeu 1.325 demandas, o que significou uma diminuição de cerca de 53%, em relação ao ano de 2015. Essa redução deveu-se, quase que exclusivamente, às consultas relacionadas ao CAR, as quais sofreram uma redução de aproximadamente 61%.

As medidas adotadas pela equipe do SFB responsável pelo CAR, ao longo de 2016 – principalmente o compartilhamento, com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS), no

atendimento ao público - aliadas à sistemática de respostas padronizadas, o que possibilitou à Ouvidoria do SFB auxiliar no atendimento ao público, foram fundamentais não apenas para a redução das consultas sobre o CAR, mas, também, para o equacionamento do passivo de demandas não respondidas e pela sensível melhora nos índices de tempo de respostas.

As demandas classificadas como tipicamente de ouvidoria (solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio), também foram reduzidas (cerca de 17%). Esse desempenho é um reflexo da melhora nos serviços prestados ao público pelo SFB, como, também, a promoção da chamada Transparência Ativa, preconizada pela LAI, pela qual o órgão disponibiliza, voluntariamente, em seu sítio eletrônico, informações relacionadas à sua área de atuação.

Por outro lado, os pedidos de informações canalizados pela SIC, apresentaram crescimento de 61% (de 49 em 2015 para 79 em 2016).

A maior demanda por informações via SIC é uma demonstração do crescente interesse do público por dados mais detalhados do que aquelas disponibilizados no sítio eletrônico do SFB - particularmente aqueles relacionados ao CAR - ademais, se canalizadas pelo SIC, os pedidos de informações têm regras e prazos mais rígidos do que aquelas observadas pela Ouvidoria. Além disso, o cidadão tem a garantia, no caso de negativas de acesso à informação, parcial ou total, de poder interpor recursos junto ao órgão demandando e, até mesmo, às instâncias superiores, como ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

Tabela 26 - Situação das Demandas em 31.12.2016

Demandas	Respondidas	%%	Em Trâmite	%	Total
Ouvidoria	315	99	1	1	316
SIC	79	100	0	0	79
CAR	892	96	38	4	930
Total	1.286		39		1.325

A tabela 26 retrata o volume e percentuais de demandas respondidas e pendentes ao final de 2015 e 2016. Das 1.325 demandas recebidas, em 2016, 97% (1.286) foram respondidas e 3% (39) encontravam-se pendentes, aguardando parecer técnico das áreas responsáveis pelas respostas. Do total de pendências, 96% (38) correspondem às demandas relacionadas ao CAR. O volume de demandas não atendidas, ao final do ano, deveu-se aos problemas técnicos apresentados pelo sistema eletrônico de cadastramento e ao número reduzido de servidores do SFB disponibilizados para o atendimento aos assuntos do CAR.

Tabela 27 - Unidades envolvidas (interna e externa)⁶

Unidades envolvidas	2015		2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
OUVIDORIA	191	50,26	190	60,1
GEFLOC	33	8,68	13	4,1
LPF	28	7,37	27	8,6
GEINF	27	7,11	21	6,6
GECOF	27	7,11	25	7,9
GEAL	14	3,68	11	3,5
GECAF	12	3,16	1	0,3
GEMAF	5	1,32	3	1,0
DICOM	3	0,79	3	1,0

⁶ não inclui o SIC e o CAR.

DFI	3	0,79	9	2,8
Outra Áreas	9	2,36	13	4,1
EXTERNAS	28	7,37	0	0,0
TOTAL GERAL	380	100,00	316	100,00

A tabela 27, acima, relaciona a quantidade de demandas recebidas pela ouvidoria e as unidades que foram envolvidas nas respostas às mesmas. Cabe ressaltar que a equipe da Ouvidoria, com a colaboração e apoio das áreas técnicas e, principalmente, pela concentração de conhecimento adquirido em relação aos assuntos tratados na Instituição, conseguiu solucionar, por conta própria, cerca de 60% das demandas recebidas em 2016.

Figura 18 - Indicadores de Resultado - Objetivo 18



Tabela 28 - Indicadores de Resultado - Objetivo 18

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 18.1 – Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 30 dias – demandas típicas de ouvidoria	90%	93%	95%	99%	
Indicador 18.2. - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 20 dias – Demandas canalizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)		80%	85%	96%	
Indicador 18.3 - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 30 dias – Demandas do Cadastro Ambiental Rural (CAR)		51%	70%	83%	
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 18.1 – Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 30 dias – demandas típicas de ouvidoria: pela tabela 29, observa-se que, em 2016, 99% das providências tomadas pelas áreas técnicas do SFB foram encaminhadas aos cidadãos dentro do prazo legal de 30 dias.

Tabela 29 - Tempo de resposta às demandas típicas da Ouvidoria (2015 e 2016)⁷

Tempo de resposta	2015		2016		2017
	Quantidade	%	Quantidade	%	Meta
De 1 a 15 dias	299	78,69	266	84,00	100% de atendimento das demandas no prazo de até 30 dias.
De 16 a 30 dias	55	14,47	43	13,60	
Acima de 30 dias	26	6,84	6	1,89	
Pendentes	0	0,00	1	0,51	
Total Geral	380	100,00	316	100,00	

Indicador 18.2. - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 20 dias – Demandas canalizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): em 2016, o SIC do SFB recebeu 79 pedidos de acesso de informação (vide tabela 25), os quais foram, na sua totalidade, respondidos aos demandantes. Os meios de contato disponibilizados aos cidadãos, por este canal, são: formulário eletrônico – e-SIC da CGU, e-mail e atendimento presencial.

A tabela 30, abaixo, apresenta o prazo de resposta aos cidadãos das demandas encaminhadas pelo SIC. Observa-se que, em 2016, 96% (76 demandas) estão dentro do prazo legal estabelecido (20 dias) e 4% (3 demandas), acima do prazo. Nesse caso, também, a Ouvidoria vem trabalhando junto às áreas técnicas para observar a tempestividade das respostas.

Tabela 30 - Tempo de resposta das demandas do SIC (2015 e 2016)⁸

Tempo de resposta	2015		2016		2017
	Quantidade	%	Quantidade	%	Meta
De 1 a 20 dias	39	80	76	96,2	100% de atendimento das demandas no prazo de até 20 dias.
Acima de 20 dias	10	20	3	3,8	
Total Geral	49	100	79	100	

Indicador 18.3 - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 30 dias – Demandas do Cadastro Ambiental Rural (CAR): no ano de 2016 foram recebidas 930 consultas sobre o CAR, o que corresponde a 70% do total demandado à Ouvidoria, por todos os canais de atendimento.

No que se refere ao prazo das respostas aos cidadãos, a Tabela 31 mostra que das 930 demandas recebidas em 2016, 83% foram respondidas tempestivamente, ou seja, dentro do prazo legal de 30 dias; 8% foram respondidas com prazo superior aos 30 dias; e 9% se encontravam pendentes, em 31.12.16.

Tabela 31 - Tempo de resposta das demandas do CAR (2015 - 2016)

Tempo de resposta	2015		2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
De 1 a 15 dias	495	21	695	74,7
De 16 a 30 dias	726	30	76	8,1

⁷ solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio

⁸ Prazo legal de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa.

Acima de 30 dias	661	28	76	8,1
Sem resposta	498	21	83	9,1
Total Geral	2.380	100	930	100,0

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os trabalhos da Ouvidoria do SFB, no exercício de 2016, transcorreram-se normalmente. Ao final de 2015, houve a nomeação de um novo Ouvidor e a incorporação de uma funcionária. Ocorreu, também, em 2016, a ampliação das instalações da Ouvidoria, o que possibilitou que toda a equipe trabalhasse em um único ambiente, em condições apropriadas para o atendimento ao público.

Nesse contexto, em 2016, a Ouvidoria logrou resultados positivos que vão ao encontro dos objetivos estratégicos do SFB, particularmente no que se refere no atendimento às manifestações do cidadão (público interno e externo), as quais permitem o monitoramento, a fiscalização e o controle dos serviços prestados pelo Órgão.

Em relação às demandas típicas de Ouvidoria (solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio), assim como aquelas canalizadas pelo SIC, registrou-se, em 2016, uma redução importante no tempo de resposta, em comparação com 2015.

Cabe ressaltar, também, como resultado positivo, uma maior integração entre a Ouvidoria e as demais áreas técnicas do SFB, o que permitiu à Ouvidoria solucionar, por conta própria, cerca de 85% das demandas recebidas nos últimos dois anos, assim como reduzir o tempo de respostas.

O atendimento prestado à sociedade pela Ouvidoria do SFB é avaliado por meio de um sistema de pesquisa de satisfação, implantado em 2014. Todos os cidadãos que encaminham demandas típicas de Ouvidoria são convidados a responder um questionário de satisfação. O objetivo é aferir a qualidade do trabalho desenvolvido e oferecer subsídios para permanente melhoria dos serviços prestados.

A pesquisa realizada em 2016 foi respondida por cerca de 105 pessoas, o que representa 33% do total de demandantes, e apresentou o seguinte resultado com relação à qualidade do atendimento prestado: excelente (58%); bom (35%); regular (3%), ruim (2%) e péssimo (2%).

Quanto ao tempo de atendimento, 92,38% avaliaram como rápido e normal e 7,62% avaliaram como demorado a resposta à sua demanda.

Quanto ao indicador de clareza das respostas 94% informaram que receberam respostas claras e de fácil compreensão, bem como cerca de 96% declararam que, se necessário, voltariam a utilizar os serviços prestados por esta Ouvidoria.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

- Integrar a Ouvidoria do SFB ao sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv) desenvolvido pela Controladoria – Geral da União, para recebimento de manifestações do público interno e externo. Além de facilitar e agilizar o tratamento das demandas, o sistema permite maior integração entre as ouvidorias participantes e a geração de relatórios gerencias e operacionais.
- Reduzir ao máximo possível o número de demandas não satisfeitas, bem como os índices de tempo de respostas;
- Fortalecer os mecanismos de transparência e acesso à informação institucional, por meio do aprimoramento dos procedimentos e rotinas internas, incluindo um sistema

informatizado atualizado, que facilite a participação do público interno e externo no monitoramento, na fiscalização e no controle da gestão do SFB; e

- Maior integração e colaboração com as áreas técnicas, buscando um maior comprometimento dessas áreas na atenção às demandas recebidas, o que se traduzirá na redução das demandas não satisfeitas, na maior tempestividade e qualidade nas respostas, propiciando assim, um melhor atendimento por parte da Ouvidoria e um maior grau de satisfação por parte do público demandante. O objetivo é atender um número maior de cidadãos, mas garantindo a eles respostas rápidas e de boa qualidade.

3.2.15 – Objetivo 19 - Ampliar a integração e interlocução interna

i. Descrição

Descrição geral	
Para que os resultados institucionais sejam atingidos, é imprescindível a integração e a interlocução interna do SFB. O fluxo de informação interna deve ser ágil, permitindo que os dados e informações alcancem todos os níveis e que cada servidor e colaborador tenha clareza quanto à sua contribuição para os desafios e metas postas. Dessa forma, rotinas e procedimentos devem ser estabelecidos entre as diretorias e gerências de maneira a se promover a integração de agendas, atividades e equipes para a alavancagem de resultados e para o reconhecimento institucional.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A Diretoria Geral do Serviço Florestal Brasileiro tem fomentado o trabalho matricial entre as demais diretorias colegiadas e suas equipes de modo a promover maior integração das diversas agendas geridas pelo órgão e, dessa maneira, melhorar os resultados das atividades em curso.

Desde o ano de 2015 o Serviço Florestal Brasileiro utiliza a Biosfera, uma plataforma digital para gestão do conhecimento para otimizar a integração das equipes e a articulação das tarefas desempenhadas pelos servidores do órgão, a partir do uso de facilidades como: espaços de trabalho colaborativo, compartilhamento de documentos por meio de discos virtuais, espaços de discussões temáticas construídas e geridas por servidores, reuniões virtuais, além da padronização do acesso aos serviços e informações dos diversos setores do Ministério do Meio Ambiente e do Serviço Florestal Brasileiro.

A plataforma Biosfera também tem sido utilizada para disponibilizar documentos administrativos do órgão, tais como atas de reuniões e relatórios técnicos, de forma a aumentar a transparência dos procedimentos decisórios e esclarecer os servidores do SFB sobre as discussões em curso.

Além do uso da plataforma digital Biosfera, o órgão também promove, regularmente, encontros presenciais com os servidores de forma a ampliar o conhecimento da equipe sobre as agendas trabalhadas e intensificar a integração entre estas. Dentre os eventos de rotinas de integração interna implementadas no ano de 2016 destacam-se as Quartas Florestais e as reuniões de nivelamento, lideradas pelo Diretor Geral.

As Quartas Florestais consistem de palestras ministradas aos servidores do quadro do SFB abordando temas da área de atuação da instituição ou temas correlatos à administração pública, visando o nivelamento de informações entre a equipe e a adoção de boas práticas de gestão. Durante o ano de 2016, foram realizados 3 Quartas Florestais, contemplando os seguintes temas: “Aplicativo de Rastreabilidade de Madeira de Concessão Florestal” (Junho), Relatório de Atividade da Ouvidoria (Julho), Módulos SIG e SiCar (Agosto). Outros 4 encontros de fomento à integração interna merecem destaque: “Café da Manhã – 10 anos do Serviço Florestal Brasileiro” (Março); “Reunião para apresentar proposta de Horta Comunitária (Outubro); e “Café da manhã em comemoração ao dia do Servidor Público” (Outubro).

Esta quantidade de 6 encontros de integração equivale a meta atingida no ano de 2015, bem como 100% da meta prevista para o ano de 2016. Para o ano de 2017, estão previstos outros 6 encontros.

Outro instrumento utilizado pelo órgão para a disseminação de informações é o Clipping SFB, uma coletânea de notícias de interesse do Serviço Florestal Brasileiro enviada periodicamente para o email de todos os servidores, com informações sobre o setor florestal e, principalmente, sobre ações do órgão que repercutiram na mídia nacional e especializada. Ao longo de 2016, foram produzidas 138 coletâneas. Para 2017, a previsão é a implementação de envios semanais, com previsão de 50 coletâneas sobre os temas inerentes as atividades do SFB.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 19 - Indicadores de Resultado - Objetivo 19



Tabela 32 - Indicadores de Resultado - Objetivo 19

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 19.1 - Eventos realizados para integração interna		4		6	6
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 19.1 - Eventos realizados para integração interna: o indicador em questão trata de encontros e eventos internos que promovam a integração institucional, o compartilhamento de informações sobre as atividades de cada área do SFB e fomentem a articulação interna entre equipes. Os encontros organizados pela Assessoria de Comunicação visam colocar as equipes em contato de forma a promover a troca de experiências, por meio da apresentação das atividades de cada área. A atividade visa também apresentar iniciativas e novas atividades que fomentem a integração entre as equipes.

Observa-se que durante o ano de 2016, o Serviço Florestal Brasileiro emvidou esforços para promover o fluxo interno de informações entre seus servidores sobre as ações, resultados e impactos da atuação institucional na agenda florestal do país, utilizando para isto ferramentas de internet (Plataforma Biosfera e Clipping SFB). Corrobora ainda com o fluxo da informação as reuniões de integração, onde pode-se discutir e conhecer as estratégias de articulação política do SFB com demais atores da agenda florestal e compartilhamentos de avanços e resultados entre a equipe do SFB.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

A implementação das rotinas de integração interna durante o ano de 2016 demonstra o esforço institucional em promover o fluxo de informações entre os servidores do SFB e seu quadro gerencial – diretivo, dando ênfase não apenas para os trabalhos desenvolvidos no âmbito da instituição, mas também de sua relação e impactos na agenda florestal do país.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

A melhora do desempenho deste indicador deverá ser atingida por meio de:

- (a) **Ações que promovam o uso da Biosfera como plataforma de gestão do conhecimento:** apoio e incentivo dos servidores em utilizar cada vez mais as

ferramentas de gestão da informação e fóruns de debate oferecidos pela Plataforma Biosfera

- (b) **Mapeamentos das áreas para a Biosfera:** mapeamentos das áreas de trabalho do órgão com vistas a aprimorar o uso da plataforma Biosfera como ferramenta de gestão do conhecimento. A empresa responsável pela gestão da Biosfera, Padrão iX, executará mapeamentos com equipe especializada para mapear atividades das áreas e sugerir soluções dentro da plataforma para aprimorar fluxos de informações e processos de trabalhos internos.
- (c) **Café Florestal:** a realização de novo evento de integração das equipes, com previsão de reuniões a cada dois meses. No novo formato, cada gerência é responsável pela organização do evento, pela apresentação de suas atividades para os colegas dos demais departamentos, sendo tais atividades desempenhadas com apoio da Dicom.
- (d) **Clipping SFB:** prosseguimento da produção e envio periódico para o conselho diretor e para o corpo técnico dos clippings de notícias de interesse do Serviço Florestal Brasileiro

3.2.16 – Objetivo 20 - Ampliar a captação, a gestão e a execução dos recursos financeiros

i. Descrição

Descrição geral

Diante das agendas estratégicas institucionais, o SFB deve desenvolver estratégia para ampliar a captação de recursos financeiros, de forma a garantir os meios para que suas metas e resultados sejam atingidos. Além disso, faz-se necessário aprimorar sua capacidade de gestão e execução dos recursos orçamentários e daqueles externos ao orçamento, prezando pela qualidade do gasto público. Deve-se garantir que o orçamento da instituição esteja alinhado ao seu plano estratégico, bem como que sua execução seja monitorada efetivamente e de forma transparente.

Responsável	Raimundo Deusdará Filho; CPF: 152.129.713-49; Diretor-Geral
--------------------	---

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

O orçamento do Serviço Florestal Brasileiro é composto por ações finalísticas, pela ação 2000, referente à Administração da Unidade e por ações de pessoal, essas últimas repassadas e executadas pelo MMA.

No que diz respeito às ações finalísticas, em 2016, o orçamento do SFB foi composto pelas ações 20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar; 20WB - Pesquisa e Informações Florestais; 20WC - Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais; 20WD - Inventário Florestal Nacional; 8308 - Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação; além da ação 2000, Ação de Administração da Unidade.

Essas ações são compostas por recursos provenientes da União (Fonte 100), de Projetos de Cooperação Internacionais, atualmente KFW e FIP/BID (Fonte 195), de Projetos de Cooperação com organismos nacionais, no caso, Fundo Amazônia (Fonte 196), por Recursos das Concessões Florestais (Fonte 129) e por recursos próprios não financeiros (Fonte 150 e Fonte 250).

Em 2016, o percentual empenhado de fonte 100 é de 87%, conforme dados extraídos do SIOP. A Fonte 129 também teve boa execução, com empenho de 83%. Já de Fonte 195 e de

fonte 196 esse percentual foi mais baixo, apenas 28% e 1,4% do valor autorizado foi empenhado, respectivamente.

No que diz respeito à captação de recursos externos, em 2016, foi dada continuidade às negociações junto ao FIP/BID para concessão de empréstimo, acordo esse que ainda está sob análise da STN.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 20 - Indicadores de Resultado - Objetivo 20



Tabela 33 - Indicadores de Resultado - Objetivo 20

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 20.1 - Orçamento fiscal do órgão		1,07%	3%	47%	50%
Indicador 20.2 - Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0129; 0195; 0196)	75%	4,77%	50%	21%	40%
Indicador 20.3. Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0100)	90%	73%	90%	87%	90%
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 20.1 - Orçamento fiscal do órgão: esse indicador busca medir o aumento ou redução do orçamento fonte 100 em relação ao ano anterior e é medido pelo orçamento de 2016 sobre o orçamento de 2015, multiplicado por 100%. No ano de 2016, o orçamento fonte 100 do órgão (Ações 2000, 20WA, 20WB, 20WC, 20WD, 20VV) foi de R\$ 27.102.014,00, contra R\$ 17.897.296,00 em 2015. Esse incremento de valor se deve ao fato de em 2016, a Ação 8308, do CAR, ter passado para o SFB.

Indicador 20.2 - Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0129; 0195; 0196): Quando se considera a execução orçamentária de todas essas fontes de forma conjunta, a execução foi bastante baixa em 2016. A execução da fonte 129 foi de 83%, e a execução da fonte 195 foi de 28%. Porém, a execução da Fonte 196 foi abaixo de 2%, o que baixou sistematicamente a execução desse indicador.

Indicador 20.3. Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0100): A execução do orçamento fonte 100 não foi ideal, o que ocorre principalmente pelos cortes orçamentários

impostos ao órgão ao longo dos anos. Mesmo assim, alcançou-se 87% de execução, percentual bem superior a execução dos orçamentos das demais fontes. Isso ocorre porque os recursos fonte 100 são destinados basicamente aos serviços de manutenção da unidade, que precisam ser executados para que a unidade funcione.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O ano de 2016 foi um ano de mudanças e restrições para todo o Governo Federal. Dessa forma, o SFB passou por um ano de turbulências e ajustes internos que dificultaram a execução da então agenda do órgão. Além de ter sofrido a perda sistemática de funcionários, houve acumulação de agendas por Diretorias e, conseqüentemente, acumulação de atividades por servidores. Assim, parte das agendas finalísticas ficou sobrecarregada.

Mesmo assim, as execuções de quase todas as Fontes do SFB teve incremento significativo no ano de 2016 em comparação ao ano de 2015. Apenas a Fonte 196 ficou aquém do esperado. Isso se deve ao fato da Fonte estar voltada exclusivamente para a realização do IFN na Amazônia. Em 2016, tiveram início diversos processos de contratação para realização do Inventário, porém, nenhuma das licitações conseguiu ser realizada ainda em 2016. Dessa forma, não foi possível executar a referida Fonte.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2017, espera-se que o órgão sofra os ajustes necessários para a melhor execução das agendas.

Ademais, espera-se que seja possível executar boa parte dos recursos advindos de Fontes Externas ao longo de 2017, uma vez que agora os processos de contratação principalmente do Fundo Amazônia – Fonte 196, já estão bastante avançados.

3.2.17 – Objetivo 21 - Prover infraestrutura física adequada ao órgão

i. Descrição

Descrição geral	
A instituição deve prover infraestrutura física adequada às atividades e à quantidade de servidores de cada unidade, de forma a agilizar o atendimento de demandas e apoiar a tomada de decisões, bem como adequar a estrutura administrativa ao crescimento organizacional.	
Responsável	Samir Jorge Murad, CPF: 206.638.383-04; Diretor de Administração e Finanças.

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

No ano de 2015, houve a sinalização da sessão de uso de espaços pertencentes ao IBAMA para o SFB. Dessa forma, em 2016 houve a cessão de uso” de um novo espaço anteriormente ocupado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio onde, após as adaptações e consertos necessários foi possível instalar a Diretoria Geral, o Gabinete, a Assessoria de Comunicação e a Assessoria Jurídica. Além disso, o Bloco H foi reformado/adaptado para receber o Serviço De Almoxarifado, Logística e Patrimônio-SEALP, a Gerência de Estratégia e Finanças-GESFIN, a Gerência de Administração e Logística-

GEAL e a Coordenação de Licitações e Contratos-COLIC. As mudanças visaram aproximar os setores de sua respectiva Diretoria facilitando assim a interlocução entre os setores.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 21 - Indicadores de Resultado - Objetivo 21



Tabela 34 - Indicadores de Resultado - Objetivo 21

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 21.1 - Modernização da infraestrutura da Sede do SFB	100% do Projeto Executivo Concluído	80% do Projeto Executivo	50% da Reforma da Sede do SFB concluída.	50% da Reforma da Sede do SFB concluída.	100%
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 21.1 - Modernização da infraestrutura da Sede do SFB: a meta para o ano de 2016 foi alterada quando optou-se por ficar com o espaço cedido pelo IBAMA e descartar a possibilidade de mudança para o prédio da 506 que havia sido cedido anteriormente ao SFB, mas que precisava de reformas estruturais para ser concluído. Dessa forma, dentro das novas metas de realização de algumas reformas dentro do próprio espaço já ocupado pelo SFB, foi possível concluir a meta programada para 2016.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Considera-se que o SFB realizou a melhoria das infraestrutura física do órgão de forma significativa ao longo do ano de 2016. Foram empreendidas diversas reformas no órgão e ainda estão previstos novos ajustes ao longo de 2017 que correm como planejado.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Para 2017, pretende-se concluir a adaptação dos prédios atualmente ocupados pelo SFB para que cada uma das Diretorias fique mais próxima de seus servidores, facilitando a integração e o diálogo das áreas.

3.2.18 – Objetivo 22 - Garantir soluções de infraestrutura e de integração dos sistemas de tecnologia da informação

i. Descrição

Descrição geral

O SFB deve prover soluções tecnológicas de alta qualidade, interoperáveis, portáteis e de fácil uso ao público interno e externo à instituição. Seus sistemas devem gerar informações e conhecimentos relevantes dos temas afetos ao SFB, a partir de bases de dados integradas e que sejam compatíveis com as inovações tecnológicas. O SFB busca desenvolver uma abordagem focada na participação e colaboração social, no reaproveitamento de recursos e na economicidade de modos de cooperação, visando ao apoio técnico e tecnológico e ao desenvolvimento das instituições públicas que contribuem para a execução das políticas nacionais de gestão de florestas. Os sistemas do SFB devem buscar a interoperabilidade com os demais sistemas do Governo de modo que as pessoas, organizações e sistemas computacionais possam interagir para trocar informações de maneira eficaz e eficiente.

Responsável

Samir Jorge Murad, CPF: 206.638.383-04; Diretor de Administração e Finanças.

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A Diretoria de Administração e Finanças – DAF -, por meio de sua GETI, deve estar empenhada em melhorar continuamente a infraestrutura de rede e de serviços de TI de forma a assegurar a qualidade e eficiência na gestão e o desenvolvimento sustentável. Para isso, o SFB inseriu em seu PDTI, como diretriz de atuação, a adoção de metodologia única de desenvolvimento de sistemas - MDS, visando a disciplinar o desenvolvimento e manutenção de sistemas no âmbito do MMA com objetivo de planejar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração, implantação e consultoria técnica.

A fim de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do SFB, a DAF/GETI mantém contrato de prestação de Serviços de suporte, operação e sustentação da infraestrutura de TI para a aplicação de tecnologias da informação para a concepção, desenvolvimento, integração e manutenção dos ativos informacionais, de forma a possibilitar a gestão e a tomada de decisão direcionadas para a consecução da missão e da visão do órgão, e com isso viabilizar a permanente afirmação de seus valores.

As atividades desempenhadas via contrato de prestação de Serviços envolvem:

- 1- Suporte à infraestrutura de rede para a melhoria das instalações físicas do SFB;
- 2- Aprimoramento da rede de dados;
- 3- Soluções de segurança da informação;
- 4- Manutenção de suporte de TI para o SFB.

Foram adquiridos, ao longo do exercício de 2016, 38 equipamentos do tipo desktop que possibilitaram a melhoria da utilização dos serviços de TI por parte dos servidores do SFB. Foram elaborados projetos para aquisição de 1) Solução de Gestão administrativa e gerenciamento de projetos; 2) Links de comunicação Telebras; 3) Solução de VOIP; 4) Solução de Vídeo Conferência; 6) Equipamentos de armazenamento – Storage; 7) Solução de Segurança de dados – Backup; 8) Aquisição de Servidores de rede; 9) Solução de BI e Georeferenciamento; 10) Adequação de rack e equipamentos de rede Switches; 11) Aquisição de antivírus.

Atualmente existem quinze servidores de dados para dar suporte a todos os sistemas hospedados em nosso parque tecnológico. Parte dos equipamentos que foram adquiridos nos anos anteriores possuíam contrato de suporte e garantia que se encerraram em 2016. Por

consequente, foi realizado novo procedimento licitatório para contratação dos serviços de manutenção e extensão de garantia visando assegurar a não interrupção da infraestrutura de TI para manter a operabilidade e confiabilidade desses equipamentos.

Visando assegurar a integração dos sistemas de TI do SFB, foi estabelecido no Planejamento Estratégico Institucional de 2016 a implementação de 6 sistemas corporativos. Foi cumprido 100 % da meta, tendo sido entregues os produtos listados abaixo:

- SCC - Sistema Cadeia de Custódia
Área gestora: GEMAF – Gerência Executiva de Monitoramento e Auditoria Florestal
Descrição do sistema: Sistema para registrar a cadeia de custódia e monitoramento das atividades desenvolvidas nas unidades de manejo florestal das áreas de concessão.
Controla a origem e destino dos produtos florestais nas concessões.

- SGC - Sistema Gestão de Contratos
Área gestora: GEAL – Gerência Executiva de Administração e Logística
Descrição do sistema: Sistema para registrar e acompanhar os contratos administrativos do SFB.

- SGC/FNDF – Sistema de Gestão de Contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
Área gestora: GECAF – Gerência Executiva de Capacitação e Fomento
Descrição do sistema: O sistema possibilitará gerenciamento de contratos firmados com as empresas contratadas prestadoras de serviços e produtos ao governo federal. Todo trabalho, atualmente, é realizado em planilhas do Excel, o que dificulta a integração e a rastreabilidade dos atributos, reduzindo a eficiência do processo de tramitação dos contratos.

- IFN – Inventário Florestal Nacional
Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais
Descrição do sistema: Sistema para monitoramento contínuo dos recursos florestais e fornecimento de informações para subsidiar a definição de políticas florestais, a gestão dos recursos florestais e a elaboração de planos de uso e conservação dos recursos florestais.

- SCA - Sistema de Controle de Acessos
Área gestora: GETI – Gerência Executiva de Tecnologia da Informação
Descrição do sistema: O SCA tem como objetivo unificar as informações de usuários, sistemas, perfis de acesso e permissões, otimizando os recursos necessários para manutenção e evolução do sistema, bem como seguir uma política de segurança que garanta a confiabilidade e integridade dos dados dos sistemas.

- SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais
Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais
Descrição do sistema: Base nacional de informações sobre florestas brasileiras, a gestão florestal governamental, o ensino, a pesquisa, o desenvolvimento florestal e o setor produtivo florestal brasileiro.

- PNGF – Portal Nacional da Gestão Florestal
Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais
Descrição do sistema: Permitir uma visão completa das ações voltadas à gestão florestal no país e consequentemente o cumprimento da Resolução CONAMA 379/2006, que permitirá maior transparência sobre o tema e participação social, assim como o delineamento de políticas adequadas para o setor.

- Portal do Cadastro Nacional de Florestas Públicas
 Área gestora: GECAD – Gerência Executiva de Cadastro de Florestas
 Descrição do sistema: Disponibilizar informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e sua base de conhecimento para seus colaboradores (SFB) e, possivelmente, para clientes (ESTADOS), parceiros de negócios (CONCESSIONÁRIOS) e também para o público em geral (SOCIEDADE CIVIL).
- Portal do Serviço Florestal Brasileiro
 Área gestora: ASCOM – Assessoria de Comunicação
 Descrição do sistema: Sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro Intranet.
- SIGAD – Sistema de Gestão Arquivística de Documentos
 Área gestora: GEAL – Gerência Executiva de Administração e Logística
 Descrição do sistema: é um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos que viabiliza o rastreamento de documentos e processos físicos produzidos e recebidos neste Serviço Florestal Brasileiro bem como acondiciona arquivos digitais dos registros indexados, por meio da classificação arquivística assegura o momento da eliminação de documentos.
- RIT – Repositório de Informações Técnicas
 Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais
 Descrição do sistema: é o sistema institucional de gestão e disseminação dos documentos técnicos do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que tem por objetivo armazenar, preservar e divulgar produtos técnicos elaborados de acordo com as atividades desenvolvidas no SFB. Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas.
- SISPLAN – Sistema de Planejamento Orçamentário
 Área gestora: COGEST – Coordenação de Gestão Estratégica
 Descrição do sistema: o sistema tem o objetivo de aumentar a eficiência do acompanhamento da execução física e orçamentária das atividades desenvolvidas pela instituição, necessita de um suporte sistêmico que possibilite a rastreabilidade entre os objetivos e metas estipulados no planejamento estratégico e no PPA, além de um único repositório de informações de planejamento.
- SGC/Concessão Florestal – Sistema de Gestão de Contratos de Concessão Florestal
 Área gestora: GECOF – Gerência Executiva de Concessão Florestal
 Descrição do sistema: O sistema possibilita a centralização das informações dos contratos de concessão, visando facilitar a gestão dos contratos, divulgação das informações referentes às concessões florestais vigentes e o processo de emissão das guias para pagamento.
- SGC/FNDF – Sistema de Gestão de Contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
 Área gestora: GECAF – Gerência Executiva de Capacitação e Fomento
 Descrição do sistema: O sistema possibilitará gerenciamento de contratos firmados com as empresas contratadas prestadoras de serviços e produtos ao governo federal.

Biosfera – Solução Integrada de Suporte à Comunicação e Gestão Corporativa
 Área gestora: GETI – Gerência Executiva de Tecnologia da Informação
 Descrição do sistema: Ferramenta oficial de comunicação, troca de informações e

integração entre os servidores e colaboradores vinculados bem como para disseminação de assuntos governamentais de interesse da instituição.

Também foram asseguradas as atividades de manutenção e evolução dos sistemas, ora listados, relacionados aos macroprocessos finalísticos do SFB.

A atuação da GETI envolveu ainda ações de gestão e fiscalização de contratos de suporte e desenvolvimento TI com diversos fornecedores, conforme listados abaixo:

Tabela 35 - Relação dos contratos que vigoram no exercício de referência do relatório de gestão.

UNIDADE	FAVORECIDO	DESPESAS EMPENHADAS											
		JAN/2016	FEV/2016	MAR/2016	ABR/2016	MAI/2016	JUN/2016	JUL/2016	AGO/2016	SET/2016	OUT/2016	NOV/2016	DEZ/2016
GETI	COMPUSOFTWARE INFORMATICA LTDA										19.885,24	19.885,24	360,00
	DATEN TECNOLOGIA LTDA										99.140,40	99.140,40	
	INTEGRASYS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA												1.716.000,00
	MJP INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME												649.995,00
	NIVA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA												1.861.735,00
	CAST INFORMATICA S/A		22.060,15	109.700,63	0,00	136.911,25	78.645,71	76.070,03	66.622,06	62.805,73	67.098,00	619.913,56	118.383,15
	MJP INFORMATICA E SERVICOS LTDA -											0,00	9.995,00

ME													
NETWORLD PROVEDOR E SERVICOS DE INTERNET LTDA - EPP	9.016,94	0,00	9.060,52	4.530,41	4.529,21	4.531,67	4.531,98	0,00	0,00	9.050,68	47.001,15	7.382,61	
NIVA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA											0,00	326.880,00	
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	4.438,38	4.438,38	4.438,38	8.876,76	4.438,38	4.438,38	0,00	4.438,38	4.549,34	9.098,68	49.155,06	5.573,87	
N2O TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME											0,00	0,00	
MJP INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME											0,00	440.475,00	
Total	13.455,3 2	26.498,5 3	123.199,5 3	13.407,1 7	145.878,8 4	87.615,7 6	80.602,0 1	71.060,4 4	67.355,0 7	204.273,0 0	835.095,4 1	5.136.779,6 3	

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 22 - Indicadores de Resultado - Objetivo 22

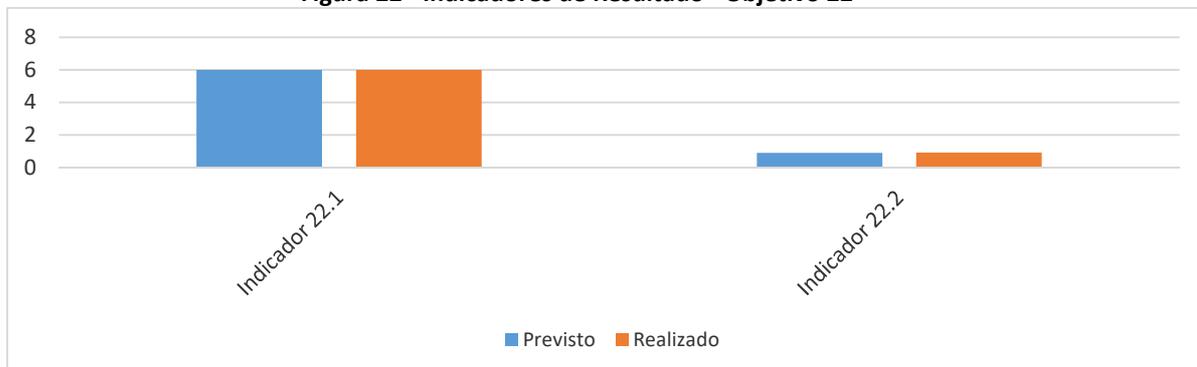


Tabela 36 - Indicadores de Resultado - Objetivo 22

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 22.1 - Sistemas corporativos Implementados	6	6	6	6	-
Indicador 22.2 - Índice de metas do PDTI cumpridas	90%	96%	90%	91%	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Indicador 22.1 - Sistemas corporativos implementados: o SFB vem melhorando progressivamente sua capacidade para implementar e acompanhar o desenvolvimento de sistemas corporativos. Atualmente, com a renovação dos contratos de empresas terceirizadas que fornecem os serviços de TI, o SFB conseguiu alcançar os objetivos determinados no Planejamento Estratégico do órgão para o ano de 2016.

Indicador 22.2 - Índice de metas do PDTI cumpridas: este indicador refere-se à mensuração do atingimento das metas estabelecidas para o período em medição. O Índice de metas do PDTI cumpridas é obtido em razão do programado sobre o realizado. A meta estabelecida para o período foi quantificada em 90% e foi realizado 91%, o que equivale a um resultado satisfatório, tendo em vista as disponibilidades de recursos orçamentários e de pessoal da GETI do SFB.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Durante o ano de 2016, houve os mais variados problemas de infraestrutura. Aconteceram diversos eventos de queda de energia por mais tempo que os no-breaks sustentam, forçando o desligamento dos equipamentos. Problemas com os aparelhos de ar condicionado e chuva dentro do datacenter também foram recorrentes. Os no-breaks apresentaram falhas de placas controladoras de bateria, obrigando o SFB a fazer manutenções que demandassem paradas de sistemas.

Para área de infraestrutura, ao final do ano de 2016, foram adquiridos equipamentos para modernização do parque. Assim, servidores de rede, storage, equipamentos de backup e ativos de rede foram adquiridos utilizando recursos de projetos e do Orçamento Geral da União. Entretanto, estes equipamentos necessitam de um novo espaço físico, pois o atual não tem capacidade de abrigá-los. Já está em curso o estudo de uma nova sala, segura e com os requisitos técnicos necessários para estes equipamentos.

Ainda durante o ano de 2016, o SICAR, que era executado no IBAMA nos servidores da EMBRATEL, em razão da finalização do contrato de prestação de serviços, foi migrado para o MMA. Para o ano de 2017, é plano que este sistema tenha sua execução no SFB de forma que o SFB atenda ao seu mandato.

Diante deste cenário e, ainda considerando as diretrizes do objetivo ora tratado, que tem por finalidade garantir ao SFB uma infraestrutura de TI adequada que assegure qualidade e eficiência na gestão, as ações voltadas para a contratação e entrega de novos produtos, possibilitaram uma ampliação na integração dos sistemas, viabilizando a disponibilização de informações e conhecimento dos temas afetos ao SFB para toda a Administração Pública e a sociedade, de forma fácil e acessível. Os resultados alcançados tiveram total aderência ao que foi estabelecido como meta para o exercício de 2016, conforme o descrito em nosso PDTI, cuja meta foi cumprida em 100%.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Com o objetivo de melhorar as ações destinadas ao cumprimento das metas estabelecidas, a DAF buscou assegurar na LOA de 2017 os recursos necessários para ampliar a modernização da estrutura física e a integração dos sistemas de forma a dar cumprimento às metas institucionais. Também vêm buscando, junto aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Meio Ambiente, a disponibilização de servidores da área de Tecnologia da Informação para que as ações de TI tenham sustentabilidade e para a formação de uma cultura de retenção do conhecimento gerado. A DAF também busca criar ações de capacitação para dotar o SFB da expertise necessária para um melhor planejamento e gerenciamento das contratações de soluções de TI, com vistas a proporcionar eficiente integração com as instituições públicas que contribuem para a execução das políticas nacionais de gestão de florestas.

3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

3.3.1- Estágio de desenvolvimento

Com o objetivo de alavancar seus resultados organizacionais e aprimorar a sua gestão, em 2013, o Serviço Florestal Brasileiro, em parceria com a Agência de Cooperação Alemã (GIZ), contratou consultoria especializada para a implementação da Gestão para Resultados no órgão.

Foram desenvolvidas 3 etapas do projeto: 1- análise de contexto; 2- definição da missão, visão, valores e objetivos estratégicos; e 3- definição de indicadores e metas organizacionais.

A primeira etapa apresentou diagnóstico que descreveu e avaliou o ambiente interno e externo (análise setorial) de atuação do SFB. A partir da análise de contexto, a segunda etapa teve como objetivo a elaboração de mapa estratégico contendo a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos da instituição para o período de 2014-2015 e 2016-2019.

Entretanto, o período de transição que a instituição passou entre 2014 e o primeiro semestre de 2015, a incorporação das novas agendas (CAR e Código Florestal), as mudanças no Conselho Diretor e a elaboração do novo Plano Plurianual 2016-2019 acarretaram modificações no cenário de atuação do SFB, o que revelou a necessidade de se rever as diretrizes estratégicas, o mapa estratégico delineado e alguns dos produtos decorrentes.

Dessa forma, ao longo do segundo semestre de 2015 foi desenvolvida a revisão do Planejamento Estratégico do Serviço Florestal Brasileiro, buscando adequá-lo às novas agendas e necessidades do órgão. Assim, após entrevista realizada com dirigentes, gerentes e multiplicadores do SFB, chegou-se ao novo Mapa Estratégico do SFB. Os indicadores, bem como metas e a descrição dos objetivos estratégicos ainda estão em fase de validação pelo Conselho Diretor do Órgão.

Em 2016, a Política Brasileira passou por mudanças significativas que tiveram impacto tanto no Ministério do Meio Ambiente quanto no SFB. Dessa forma, diante do contexto das iminentes reformas, o Planejamento Estratégico do órgão teve continuidade tímida ao longo de 2016 e parte das atividades previstas não foi cumprida.

Ao longo de 2016, foram pactuados os indicadores estratégicos da instituição e as metas para 2016 e para 2017. Buscou-se ao longo dessa definição um alinhamento estratégico entre as metas previstas nos diversos instrumentos de gestão aos indicadores e metas definidos.

Ademais, o SFB participou ativamente das atividades de Planejamento Estratégico do MMA ao longo de 2016. As principais áreas finalísticas do órgão criaram Estruturas Analíticas de Projeto para o MMA que refletem o cenário estratégico em que se inserem e traçam panoramas de planejamento de longo prazo para cada uma das políticas envolvidas, quais sejam as Concessões Florestais, o IFN, o Manejo Florestal Comunitário e o CAR.

Para o ano de 2017, o SFB pretende realizar reuniões de monitoramento da estratégia para alinhamento das metas e ações empreendidas ao longo do ano.

3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

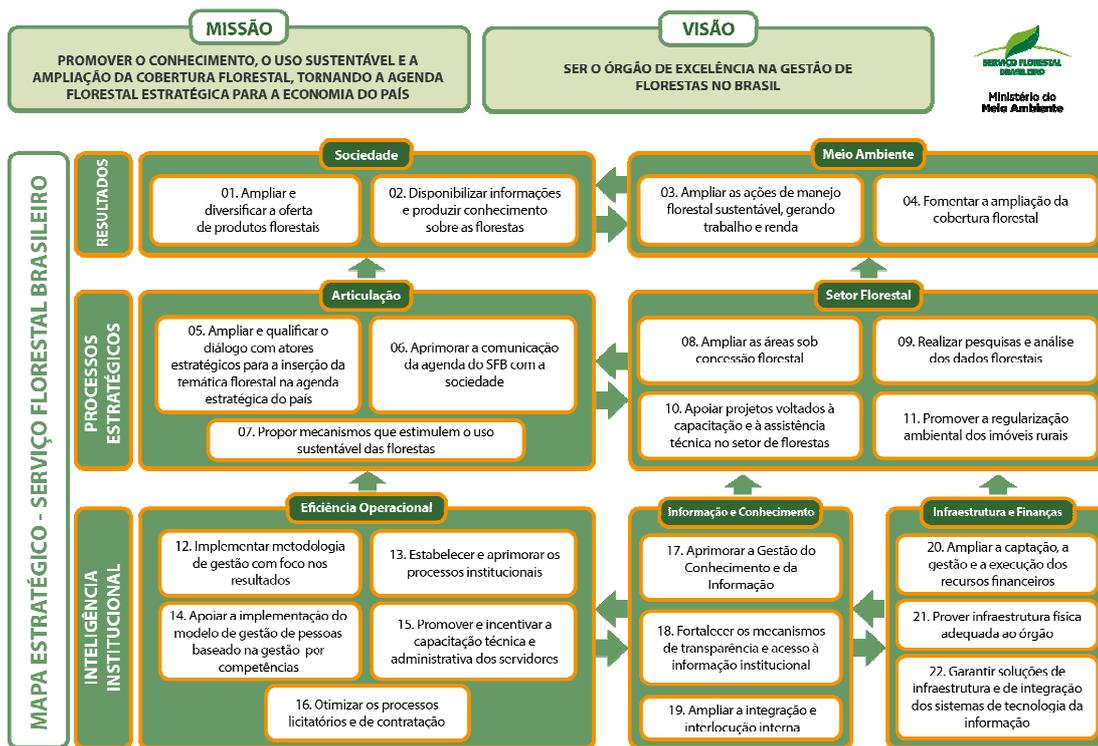
A metodologia adotada, assim como no primeiro ciclo de elaboração, baseou-se no Balanced Scorecard – BSC, metodologia já consagrada para o planejamento tanto do setor privado, quanto do setor público. O BSC é uma nova abordagem para administração estratégica, desenvolvida por Robert Kaplan e David Norton em meados de 1990. Trata-se de um sistema de gestão de desempenho - não apenas um sistema de medidas - que habilita as organizações a clarear sua visão e estratégia e traduzi-las em ações.

Dessa forma, a revisão do Planejamento Estratégico do SFB teve início com um Diálogo com Diretor-Geral acerca das agendas estratégicas para o SFB e suas correlações, no dia 11/8/2015. Posteriormente, foram realizadas 34 entrevistas dirigidas, das quais 15 com dirigentes (secretário – MMA, diretores e gerentes) e 19 com servidores, inclusive as equipes das Unidades Regionais do SFB. As entrevistas possuíam sete questões que buscavam captar as impressões sobre o ambiente interno (forças e fraquezas) e o ambiente externo (ameaças e oportunidades) ao órgão, bem como uma avaliação acerca dos objetivos estratégicos e atributos de missão e visão anteriormente pactuados.

Essas entrevistas foram feitas com base na Matriz SWOT, que organiza a relação entre elementos do ambiente interno das organizações (Forças e Fraquezas) e elementos externos à organização, verificados no seu contexto de atuação (Oportunidades e Ameaças). Considerando a relação e os respectivos impactos entre esses fatores, são identificados os pontos iniciais para a definição da estratégia. Assim, chegou-se a seguinte matriz:

AMBIENTE INTERNO	
FORÇAS 1. CORPO TÉCNICO QUALIFICADO 2. POTENCIAL DA NOVA AGENDA 3. DIRETORIA GERAL 4. PAPEL INDUTOR	FRAQUEZAS 1. GESTÃO DE PESSOAS 2. CAPACIDADE INSTITUCIONAL INSTALADA 3. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE COMPETÊNCIAS 5. ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INTERNA 6. COMPETIÇÃO INTERNA DE AGENDAS 7. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
OPORTUNIDADES 1. MAIOR VISIBILIDADE 2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO FLORESTAL 3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 4. AGENDA POSITIVA 5. AMPLIAÇÃO DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	AMEAÇAS 1. RISCO DE IMAGEM 2. CONFLITO DE COMPETÊNCIAS 3. PRESSÃO POLÍTICA 4. INCERTEZAS SOBRE A RELAÇÃO FEDERATIVA 5. CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA
AMBIENTE EXTERNO	

Com base na matriz swot e nas entrevistas realizadas, a área responsável pela Gestão Estratégica do órgão – Gerência Executiva de Gestão Estratégica e Finanças (GESFIN) – elaborou proposta de Revisão do Mapa Estratégico, que foi validada pelo Conselho Diretor do SFB. Segue abaixo novo Mapa Estratégico:



Ao longo de 2016, foram definidos os indicadores estratégicos da instituição e pactuadas as metas para 2016 e 2017 conforme se segue:

Figura 23 - Indicadores Estratégicos

OBJETIVOS	INDICADORES ESTRATÉGICOS	FÓRMULA	RESPONSÁVEL	PERÍODO DA DEFEIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA 2016	META FÍSICA 2017
01. Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais	1.2. Produção de madeira em tora por meio das concessões	Volume de madeira em tora produzido	DCM/GEMAF	Anual / (Cumulativo)	m3	130.000	170.000
	2.1. Boletins/Painéis analíticos do SNIF publicados e disponibilizados à sociedade (recursos florestais, economia e ensino e pesquisa)	Número de relatórios disponibilizados por ano	DFI/GENF	Anual	Unidade	3	3
	2.2. Relatórios sobre as florestas do Brasil produzidos e disponibilizados no SNIF	Número de relatórios, por estado, disponibilizados por ano	DFI/GENF	Anual	Unidade	2	2
02. Disponibilizar informações e produzir conhecimento sobre as florestas	2.3 Relatórios do Inventário Florestal Nacional disponibilizados no SNIF	Número de relatórios disponibilizados por ano	DFI/GENF	Anual	Unidade	2	3
	2.7. Projetos de Pesquisa desenvolvidos	Número de projetos de pesquisa desenvolvidos	DFI/DPF	Anual	Unidade	16	20
	2.8. Boletim sobre o Cadastro Ambiental Rural publicado	Número de boletins sobre o CAR publicados	DFI/CAR	Anual	Unidade	12	
	3.1. Recursos financeiros disponibilizados à comunidade local das áreas sob concessão florestal	Volume de recursos financeiros disponibilizados às comunidades locais nas áreas sob concessão florestal	DCM/GECOF	Anual	R\$	747.217,00	763.000,00
03. Ampliar as ações de manejo florestal sustentável, gerando trabalho e renda.	3.2. Empregos diretos gerados pelas concessões florestais	Número de empregos diretos gerados pela concessões	DCM/GEMAF	Anual	Unidade	200	300
	3.3. Famílias beneficiadas com o apoio do SFB	Número de famílias beneficiadas	DFI/GEDEFOR	Anual	Unidade	250	10.000
	4.1. Tecnologias difundidas no âmbito do desenvolvimento da silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais.	Número de tecnologias difundidas no âmbito da silvicultura	DFI/GEDEFOR	Anual	Unidade	1	2
04. Fomentar a ampliação da cobertura florestal.	4.2 Número de projetos de recuperação florestal	Soma das áreas dos projetos em recuperação	DFI/GEDEFOR	Anual	Unidade	1000	1.000
	5.1. Instrumentos de cooperação técnica firmados	Número de instrumentos de cooperação técnica firmados	GAB	Anual	Unidade	10	
05. Ampliar e qualificar o diálogo com atores estratégicos para a inserção da temática florestal na agenda estratégica do país.	5.2. Participação qualificada em colegiados	Percentual de reuniões colegiadas que contam com a presença de membros do SFB.	GAB	Anual	Percentual		
	6.1. Índice de seguidores nas mídias sociais	Soma do número de seguidores nos perfis do órgão no Facebook, Twitter, YouTube, Soundcloud, etc.	GAB/ASCOM	Anual	Unidade	18.140	30.326
06. Aprimorar a comunicação da agenda do SFB para a sociedade.	7.1. Atos normativos revisados e simplificados	Número de atos normativos revisados/simplificados	GAB	Anual	Unidade	1	1
07. Propor mecanismos que estimulem o uso sustentável das florestas.	8.1. Área de florestas públicas federais concedida	Área de florestas públicas federais em hectares sob concessão florestal	DCM/GECOF	Anual	Hectare	176.000	249.000
08. Ampliar as áreas sob concessão florestal	9.1. Artigos publicados com apoio do SFB	Número de artigos publicados	DFI/DPF	Anual	Unidade	5	5
	9.2. Área do território nacional inventariada	Hectares do território nacional inventariado	DFI/GENF	Anual	Unidade	100.000.000	300.000.000
	9.3. Espécies florestais caracterizadas	Número de espécies florestais caracterizadas	DFI/DPF	Anual	Unidade	10	10
09. Realizar pesquisas e análise dos dados florestais	10.1. Pessoas capacitadas pelo SFB	Número de Pessoas capacitadas	DFI/GEDEFOR e DFI/GENF	Anual	Unidade	1.000	
	10.2. Projetos para o desenvolvimento florestal sustentável apoiados pelo FNDP	Número de projetos apoiados	DFI/GEDEFOR	Anual	Unidade	10	
	11.1. Área cadastrada - Percentual de Imóveis cadastrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR	Imóveis rurais cadastrados no SICAR/Número de imóveis rurais total x 100%	DFI/GEDEFOR	Anual (Cumulativo)	Percentual	100%	100%
10. Apoiar projetos voltados à capacitação e à assistência técnica no setor de florestas.	11.2. Unidades da federação integradas ao SICAR	Número de unidades integradas	DFI/GEDEFOR	Anual	Unidade	26	27
	11.3. Módulos do SICAR desenvolvidos, aprimorados, disponibilizados e gerenciados.	Número de módulos do SICAR desenvolvidos, aprimorados, disponibilizados e gerenciados.	DFI/GEDEFOR	Anual	Unidade	1	7
	12.1. Índice de cumprimento das metas estratégicas	Número de metas estratégicas cumpridas/Número de metas estratégicas total x 100%	GEAL/COGEST	Anual	Percentual	75	75
11. Promover a regularização ambiental dos imóveis rurais.	12.1. Quantidade de processos críticos aprimorados / racionalizados	Número de processos aprimorados/ racionalizados	DAF/GEAL	Anual	unidade	2	3
	14.1. Percentual de Servidores que se auto avaliaram no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 64,25%	Número de servidores que se auto avaliaram no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 64,25% / Número total de servidores	DAF/GEAL	Anual	Unidade	80	90
12. Implementar metodologia de gestão com foco nos resultados.	14.2. Percentual de servidores que foram avaliados pelos seus respectivos gestores no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 84,92%	Número de servidores que foram avaliados pelos seus respectivos gestores no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 84,92% / Número total de servidores.	DAF/GEAL	Anual	Unidade	90	100
	15.1. Capacitação e qualificação do corpo técnico - percentual de servidores com ao menos 20hs de capacitação por ano.	Total de servidores que cumpriram ao menos 20hs de capacitação por ano / Total de servidores do SFB x 100. Abrange: Efetivos, DAS, temporários e comissionados. Não incluir estagiários e terceirizados	DAF/GEAL	Anual	%	40%	30%
13. Estabelecer e aprimorar os processos institucionais.	16.1 Tempo médio dos processos de contratação	Levantamento do tempo médio gasto no processo de contratação (Avaliação do processo x TDR aprovado/ Cotação de Preço/ TDR aprovado)	DAF/GEAL	Anual	%	-	50%
	16.2 Planos de ação para melhoria do processo de contratação. (Será utilizado em 2017)	Número de planos de ação elaborados e executados	DAF/GEAL	Anual	Unidade	-	1
	17.1 Sistema de gestão do conhecimento e informação aperfeiçoado	Percentual da Base de dados aperfeiçoado	GETI	Anual	Percentual	100%	
14. Apoiar a implementação do modelo de gestão de pessoas baseado na gestão por competências.	18.1. Prontidão de resposta	Tempo médio de resposta aos questionamentos	GAB/OUVIDORIA	Anual	DIAS	-	20
	Indicador 18.1 - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 30 dias – demandas típicas de ouvidoria	Percentual de informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo	GAB/OUVIDORIA	Anual	Percentual	95	-
	Indicador 18.2 - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 20 dias – Demandas canalizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Percentual de informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo	GAB/OUVIDORIA	Anual	Percentual	85	-
	Indicador 18.3 - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 30 dias – Demandas do Cadastro Ambiental Rural (CAR)	Percentual de informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo	GAB/OUVIDORIA	Anual	Percentual	70	-
15. Promover e incentivar a capacitação técnica e administrativa dos servidores.	19.2 Eventos realizados para integração interna	Número de eventos com a participação do público interno realizados	GAB/ASCOM	Anual	Unidade	-	6
	20.1. Orçamento fiscal do órgão	Orçamento total do órgão no Ano "X" / orçamento total do órgão no ano "X-1" x 100%	GEAL/COGEST	Anual	Percentual	3%	50
	20.2. 20.2 - Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0129; 0195; 0196)	Percentual de recursos de Fontes Externas empenhado	GEAL/COGEST	Anual	Percentual	50%	40%
16. Otimizar os processos licitatórios e de contratação.	20.3. Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0100)	Percentual de recursos de Fontes 0100 empenhado	GEAL/COGEST	Anual	Percentual	90%	90%
	21.1. Modernização da infraestrutura do SFB	Número de etapas do projeto de modernização da infraestrutura / Total de etapas previstas x 100.	DAF/GEAL	Anual	Percentual	100%	100%
17. Aprimorar a Gestão do Conhecimento e da Informação	22.1. Sistemas corporativos implementados	Número de sistemas corporativos implementados	GAB/GETI	Anual	Unidade	6	
	22.2. Índice de metas do PDTI cumpridas	Número de Metas do PDTI cumpridas/Número de Metas total x 100%	GAB/GETI	Anual	Percentual	90	

Ademais, está prevista como última etapa o alinhamento dos Processos de Gestão da Estratégia.

3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

O Processo de Revisão do Mapa Estratégico levou em conta tanto às novas atribuições do órgão quanto os objetivos, metas e iniciativas de responsabilidade do órgão previstos no PPA 2016-2019, bem como as metas físicas anuais de cada ação orçamentária sob responsabilidade do órgão previstas na Lei Orçamentária Anual de 2016, cujos produtos foram mantidos para a LOA 2017, com alterações apenas nas metas físicas.

Dessa forma, ao revisar os objetivos estratégicos da instituição, buscou-se alinhá-los às metas e iniciativas previstas no objetivo 1066 - Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras e no objetivo 1064 - Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal, ambos de responsabilidade do SFB e inseridos no Programa 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.

Os indicadores e metas estratégicos, pactuados ao longo de 2016, também levaram em conta, além dos demais instrumentos de gestão, as metas e iniciativas propostas no PPA 2016-2019, bem como suas metas físicas para o horizonte de 2016 e 2017.

3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

Os indicadores de desempenho relacionados à Gestão Estratégica foram pactuados ao longo de 2016. Cumpre salientar que alguns deles serão modificados ao longo de 2017, uma vez que suas metas foram esgotadas ao longo de 2016. O quadro com os indicadores estratégicos da instituição encontra-se na Figura 23.

3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

Como explicado nas sessões acima, o Planejamento Estratégico passou por revisão ao longo do ano de 2015, revisão essa cujos indicadores e metas estratégicos foram finalizados em 2016. Está pendente ainda a elaboração das Estruturas Analíticas de Projeto - EAPs, porém, diante da falta de pessoal na área responsável pela Gestão Estratégica do órgão – são apenas duas servidoras - e do acúmulo de funções dessa área – Gestão Orçamentária, Estratégica e acompanhamento e consolidação de todos os Relatórios do órgão, não é possível pactuar aqui um horizonte para definição das EAPs. Apesar do horizonte do Planejamento Estratégico antigo – iniciado em 2013 – ser 2022, houve necessidade, conforme alterações das atribuições do órgão, de se revisar o Planejamento do órgão pouco depois dele ser implementado. Não há, pois uma periodicidade estabelecida para revisão do Planejamento Estratégico, porém esperamos que com a conclusão das etapas em andamento, a próxima revisão ocorra somente durante a elaboração do novo ciclo do PPA (PPA 2020 – 2023), para que se mantenha o alinhamento entre o Planejamento do órgão e o Plano Plurianual.

3.3.6- Envolvimento da alta direção (Diretores)

O Corpo Diretor do órgão esteve envolvido nas etapas realizadas até o momento. Tanto o Corpo Diretor quanto o corpo de Gerentes do órgão foram entrevistados pela GESFIN durante a etapa de análise de contexto do órgão e suas contribuições foram fundamentais para a composição da Matriz Swot. Ademais, os objetivos estratégicos, a missão e a visão da instituição foram objeto de discussão e posterior validação durante Reunião do Conselho Diretor.

Os indicadores estratégicos e metas também foram objeto de discussão e pactuados pelo Conselho Diretor.

3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

O SFB é composto pela Sede e por quatro Unidades Regionais, conforme já disposto no Relatório de Gestão. Tanto os servidores da Sede quanto os servidores das Unidades Regionais foram ouvidos durante a Etapa de análise do contexto do órgão. Ademais, as Unidades Regionais, ainda que não responsáveis por nenhum dos objetivos estratégicos – todos a cargo das Diretorias do órgão - executam atividades que fomentam um ou mais objetivos estratégicos, contribuindo para a realização dos mesmos.

Diretorias	
Diretoria-Geral	■
Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento	■
Diretoria de Pesquisa e Informações Florestais	■
Diretoria de Fomento e Inclusão	■
Diretoria de Administração e Finanças	■
Legenda	
■	Conforme planejado
■	Merece atenção
■	Desconforme

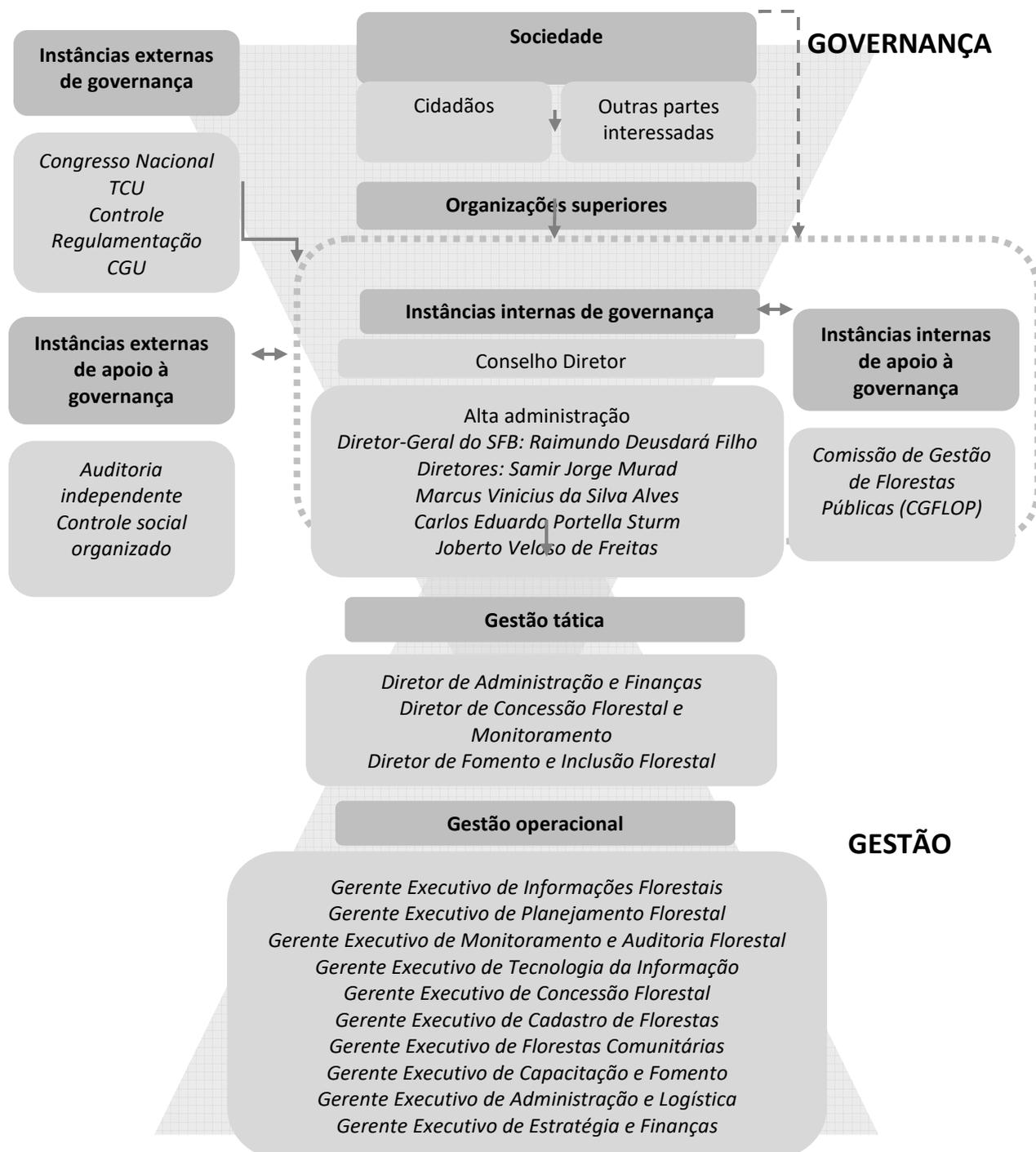
3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

As principais dificuldades encontradas durante o processo de elaboração do Planejamento Estratégico são tempo e escassez de recursos humanos. A GESFIN, responsável por elaborar o Planejamento Estratégico, é também responsável pelo orçamento e pelo financeiro do órgão. Ao longo do exercício de 2016, a gerência foi fracionada em duas áreas Coordenação de Gestão Estratégica – COGEST, com duas servidoras, e GESFIN – Gerência de Finanças, com 6 servidores e 1 terceirizada. A COGEST ficou responsável pelo Planejamento Estratégico, pela Gestão Orçamentária e pela análise de TEDs, ACTs, Convênios e instrumentos congêneres, e a GESFIN pela Gestão Financeira do órgão. Dessa forma, em 2016, apenas 2 funcionárias foram responsáveis pela condução do Planejamento Estratégico do órgão, e mesmo assim, tiveram também que atender as demais atividades da área.

O tempo é também fator de dificuldade para a condução do Planejamento Estratégico, pois não é fácil alocar tempo na agenda do Conselho Diretor para validação das etapas do Planejamento, uma vez que os Diretores possuem diversas atividades associadas a suas agendas dentro do órgão.

4- Governança

4.1- Descrição das Estruturas de governança



4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

Cabe esclarecer que o Serviço Florestal Brasileiro não possui em sua estrutura unidade de auditoria interna ou de controle interno. Conforme prevê o Decreto nº 6.101/2007, que trata da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, a estrutura de auditoria interna existe na figura do Assessor Especial de Controle Interno - AECl, responsável pelo assessoramento ao Ministro de Estado nos assuntos de controle interno. Dessa forma, não existe organicamente unidade de controle no âmbito do SFB.

A estrutura de governança do SFB baseia-se, principalmente, na atuação do Conselho Diretor, o qual é composto por um Diretor-Geral e 4 (quatro) diretores, em regime de colegiado, ao qual caberá:

- I - exercer a administração do SFB;
- II - examinar, decidir e executar ações necessárias ao cumprimento das competências do SFB;
- III - editar normas sobre matérias de competência do SFB;
- IV - aprovar o regimento interno do SFB, a organização, a estrutura e o âmbito decisório de cada diretoria;
- V - elaborar e divulgar relatórios sobre as atividades do SFB;
- VI - conhecer e julgar pedidos de reconsideração de decisões de componentes das diretorias do SFB.

As decisões são tomadas de forma colegiada, a partir dos subsídios fornecidos pelas gerências e suas equipes, bem como pelas questões sociais que pautam a agenda do SFB.

Com o objetivo de aprimorar a governança do órgão o SFB têm implementado ações como o redesenho do Planejamento Estratégico do órgão, além de participar do Planejamento Estratégico e das Reuniões de Planejamento Estratégico do MMA, ações que contribuem para a melhor compreensão das atividades e agendas do órgão, além de permitirem o acompanhamento dos indicadores e metas da unidade.

Ademais, foi iniciada em 2016 a discussão acerca do Regimento Interno do SFB, que tem como objetivo trazer mais transparência a organização e clareza quanto a atuação funcional de cada uma das Diretorias, Gerências e Coordenações.

Para melhor qualificar o processo de gestão, controle e monitoramento das atividades desenvolvidas pelo órgão é necessário dar continuidade ao Planejamento Estratégico iniciado em 2015 e que ainda se encontra em elaboração. Nesse sentido, estão previstas para 2017, reuniões de acompanhamento e monitoramento das metas e indicadores do órgão. Ademais, espera-se que o Regimento Interno do SFB seja publicado ainda no primeiro semestre de 2017.

7- Áreas especiais da gestão

7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

O Quadro a seguir está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação	
	SIM	NÃO
1 Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2 Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3 As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4 A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5 A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6 O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7 O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço. http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p	X	
8 Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço: http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/plano-de-logistica-sustentavel-pls		X

Considerações gerais

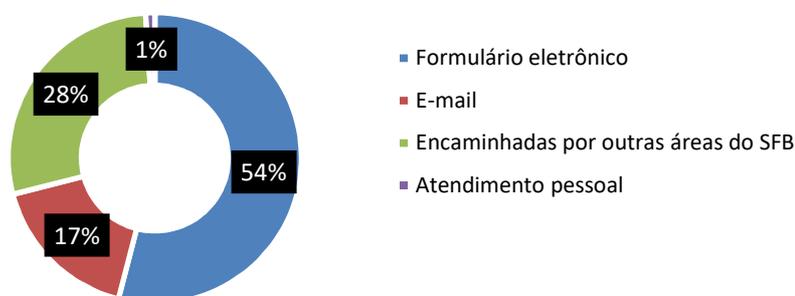
Os resultados publicados no site foram publicados até junho de 2014. A próxima publicação está em andamento. Não há publicação semestral de dados no sítio eletrônico.

5- Relacionamento com a sociedade

5.1- Canais de acesso do cidadão

Informações sobre o atendimento de Ouvidoria			
Natureza da demanda	Qtde. de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Solicitações	287	100%	98,6%
Denúncias	18	100%	100%
Reclamações	9	89%	89%
Sugestões	1	100%	100%
Elogio	1	100%	100%
TOTAL	316	100%	93%

Canais de Acesso



Os canais de acesso para o registro de manifestações na Ouvidoria do SFB são: e-mail; formulário eletrônico; encaminhamento de demandas por outras áreas ou instituições; atendimento pessoal; telefone e fax. No ano de 2016, com exceção de dois atendimentos pessoais, todas as demandas entraram na Ouvidoria por meio eletrônico, incluindo as que foram encaminhadas por outras áreas, de origem interna ou externa.

As demandas recebidas pela Ouvidoria abordaram a maioria das atividades desenvolvidas pelo SFB. Do total de 316, cerca de 91% (287 demandas) foram classificadas como solicitação e os demais 9% (29 demandas) correspondem à denúncia, reclamação, sugestão e elogio. Cabe destacar que 315 demandas foram resolvidas satisfatoriamente, ao longo do ano, e arquivadas. Apenas 1 demanda encontrava-se pendente em 31.12.2016.

Na tabela que demonstra as informações sobre o atendimento típico de Ouvidoria, observa-se que 99% das demandas foram atendidas, sendo que 93% delas foram respondidas dentro do prazo de 30 dias, conforme estabelecido na Lei 11.284/2006, de criação do Órgão. Os 7% restantes são de demandas respondidas além do prazo, e correspondem a 4 solicitações e 4 reclamações.

Em 2016, além das atividades típicas de ouvidoria - recepcionar demandas internas e externas com relação à solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio - a ouvidoria do SFB foi responsável por administrar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e canalizar o fluxo de atendimento das consultas relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Essas informações encontram-se mais detalhadas na sessão 3.2.14 (objetivo 18) deste Relatório.

5.2- Carta de serviços ao cidadão

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Carta de serviços ao cidadão	Não implementado	

Observações: O Serviço Florestal Brasileiro não possui carta de serviços ao cidadão, pois sua criação depende de existência prévia de Regimento Interno. Dessa forma, a Ouvidoria aguarda a elaboração e aprovação do regimento Interno do Serviço Florestal Brasileiro, para que então a referida carta possa ser elaborada.

5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Acesso às informações do SFB		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade e de atualização
Mapa estratégico	Não está no site	
Planejamento estratégico	Não está no Site	
Relatórios de evolução dos objetivos estratégicos	Não está no site	
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	Não está no site	
Balancos financeiros e orçamentários	http://www.florestal.gov.br/licitacoes-e-contratos http://www.florestal.gov.br/despesas	
Relatórios de gestão	http://www.florestal.gov.br/institucional	Anualmente
Relatórios de auditoria de gestão	http://www.florestal.gov.br/auditoria	Anualmente
Estrutura organizacional	http://www.florestal.gov.br/institucional	Variável
Organograma	http://www.florestal.gov.br/institucional/97-acesso-a-informacao/institucional/213-organograma	Variável
Regimento interno	Não se aplica ⁹	
Menu “Acesso à Informação”	www.florestal.gov.br	

Observações:

1 - Os instrumentos de Planejamento Estratégico - Mapa estratégico, Planejamento estratégico, Relatórios de evolução dos objetivos estratégicos e Indicadores de desempenho utilizados na gestão – não estão disponíveis no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro. Isso ocorre porque esses instrumentos foram todos pactuados em 2015 e, para colocá-los no site, é preciso criar uma página para o Planejamento Estratégico, o que, até o momento da

⁹ O SFB não possui ainda Regimento Interno. Existe apenas a Lei de criação do órgão, disponível nesse link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11284.htm, e o Decreto que regulamenta o órgão, disponível nesse link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6063.htm. Ambos podem ser acessados por meio da página do Serviço Florestal.

elaboração deste Relatório, ainda não havia sido feito. Existe página para o Planejamento Estratégico do SFB, porém apenas na rede interna do MMA e SFB – Biosfera.

5.4 - Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Pesquisa de satisfação prevista no Decreto 6.932/2009, art.12	Ainda não foi implementada	
Outros mecanismos para medir a satisfação do público com os produtos e serviços	Não se aplica	

A análise deve ser elaborada como um texto único, que deve abordar os seguintes tópicos:

- i. Quais os mecanismos utilizados para medir a satisfação do público com os produtos e os serviços oferecidos pelo SFB*
- ii. Demonstração da análise dos resultados identificados*

Observações:

Com relação ao item “outros mecanismos para medir a satisfação do público com os produtos e serviços”, cabe salientar que o atendimento prestado à sociedade pela Ouvidoria do SFB é avaliado por meio de um sistema de pesquisa de satisfação, implantado em 2014. Todos os cidadãos que encaminham demandas típicas de Ouvidoria (solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio) são convidados a responder um questionário de satisfação, o qual é encaminhado, via e-mail, para cada um dos demandantes. O objetivo é aferir a qualidade do trabalho desenvolvido e oferecer subsídios para permanente melhoria dos serviços prestados pela Ouvidoria do SFB.

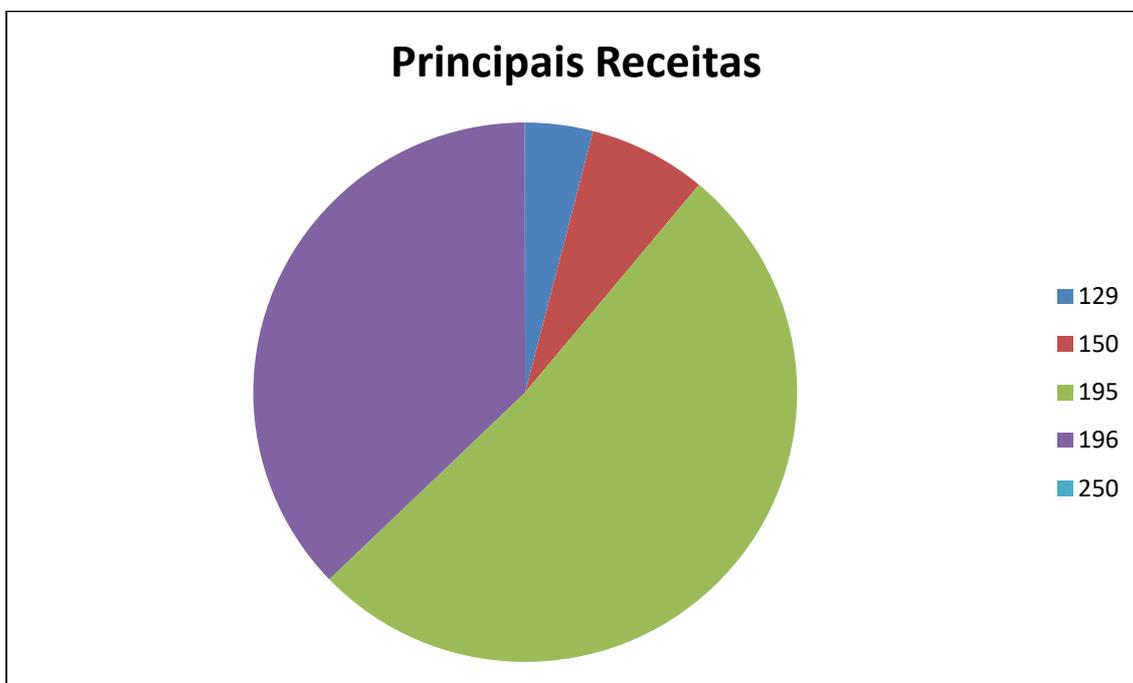
A pesquisa realizada em 2016 foi respondida por cerca de 105 pessoas, o que representa 33% do total de demandantes, e apresentou o seguinte resultado com relação à qualidade do atendimento prestado: excelente (58%); bom (35%); regular (3%), ruim (2%) e péssimo (2%).

Quanto ao tempo de atendimento, 92,38% avaliaram como rápido e normal e 7,62% avaliaram como demorada a resposta à sua demanda.

Quanto ao indicador de clareza das respostas, 94% informaram que receberam respostas claras e de fácil compreensão, bem como cerca de 96% declararam que, se necessário, voltariam a utilizar os serviços prestados por esta Ouvidoria.

6- Desempenho financeiro e informações contábeis

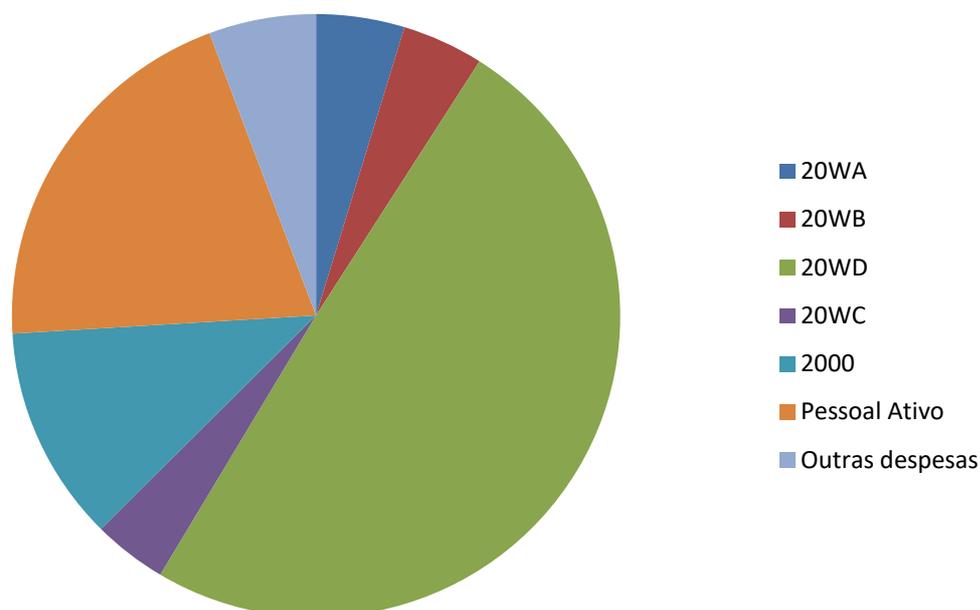
6.1- Desempenho financeiro do exercício



Principais receitas (em reais)	2015	2016	2017
129 - Recursos de Concessões e Permissões	855.967	1.311.000	1.719.795
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.586	3.000.000	3.000.000
195 - Doações de Entidades Internacionais	25.280.495	18.015.496	22.150.046
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	29.121.299	13.152.824	15.914.372
250/150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.300	3.177	5.395
Total	55.272.647	35.482.497	42.789.608

As receitas do Serviço Florestal Brasileiro advém principalmente de recursos das concessões florestais (Fonte 129), Doações de Entidades Internacionais (Fonte 195) - FIP/BID e KFW -, Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais (Fonte 196) – Fundo Amazônia. Há também os recursos próprios não financeiros (Fonte 250), que são recursos de vendas de periódicos realizadas pelo LPF. Ademais, no ano de 2016, houve também o valor acima especificado referente a recursos próprios não-financeiros.

Principais Despesas



Principais despesas (reais)	2015	2016	2017
Ação: 09.272.0089.0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.386.855	1.785.444	1.814.493
Ação: 18.541.2036.20VV - Expansão da Silvicultura com Espécies Nativas e de Sistemas Agroflorestais	78.000	-	-
Ação: 28.844.0906.0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	-	169.500	-
Ação: 18.541.2078.20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar	4.960.458	3.735.000,	4.132.540,
Ação: 18.573.2078.20WB - Pesquisa e Informações Florestais	4.579.549	2.499.525,	2.178.034,
Ação: 18.541.2078.20WC - Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais	4.146.746	7.444.615,	4.280.404,
Ação: 18.541.2078.20WD - Inventário Florestal Nacional	52.215.534	24.352.174,	28.601.204,
Ação: 18.541.2078.8308 - Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação	-	10.908.973,	8.608.005
Ação: 18.331.2124.00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	21.204	21.204	21.204,
Ação: 18.122.2124.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos	3.480.000	3.551.671	4.032.210,

Servidores Públicos Federais			
Ação: 18.122.2124.2000 - Administração da Unidade	12.189.656	18.222.281	13.299.953,
Ação: 18.301.2124.2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	252.744	244.556	245.928,
Ação: 18.331.2124.2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	26.000	95.043	93.408,
Ação: 18.331.2124.2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	48.000	55.328	59.304,
Ação: 18.331.2124.2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	720.000	924.229,	846.384,
Ação: 18.122.2124.20TP - Pessoal Ativo da União	21.351.295	22.509.209	24.056.020,
Ação: 18.122.2124.216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	-	200.558,	195.778
Total	105.456.041	96.719.310	83.878.068,00

Optou-se aqui por mencionar as despesas por ação da LOA, a fim de dar maior visibilidade aos gastos do órgão. Percebe-se, pois, que as despesas mais significativas de 2016 estão relacionadas com as ações finalísticas do órgão – Manejo Florestal, Pesquisa e Informações, Concessões Florestais e o Inventário Florestal Nacional. Ademais, os gastos com a Administração da Unidade e com Gasto de Pessoal Ativo também são bastante altos.

6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram extraídas do SIAFI e foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as normas editadas pelo órgão central de contabilidade do Governo Federal.

De acordo com a análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), os demonstrativos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, relativos ao exercício de 2016 do órgão 44102 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, exceto no tocante as ressalvas e alertas apresentadas na Declaração do Contador.

A Setorial Contábil considerando sua competência de Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior fornece suporte técnico às Unidades por meio de mensagens no SIAFI, contato telefônico, presencial e mensagens eletrônicas. Periodicamente encaminha às Unidades relatórios técnicos e notas informativas de monitoramento dos Demonstrativos Contábeis e orientações específicas.

INTRODUÇÃO OU ALTERAÇÃO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Serviço Florestal Brasileiro aplica os dispositivos contidos nas normas brasileiras de contabilidade NBC T 16.9 e 16.10. Emprega todos os meios disponíveis no acompanhamento e no reconhecimento das variações de seus ativos e passivos e, dentre outras providências, registra no SIAFI a incidência do fenômeno da depreciação nos bens móveis. Desde 2011 vem sendo efetuada a contabilização da depreciação de bens móveis, sendo que até o 4º trimestre de 2016 esse método provocou redução no valor do ativo imobilizado na ordem de R\$ 3,5 milhões. Utiliza o Sistema SIADS que atende as necessidades de controle do setor de

patrimônio no cumprimento da elaboração do relatório de movimentação de bens moveis/RMB e, atualmente, 100% dos bens móveis estão sob a incidência metodológica da depreciação.

Os estoques do SFB são constituídos na forma de materiais ou suprimentos utilizados no curso normal das atividades da administração. O controle de estoque é encaminhado, por meio do Relatório Mensal do Almoxarifado/RMA, mensalmente para a Setorial de Contabilidade do MMA. Acompanhados, ainda, dos registros das respectivas notas de lançamentos no SIAFI para sua validação. E, anualmente, no mês de dezembro é realizado o inventário dos bens. Não existem aplicações financeiras. Não existe saldo no ativo diferido e investimentos. Nos últimos anos houve aumento na aquisição de intangíveis, ou seja, aqueles constituídos basicamente por softwares. O SFB até o momento não definiu critérios para mensuração das amortizações dos ativos intangíveis. Existem saldos em contas transitórias do Ativo Permanente nas contas: Estudos e Projetos, Obras em Andamento e Instalações que correspondem a 25% do Ativo Imobilizado.

A Setorial de Contabilidade do MMA solicitou a atenção do administrador de forma oportuna no acompanhamento das referidas contas do Ativo Permanente, seja por meio de planilhas ou por outra forma sistematizada, de modo a evidenciar a correta mensuração daqueles ativos. No caso das contas transitórias, quando apropriado, incorporando os respectivos saldos aos imóveis e aplicando aos ativos intangíveis as amortizações devidas

CONCILAÇÃO DE IMÓVEIS

Não estão sendo registrados a depreciação dos imóveis cadastrados no SpuNet, como vem acontecendo no órgão 44000, uma vez que o órgão não possui imóveis.

CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS E UNIDADES GESTORAS

Não houve criação de órgãos/unidades gestoras em 2016.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O resultado de 2016 foi superavitário em aproximadamente R\$ 1,1 milhões.

Local	Brasília	Data	20/01/2017
Contador Responsável	Jane Assunção Márcia	CRC nº	5477/0-0

6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não se aplica à Unidade.

6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e a nota explicativa estão no Anexo.

As demonstrações não estão disponíveis ao público em meio eletrônico.

As Demonstrações Contábeis foram extraídas do SIAFI e foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as normas editadas pelo órgão central de contabilidade do Governo Federal. De acordo com a análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), os demonstrativos Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, relativos ao exercício de 2016 do órgão 44102 reflete adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Ainda colabora para um exame detalhado e elaborado das Notas Explicativas a análise trimestral das demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com orientações da STN/CONT. A Setorial Contábil considerando sua competência de Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e

de Órgão Superior fornece suporte técnico às Unidades por meio de mensagens no SIAFI, contato telefônico, presencial e mensagens eletrônicas. Periodicamente encaminha às Unidades relatórios técnicos e notas informativas de monitoramento dos Demonstrativos Contábeis e orientações específicas.

6.5- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

Não se aplica a Unidade.

6.6- Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica

Não se aplica a Unidade.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão 2176/2014 - TCU- Plenário	9.1	<i>Recomendar ao Ministério do Meio Ambiente e ao Serviço Florestal Brasileiro, nos termos do art. 43, 1, da Lei 8.443/1992 de art. 250, 111, do RLI/TCU, que, à luz dos dados expressos na tabela referenciada no item 28 da proposta de deliberação, avaliem as razões do não cumprimento das metas estabelecidas nos contratos de gestão dos anos de 2010 a 2012, relativamente à conclusão dos processos de concessão florestal, e promovam medidas tendentes a aprimorar o planejamento de outorgas de concessões florestais;"</i>	<p>O SFB tem promovido constantemente alterações à forma de elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal e das metas estabelecidas, aproximando-os da capacidade operacional de entrega do SFB. Ademais, cabe frisar que o SFB não é o único ente responsável pela concretização da concessão florestal. Por exemplo, o SFB só pode promover a concessão florestal em unidades de conservação que já contam com Plano de Manejo da Unidade de Conservação, cuja elaboração é de competência do ICMBio.</p> <p>Adicionalmente, durante o período em questão, processos licitatórios sofreram atrasos e as metas não foram cumpridas por uma série de razões, frequentemente alheias ao SFB.</p> <p>Entre as razões, destacam-se: (i) judicialização de processos licitatórios pelos próprios proponentes, atrasando o cronograma da licitação e prejudicando o cumprimento das metas; (ii) não celebração de contratos de concessão referentes a concorrência já adjudicada por conta da não prestação de garantia de contrato pelo adjudicatário.</p> <p>Frise-se ainda que o SFB reavalia constantemente os parâmetros e regras que disciplinam a concessão. Essas reavaliações, que objetivam aprimorar os processos de concessão, notadamente, o procedimento licitatório, acabam tendo efeitos perversos sobre os prazos e metas estabelecidos. Ao longo de 2014 e 2015, o processo de concessão florestal foi amplamente estudado e, posteriormente, redesenhado, em conjunto com a empresa de consultoria em gestão Totys.</p>
Acórdão	9.2.1	<i>Análise a pertinência das</i>	<i>a) O elevado preço mínimo da</i>

[2176/2014 - TCU- Plenário](#)

manifestações colhidas nos autos no sentido de que as concessões florestais estão perdendo atratividade, em razão dos seguintes problemas, relacionados no item 34 da proposta de deliberação:

concessão:

O Serviço Florestal Brasileiro busca aprimorar continuamente a metodologia de precificação para as concessões florestais. O objetivo sempre é atingir um preço que seja atrativo para o mercado e que reflita o mais fielmente possível o valor do estoque madeireiro em pé passível de manejo. Os procedimentos de determinação de preço para produto madeira em tora em editais de licitação para a concessão florestal são baseados em três aspectos centrais: i) pesquisas de mercado nos pólos madeireiros adjacentes às áreas a serem licitadas, ii) uso da precificação reversa, a partir do preço de toras vendidas no pátio das indústrias de processamento primário e iii) verificação da viabilidade econômica dos preços estimados.

Os preços do edital refletem a realidade do mercado de toras de madeira regional. A pesquisa de preços é focada no levantamento dos preços de mercado da madeira em tora posta no

pátio das indústrias transformadoras de madeira localizadas no raio econômico (distância máxima de viabilidade econômica para transporte de toras) de 150 km da Flona.

Os valores, após precificação reversa, ainda passam por uma análise de viabilidade econômica para verificar se as taxas internas de retorno (TIR) projetadas são compatíveis com as taxas estimadas pelo SFB para conferir atratividade ao processo.

Vale frisar que a assertiva de que o preço mínimo dos editais é elevado não é respaldada pelos resultados das licitações realizadas. Para 27 UMFs licitadas até o momento, foram recebidas 71 propostas.

b) alto nível de investimento inicial requerido para operacionalizar uma concessão florestal:

A exploração madeireira em florestas nativas deve ser feita com base nas técnicas de baixo impacto, sendo os custos comuns à exploração de florestas públicas e privadas. Os custos necessários na exploração madeireira com impacto reduzido não são comparáveis aos custos da exploração tradicional, frequentemente realizada

com baixo planejamento e arranjos precários de contratação de mão-de-obra. Além disso, vale frisar que a concessão florestal oferece uma vantagem drástica em termos de custos iniciais quando comparada à exploração em áreas privadas, pois não há custos com a aquisição de terra. Este é, comumente, o mais alto custo inicial com o qual se defronta um investidor que almeja ingressar no setor.

As condições contratuais das concessões florestais contemplam o elevado custo inicial na sua modelagem. O custo inicial da exploração, concentrado na instalação de infraestrutura e aquisição de equipamentos pesados, é bastante diluído ao longo dos 40 anos de contrato. Ademais, ele é levado em conta por todos os proponentes ao prepararem e apresentarem suas propostas. Em suma, a exploração madeireira com base sustentável, que exige custos iniciais superiores quando comparada à exploração tradicional, garante benefícios socioeconômicos e ambientais muito superiores.

e) A excessiva demora para obter os documentos necessários ao início da exploração, após a assinatura do contrato:

Primeiramente, cabe ressaltar que as competências relativas às concessões florestais são repartidas entre SFB, ICMBio e Ibama. No que cabe ao SFB, visando colaborar com os concessionários na obtenção das autorizações pertinentes, são realizadas articulações com os órgãos envolvidos no intuito de tornar os processos mais transparentes e céleres, sem, contudo, prejudicar a independência e autoridade destas instituições.

Desde o primeiro contrato de concessão florestal assinado em 2008, o tempo decorrido entre a assinatura do contrato e o início das atividades de exploração apresenta uma redução de cerca de 40%. Vale frisar que o Ibama é o órgão responsável pela aprovação do Plano de

Manejo Florestal Sustentável (PMFS), submetido pelo concessionário. O PMFS equivale à licença operacional.

No entanto, os prazos entre a assinatura de contrato e aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável podem variar, inclusive, de acordo com a complexidade da área licitada, tais como condições logísticas e tamanho, além da dinâmica e experiência do próprio concessionário em atender às exigências relativas ao processo. Por fim, vale destacar que cabe ao próprio concessionários a elaboração e submissão do PMFS ao Ibama, além da adoção de eventuais correções ao Plano apresentado. Quanto mais célere for o concessionário e mais alta a qualidade do PMFS submetido, certamente menor será o interregno entre a assinatura do contrato e a aprovação do PMFS.

d) o alto nível de garantias exigido do concessionário:

O objetivo das garantias contratuais é assegurar a União e alinhar os incentivos do concessionário à finalidade da política pública, que é propiciar produção florestal sustentável, mantendo a floresta em pé. A garantia é um poderoso instrumento para evitar prejuízos ao erário em caso de descumprimento dos contratos, inclusive para estados e municípios onde estão localizadas as áreas de concessão florestal e para comunidades locais, que serão beneficiadas diretamente. Por isso, seu valor é calculado de forma a torná-lo proporcional aos riscos assumidos na assinatura do contrato.

Ou seja, quanto maior o risco de danos ambientais ou ônus à Administração, maior será a garantia exigida, motivo pelo qual os concessionários prestam a garantia em percentuais crescentes (30% na fase pré-operacional, 30% na fase inicial do processo de exploração e 40% na fase de plena capacidade de produção florestal).

Tal parcelamento é oportunizado aos concessionários e previsto expressamente nos normativos do SFB, dado que o primeiro ano de operações é caracterizado por baixos volumes produzidos. Cabe ressaltar que, dentre as modalidades previstas pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006) existem aquelas que não exigem que seja imobilizado seu valor

total, como o seguro-garantia e a fiança bancária, por exemplo. Essas modalidades podem ser utilizadas **por todos os** licitantes, inclusive pelas associações comunitárias.

e) As deficiências dos inventários florestais que suportam os dados apresentados nos editais de licitação:

Os inventários que subsidiam a elaboração do edital apresentam informações preliminares necessárias para a concepção dos limites de cada unidade de manejo e informações sobre o potencial madeireiro da área a ser concedida. Como os inventários são amostrais, eles apresentam estimativas, que, naturalmente, estão sujeitas a erros. Alternativamente, a obtenção de informações censitárias tomaria o custo de estruturação da concessão demasiadamente elevado, inviabilizando o próprio empreendimento.

Assim, é importante atentar que as informações afetas ao inventário florestal, fornecidas nos editais de licitação, possuem caráter genérico, comum aos levantamentos amostrais.

Em face disso, a probabilidade estatística corresponde à variância conjunta de todas as espécies arbóreas comerciais e para a totalidade da área da unidade de conservação. Portanto, tais informações estão sujeitas a expressivas variações quando se limita a análise somente ao volume de uma espécie ou alguma parte da área inventariada, como, por exemplo, a uma ou algumas áreas de planos operacionais anuais (POAs). A diferença entre o volume estimado pelo inventário e aquele efetivamente retirado da floresta tende a diminuir à medida em que se avança a colheita na área total do contrato (unidade de manejo florestal - UMF), considerando-se, também, o volume total de madeira manejada (somatório de todas as espécies colhidas).

O **SFB**, por conta dessas limitações, possibilita aos interessados visitarem a área em licitação para avaliação do potencial da floresta, de forma a enriquecer as informações constantes no inventário florestal.

Paralelamente, o SFB vem estudando alternativas para melhorar as

estimativas de volume comercial dos inventários florestais realizados para subsidiarem os editais de concessão florestal. Podemos destacar duas dessas alternativas. A primeira considera o aumento na densidade das parcelas amostrais nas áreas das unidades de manejo florestal. A segunda considera o desenvolvimento de um novo modelo de inventário florestal, que pode ser o inventário florestal 100% (censo florestal) sobre uma área menor, ou o inventário florestal focado apenas nas espécies comerciais.

f) A forte concorrência da exploração ilegal ou não sustentável:

No âmbito de suas competências institucionais, o SFB vem trabalhando ao longo dos anos para ampliar as áreas sob concessão florestal e aumentar a disponibilidade de madeira legal no mercado. Ferramentas de monitoramento e de rastreabilidade da madeira das concessões foram desenvolvidos e estão sendo aperfeiçoados para diferenciar a madeira das concessões florestais e conferir maior transparência e segurança dessa fonte de madeira para o mercado consumidor.

As ações de fiscalização e combate das atividades madeireiras ilegais extrapolam a competência deste órgão. Ainda assim, o **SEB** realiza o monitoramento periódico da exploração seletiva nas florestas públicas sob concessão florestal por meio de ferramentas de análise de imagens de satélite e comunica ao ICMBio e Ibama quando são observadas explorações não autorizadas nas proximidades das concessões.

g) ausência de incentivos e ações de fomento que estimulem a concessão florestal:

As ações de fomento às concessões florestais se concentraram em ações de capacitação de mão-de-obra dos concessionários, por meio de cursos no Instituto Floresta Tropical, localizado em Paragominas, no estado do Pará. A falta de capacitação de mão-de-obra é frequentemente apontada como um dos principais gargalos para a implantação de projetos de manejo

			<p>florestal sustentável.</p> <p>Ademais, os contratos de concessão florestal também trazem uma série de indicadores que, se atendidos, propiciam que os concessionários obtenham descontos sobre o preço contratado. Entre esses indicadores, destacam-se aqueles com potencial para aumentar a capacidade da mão-de-obra na região da concessão, empregada pelo concessionário ou não, assim como o indicador de fator de agregação local ao produto. Tal desenho contratual é um incentivo para estimular a concessão florestal.</p> <p>Como mencionado anteriormente, o SFB também está investindo pesadamente para aprimorar as tecnologias disponíveis para assegurar a procedência da madeira oriunda das concessões. Dessa forma, será mais fácil, rápido e claro diferenciar a madeira produzida nas concessões, que é legal e de origem controlada, daquela que não é. Sendo assim, os concessionários terão acesso a mercados mais exigentes, que também estão dispostos a pagar mais por produtos florestais, aumentando consideravelmente as perspectivas de receita e a atratividade do negócio.</p>
<p>Acórdão 2176/2014 - TCU - Plenário</p>	<p>9.2.2</p>	<p><i>Recomendar ao Serviço Florestal Brasileiro, nos termos do art. 43, 1, da Lei 8.443/1992 de art. 250, lII, do RI/TCU, que avalie se as alegações dos concessionários acerca da falta de definição dos "eventuais danos causados ao meio ambiente" e da indefinição do que sejam os "direitos emergentes" da concessão, expostas no item 38 da proposta de deliberação, são procedentes e, se for o caso, adote as medidas necessárias, ou proponha tais medidas a quem detenha autoridade e competência para adotá-las, para que seja facilitada a apresentação de garantias pelo licitante e tornada efetiva a possibilidade de oferta dos direitos emergentes como garantia para a obtenção de financiamentos necessários à operação da concessão";</i></p>	<p>Os danos ambientais são tratados em uma série de normativas, que vão desde leis (lei de crimes ambientais, 9605/198; lei de gestão de florestas públicas, 11284/2006; lei florestal, 12651/2012), passando por resoluções do CONAMA e do SFB, além de Instruções Normativas e Portarias do MMA, Ibama e ICMBIO. Analisando-as em conjunto, o termo "eventuais danos causados ao meio ambiente" adquire considerável substância e concretude, sendo bem delimitado para direcionar as ações do concessionário florestal e seus pleitos junto a instituições financeiras. Quanto à indefinição dos direitos emergentes, o SFB entende a avaliação dos órgãos de controle de que se trata de um empecilho para aumentar a atratividade das concessões. Contudo, discorda que essa dificuldade decorra da falta de definição do conceito de</p>

			<p>direitos emergentes. A Lei 11.284/2006 é clara ao explicitar que o concessionário terá o direito de praticar o manejo florestal sustentável mediante pagamento de outorga. De forma análoga a outras concessões, os direitos emergentes decorrem das perspectivas de receita do concessionário ao longo do contrato referente ao empreendimento da concessão. Ou seja, os direitos emergentes se referem, grosso modo, ao estoque de produtos florestais passíveis de manejo ao longo de todo o contrato.</p> <p>Atualmente, existe uma proposta de alteração do Código Civil (Projeto de Lei nº 72312015) que adiciona madeira e produtos madeireiros ao rol de objetos passíveis de penhor agrícola (art. 1.442 da Lei 1040612002 - Código Civil). Este seria um mecanismo apropriado para dar mais concretude e segurança aos direitos emergentes da concessão florestal, propiciando</p> <p>6 -'</p> <p>condições mais favoráveis para o desenvolvimento da economia florestal e aumentando a atratividade das concessões florestais. O PL está, atualmente, aguardando parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na Câmara dos Deputados.</p>
<p>Acórdão 2176/2014 - TCU- Plenário</p>	<p>9.2.3</p>	<p><i>Conheça e avalie os procedimentos levados a efeito pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor) após a assinatura do contrato de concessão, de forma a coligar subsídios para a formulação de modificações procedimentais que reduzam o prazo de início da exploração das concessões florestais, como referenciado no item 21 da proposta de deliberação.</i></p>	<p>Analisados os procedimentos do Ideflor, concluiu-se que é limitado o escopo para adotar procedimentos realizados no estado do Pará à esfera Federal, visto que há distinta repartição de competências nos âmbitos federal e estadual. Vale frisar que tais competências são determinadas em lei ou decreto do chefe do Poder Executivo, limitando ainda mais a possibilidade de adoção de procedimentos de um ente federativo por outro.</p> <p>No governo federal, as competências referentes às concessões florestais são repartidas entre SFB, ICMBio e Ibama. As atividades realizadas desde a fase de habilitação das florestas até o acompanhamento da exploração são</p>

			compartilhadas entre os três órgãos, cujas competências em cada etapa do processo são razoavelmente bem delimitadas em Lei. Dessa forma, o escopo para alteração de competências é deveras limitado. Considerando a independência entre os órgãos e os prazos institucionais estabelecidos por cada entidade, não há como impor prazos limites às etapas que sucedem a assinatura dos contratos de concessão, restando ao SFB a articulação com as duas autarquias supracitadas com vistas a acelerar o início da exploração. No governo estadual paraense, o Ideflor é gestor das Unidades de Conservação estaduais e agente regulador das concessões estaduais. Contudo, o licenciamento operacional do manejo florestal sustentável continua a cargo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas.
Acórdão 2176/2014 - TCU- Plenário	9.2.4	<i>Cientificar o Ministério do Meio Ambiente, o Serviço florestal Brasileiro e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis sobre a necessidade de que sejam analisados os procedimentos levados a efeito após a assinatura do contrato de concessão, com o objetivo de identificar e solucionar situações que estejam retardando o início da operação em prazo menor do que os que até aqui tem sido verificados.</i>	Já respondido no item 9.2.1,c.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Solicitação de Auditoria nº: 201603172/01 Processo nº: 00190.108110/2016-02	1.a	1. Em relação ao SICAR, solicito informar o que segue: a. Como será realizado o controle do desmatamento, com base nos dados do SICAR? Será levado em consideração a área desmatada a partir de 22 de julho de 2008?	Os dados fornecidos pela base do SICAR podem servir de subsídio para as atividades dos órgãos de monitoramento e controle de competência da União (IBAMA, ICMBio) e das demais entidades federativas. O SICAR, por meio do Módulo de Inscrição, dispõe de ferramentas que permitem aos usuários georreferenciar os polígonos de feições de cobertura do solo (área consolidada, remanescente de vegetação e área de pousio), Servidão

		<p>Administrativa, Área de Preservação Permanente/Área de Uso Restrito e Reserva Legal, presentes nos imóveis rurais, de forma auto declaratória. A aprovação da declaração e verificação da adequação de cada imóvel individualmente em relação à legislação vigente é realizada durante etapa de análise dos cadastros, subsequente a de inscrição, de competência dos Estados e Distrito Federal, ou instituições por eles habilitadas. Esta análise pode ser efetuada por meio do ambiente SIG, existente no Módulo de Análise do SICAR para aqueles estados que optarem por sua utilização (atualmente já operando nos estados do Acre, Mato Grosso e Pará). A identificação de inconsistências pode ser feita por meio de vetorizações realizadas sobre imagens disponibilizadas pelo ambiente de análise (atualmente mosaicos RapidEye 2011/2012 e Landsat 2008) e por meio de cruzamentos automáticos que comparam as áreas declaradas com as áreas mapeadas a partir da classificação das imagens de satélite citadas. Os técnicos podem validar as informações declaradas e obter indicativos, gerados automaticamente pelo Módulo de Análise, se as áreas declaradas estão condizentes ou não com a base da classificação 2008/2011. O MMA já adquiriu imagens RapidEye para os anos de 2013 e 2014, que serão mosaicadas e disponibilizadas no módulo de análise e está em estudo a contratação da atualização/complementação da classificação 2008/2011. Além do Módulo de Análise, o SICAR conta com o Módulo de Monitoramento que possibilita acesso aos dados declarados de forma regional para outros órgãos de monitoramento e controle da União, Estados ou Municípios, incluindo dados vetoriais geoespaciais. Futuramente o Módulo de Monitoramento permitirá a análise</p>
--	--	--

			da dinâmica de desmatamento em escalas regionais e por imóveis rurais.
<p>Solicitação de Auditoria nº: 201603172/01 Processo nº: 00190.108110/2016-02</p>	1.b	<p>De que forma está sendo identificada no SICAR as áreas com passivo ambiental relativo às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito?</p>	<p>Como dito anteriormente, o SICAR dispõe de ferramentas que permitem aos usuários georreferenciar os polígonos de feições de cobertura do solo (área consolidada, remanescente de vegetação e área de pousio), Servidão Administrativa, Área de Preservação Permanente/Área de Uso Restrito e Reserva Legal, presentes nos imóveis rurais. Esse conjunto de informações é processado no Módulo de Análise do SICAR, que dispõe de recursos de cálculo do passivo, que se baseiam na Lei Federal nº 12.651/2012 e no Decreto 7.830/12. Esses recursos possibilitam a geração do Demonstrativo da Situação do CAR, que inclui quadros de áreas propiciando conhecer a realidade do imóvel em relação a existência ou não de déficit. O Demonstrativo auxiliará os técnicos responsáveis, os proprietário/possuidor e demais atores envolvidos a chegar a um indicativo sobre o passivo ambiental dos cadastros, com base nos dados declarados. O Módulo de Cadastro do SICAR possui também uma seção em que o usuário responde a perguntas afetas à regularidade ambiental do imóvel, possibilitando que eventuais déficits ou excedentes de vegetação sejam reconhecidos de forma voluntária, assim como as alternativas pretendidas para estas áreas. Na etapa de análise dos dados declarados no Módulo de Análise do SICAR, imagens de satélite de 2008 e 2011 contendo classificação da cobertura do solo são cruzadas automaticamente em um ambiente SIG com os dados declarados, indicando divergências para: remanescentes de vegetação nativa, áreas consolidadas e áreas suprimidas entre 22 de julho de 2008 e dezembro de 2011. A análise também envolve a aprovação das APP existentes nos imóveis e a localização da Reserva</p>

			Legal, e, finalmente, a avaliação do regime de proteção destas áreas, que, conforme o caso, resulta por definir a existência de passivos ambientais nessas áreas protegidas. O Módulo de Análise prevê a possibilidade de adaptações à realidades e especificidades estaduais, tais como: tipos de documentos a serem solicitados; inclusão de bases geoespaciais de temas complementares; motivos para realização de vistorias. No que diz respeito à inclusão de outras bases ou dados geoespaciais derivados de outros softwares/estudos, como, por exemplo, aqueles extraídos de imagens mais recentes para avaliação da dinâmica de desmatamento no imóvel rural.
Solicitação de Auditoria nº: 201603172/01 Processo nº: 00190.108110/2016-02	1.c	Qual a data das imagens disponíveis no SICAR? Existe um plano para atualização periódica dessas imagens?	Atualmente, as imagens disponíveis no SICAR são: Landsat-5 TM, cenas mais próximas a 22 de julho de 2008 com a menor cobertura de nuvens possível, e RapidEye, de 2011/2012. Foram adquiridas recentemente pelo MMA imagens RapidEye do ano de 2013 e 2014, que serão classificadas e utilizadas para mapeamento a ser utilizado nos Módulos de Análise e Monitoramento. Para aperfeiçoar o processo de análise, no âmbito do Módulo de Análise do SICAR, o SFB/MMA pretende disponibilizar mosaico com as imagens RapidEye 2013 e 2014 e suas respectivas classificações, estuda aquisição de serviços de imagens de alta resolução espacial e temporal, parcerias com instituições brasileiras e estrangeiras para geração e processamentos de dados, bem como a criação de <i>web-services</i> visando integração com outros sistemas que possuam dados de imóveis rurais. Estes esforços visam, entre outras coisas, fazer frente aos desafios de identificação de supressões irregulares de vegetação e de formulação de políticas públicas voltadas para o meio ambiente.
Solicitação de Auditoria	1.d	O SICAR levou em	Até o momento o único estado que

<p>nº: 201603172/01 Processo nº: 00190.108110/2016-02</p>		<p>consideração os ZEE (zoneamento ecológico e econômico) estaduais?</p>	<p>se tem notícia de possuir um ZEE aprovado conforme metodologias pactuadas junto ao Governo Federal é o Acre, que utiliza o Módulo de Análise do SICAR com uma customização que contempla as referências e diretrizes estabelecidas pelo zoneamento, em especial no cálculo da RL mínima em áreas consolidadas e definição dos passivos. Os Estados ou Distrito Federal, mediante provocação formal, podem optar pela utilização do Módulo de Análise do SICAR que, por padrão, dispõe de funcionalidade capaz de receber estes e outros dados geoespaciais. A recepção desses dados está sujeita à disponibilidade de infraestrutura por parte do MMA, para os entes que optaram por utilizar a infraestrutura federal, ou pelos Estados, caso optem por manter infraestrutura própria.</p>
<p>Solicitação de Auditoria nº: 201603172/01 Processo nº: 00190.108110/2016-02</p>	<p>1.e</p>	<p>O SICAR está preparado para receber os dados do Termo de Compromisso (Art. 6º do Decreto 8.235/2014)</p>	<p>Está sendo desenvolvido pelo SFB, em parceria com a Universidade Federal de Lavras/MG, o Módulo de Regularização Ambiental, que disporá de funcionalidade destinada a receber e armazenar os Termos de Compromisso provenientes da obrigação estabelecida pelo Art. 6º do Decreto Federal nº 8.235/2014. A estratégia de desenvolvimento do módulo citado envolve: (i) disponibilização da aplicação aos estados que queiram utilizar as ferramentas do SICAR, a qual será capaz de gerar uma minuta de Termo de Compromisso, que, após consenso entre os interessados, poderá ser assinado; e (ii) integração das informações constantes nos Termos de Compromisso firmados em estados que possuam sistemas e procedimentos próprios. Essas informações irão compor a base de dados do SICAR.</p>
<p>Solicitação de Auditoria nº: 201603172/01 Processo nº: 00190.108110/2016-02</p>	<p>2.a</p>	<p>2. Quanto ao Programa Mais Ambiente, solicito informar o que segue: a. Qual a situação atual dos Estados e do DF em relação aos Programas de Regularização Ambiental? De</p>	<p>Até o presente momento, 16 estados publicaram normativa relativa à implantação e regulamentação do PRA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São Paulo - Decreto nº 61.792, de 11 de janeiro de 2016;

	<p>que forma está sendo feito o acompanhamento e a articulação do MMA em relação a esses programas?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Paraná - Decreto nº 2.711, de 04 de novembro de 2015; • Rio Grande do Sul – Decreto nº 52.431, de 23 de junho de 2015; • Mato Grosso - Decreto nº 420, de 05 de fevereiro de 2016; • Santa Catarina - Decreto nº 402, de 21 de outubro de 2015; • Mato Grosso do Sul - Decreto nº 13.977, de 05 de junho de 2014; • Bahia - Decreto nº 15.180, de 02 de junho de 2014; • Distrito Federal - Decreto nº 36.579, de 30 de junho de 2015; • Rio de Janeiro - Decreto nº 44.512, de 9 de dezembro de 2013; • Pará - Decreto nº 1.379, de 03 de setembro de 2015; • Espírito Santo - Decreto nº 3.346-R, de 11 de julho de 2013; • Rondônia - Decreto nº 17.940, de 25 de junho 2013; • Roraima - Instrução Normativa FEMARH nº 3, de 18 de março de 2015; • Amazonas - Lei nº 3.635, de 06 de julho de 2011; • Minas Gerais - Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013; e • Goiás - Lei nº 18.104, de 18 de julho de 2013. <p>O SFB tem feito o acompanhamento e articulação dos programas por meio dos Encontros de Implantação do CAR, que acontecem a cada seis meses com a participação dos Estados e Distrito Federal. Esse espaço tem sido utilizado para o levantamento de questões técnicas e jurídicas que carecem maior discussão e esclarecimento, e para a apresentação e debate sobre as especificações dos Módulos de Inscrição e de Regularização</p>
--	--	---

<p>Solicitação de Auditoria nº: 201603172/01 Processo nº: 00190.108110/2016-02</p>	<p>2.b</p>	<p>Quais as atividades de apoio já foram desenvolvidas em relação aos temas definidos no art. 14 do Decreto 8.235/2014 (I- educação ambiental; II - assistência técnica e extensão rural; III - produção e distribuição de sementes e mudas; e IV - capacitação de gestores públicos envolvidos no processo de regularização ambiental dos imóveis rurais nos Estados e no Distrito Federal).</p>	<p>Ambiental.</p> <p><i>I - educação ambiental</i></p> <p>As atividades a serem desenvolvidas ainda estão em fase de planejamento e formatação pelos Estados e DF. Cabe esclarecer que o apoio a este tema não é atribuição do SFB, e sim do Ministério do Meio Ambiente - MMA.</p> <p><i>II - assistência técnica e extensão rural</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • CapCAR Inscrição – curso de capacitação à distância, que tem como objetivo a formação de facilitadores para a inscrição de imóveis rurais no CAR; as vagas foram franqueadas a toda a sociedade, entretanto, uma parte foi reservada aos profissionais de órgãos públicos de meio ambiente, extensão rural, associações/cooperativas, sindicatos e federações rurais. Foram realizadas 5 edições, sendo 3 na gestão do SFB, com um total de 41.000 beneficiados. • CapCAR Análise – curso de capacitação semi-presencial, que tem como objetivo a formação de técnicos para a análise de imóveis rurais no CAR; está em fase de aprovação do material didático e as 300 vagas serão franqueadas aos órgãos públicos de meio ambiente competentes e às instituições por este habilitadas. • Edital FNDF/SFB/MMA n. 01/2015– tem como objetivo a realização de 56.035 cadastros ambientais rurais de imóveis de até 4 módulos fiscais; já foram entregues, aproximadamente, 20.000 cadastros. • Edital FNMA nº 01/2015 -
---	------------	--	---

			<p>tem como objetivo a seleção de propostas que receberão recursos financeiros, não reembolsáveis, para realização de ações de recuperação florestal em áreas de preservação permanente localizadas em bacias hidrográficas cujos mananciais de superfície contribuem direta ou indiretamente para o abastecimento de reservatórios de regiões metropolitanas com alto índice de criticidade hídrica. De acordo com o próprio edital, a recuperação florestal das APPs requer o compromisso dos proprietários rurais e posseiros com a efetiva regularização ambiental de suas áreas, resultando na redução do déficit florestal desses imóveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Módulo PRA – está em desenvolvimento o sub-módulo de cadastro e gestão de serviços de ATER, no âmbito do Módulo PRA, o qual prevê cadastramento da assistência técnica para acompanhamento e execução da regularização ambiental do imóvel; <p><i>III – produção e distribuição de sementes e mudas</i></p> <p>Programa “Arboretum” – programa proveniente de um termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado pelo Ministério Público do Estado da Bahia com as empresas Suzano Papel e Celulose S/A e Fibria Celulose S/A, que tem como objetivo geral a conservação, restauração e valorização da Mata Atlântica e de sua diversidade; o SFB é o gestor do programa, fomentando os objetivos específicos de forma integrada ao desenvolvimento dos Programas de Regularização Ambiental. “Inventário Florestal Nacional” –</p>
--	--	--	--

			<p>Gerido pelo SFB, é dividido em dois eixos: social e ambiental. Em relação ao aspecto ambiental, coleta dados de flora e estrutura da vegetação, contribuindo para a definição da lista de espécies de ocorrência regional, a serem consideradas na etapa de regularização ambiental dos imóveis rurais no âmbito do SICAR. Esse inventário oferece também uma perspectiva de uso da vegetação pela comunidade local.</p> <p>Projeto "Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia" – projeto financiado com recursos do KFW, gerenciado pelo SFB, que tem como objetivo "Promover a gestão das florestas públicas para a produção sustentável, fomentar o manejo florestal e a silvicultura com espécies nativas visando a agregação de valor aos produtos florestais na Amazônia brasileira, em especial na região sob influência da rodovia BR-163 e na região dos rios Purus e Madeira". Um dos componentes deste projeto é a "difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas", com implantação de Centros de Difusão e estratégias de difusão de práticas de coleta de sementes e produção de mudas a serem adotadas pelos proprietários, realização de capacitações e oficinas de campo. As demais atividades a serem desenvolvidas ainda estão em fase de planejamento e formatação pelos Estados e DF.</p> <p><i>IV - capacitação de gestores públicos envolvidos no processo de regularização ambiental dos imóveis rurais nos Estados e no Distrito Federal</i></p>
<p>Solicitação de Auditoria nº: 201603172/01 Processo nº: 00190.108110/2016-02</p>	<p>2.c</p>	<p>Quais as contratações realizadas, bem como o recurso financeiro/orçamentário disponibilizado no âmbito do Programa Mais Ambiente até o momento. Informar, também, a fonte desses recursos (nacional, externo).</p>	<p>Seguem as informações requeridas sobre os investimentos realizados no âmbito do Programa Mais Ambiente na gestão do SFB/MMA (2015/2016):</p> <p>i. Investimentos com recursos nacionais em projetos CAR/PRA</p> <p>Amazônia - Gestão Florestal:</p>

			<p>Investimento: 20.324.000 Caatinga - Edital CAR Semiárido FNDF/SFB e FSA/CAIXA: Investimento: 10.000.000 Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica - Edital APP FNMA/MMA, FNDF/SFB, FDD/MJ, ANA, FSA/CAIXA - Investimento: 45.000.000</p> <p>ii. Investimentos com recursos nacionais no desenvolvimento e operação do SICAR:</p> <p>Aquisição de imagens - Investimento: 100.000.000 Desenvolvimento do SICAR - Investimento: 29.300.000 Treinamento CapCAR - Investimento: 5.000.000</p> <p>iii. Investimentos previstos para execução até 2020, com recursos internacionais em projetos CAR/PRA:</p> <p>Amazônia transição para Cerrado - KFW-CAR - Investimentos: 99.000.000 Cerrado - FIP-CAR- Investimentos: 96.000.000 Cerrado Federal- DEFRA - Investimentos: 15.000.000 Mata Atlântica - KFW Investimentos: 6.900.000</p>
--	--	--	--

8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Esclarece-se que o Serviço Florestal Brasileiro, ao realizar seus procedimentos licitatórios, observa as normas dispostas no art. 5º, da Lei nº 8.666/93, realizando seus certames licitatórios em moeda corrente nacional.

Destaca-se, ainda, que em relação aos pagamentos das obrigações contratadas afetas ao fornecimento de bens, locações e prestação de serviços, o SFB obedece a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Em 2015 o SFB desenvolveu um modelo de documento com o objetivo de auxiliar os controles e mecanismos de acompanhamento das contratações e dos desembolsos efetuados, a Solicitação de Pagamento Financeiro – SPF. Este documento auxiliou sobremaneira a gestão dos contratos, assim como a organização cronológica de sua execução financeira no exercício de 2016.

9- Anexos:

9.2 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas:

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO		EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 1
SUBTÍTULO		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGÃO SUPERIOR			
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS			
44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	12.191.417,72	8.640.342,01	Despesa Orçamentária	22.566.138,61	15.935.240,64
Ordinárias	7.086,97	73.044,02	Ordinárias	13.549.134,52	9.911.874,62
Vinculadas	12.619.846,15	5.579.425,84	Vinculadas	9.019.604,09	6.023.366,02
Transferências Constitucionais e Legais	2.144.203,95	2.155.482,95	Transferências Constitucionais e Legais	2.129.201,70	753.242,95
Doações	5.182.258,30	3.816.263,45	Doações	6.421.246,47	2.625.731,77
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.241.282,51	1.522.436,17	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	495.553,92	2.644.391,27
Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.072.101,78	1.079.241,33			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-485.515,40	-3.527,85			
Transferências Financeiras Recebidas	77.840.093,39	84.422.363,83	Transferências Financeiras Concedidas	73.008.086,34	58.900.784,53
Resultados da Execução Orçamentária	88.331.510,40	55.018.834,20	Resultados da Execução Orçamentária	59.360.567,08	47.826.115,13
Repasse Recebido	33.830.994,33	28.022.195,23	Repasse Concedido	34.860.021,01	20.820.441,07
Sub-repasse Recebido	34.500.546,07	26.096.965,08	Sub-repasse Concedido	34.500.546,07	26.096.965,08
Independentes da Execução Orçamentária	9.517.582,99	9.403.529,24	Independentes da Execução Orçamentária	13.028.402,28	11.074.849,40
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.701.723,05	9.388.575,33	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.022.170,78	4.088.369,51
Movimentação de Saldos Patrimoniais	725.859,01	14.053,91	Movimentação de Saldos Patrimoniais	9.806.222,48	6.986.279,89
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recursos Extraorçamentários	16.382.271,58	9.928.376,88	Despesa Extraorçamentária	10.860.829,53	14.500.886,17
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.132,00	51.078,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	51.078,00	4.724,71
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.650.739,30	7.693.875,78	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.879.473,62	14.558.031,10
Depósitos Restáveis e Valores Vinculados	874.548,08	28.230,38	Depósitos Restáveis e Valores Vinculados	730.379,90	28.230,38
Outros Recursos Extraorçamentários	1.853.890,35	2.153.394,56	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outras Unidades	1.853.890,35	2.153.394,56			
Saldo do Exercício Anterior	1.185.828,50	7.603.137,82	Saldo para o Exercício Seguinte	1.350.573,78	1.165.828,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.185.828,50	7.603.137,82	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.350.573,78	1.165.828,50
TOTAL	107.888.611,17	90.592.819,84	TOTAL	107.888.611,17	90.592.819,84

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO		EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 1
SUBTÍTULO		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGÃO SUPERIOR			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS			
44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE			

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	CALDO
RECEITAS CORRENTES	35.164.497,00	35.164.497,00	12.191.417,72	-22.913.079,28
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	3.933.000,00	3.933.000,00	7.919.416,15	3.086.416,15
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	3.933.000,00	3.933.000,00	7.019.416,15	3.086.416,15
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	3.177,00	3.177,00	2.427,80	-749,20
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.177,00	3.177,00	2.427,80	-749,20
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	31.168.320,00	31.168.320,00	5.162.238,30	-26.006.081,70
Outras Receitas Correntes	-	-	7.315,47	7.315,47
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	4.311,33	4.311,33
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.775,64	2.775,64
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.000.000,00	220,50	220,50
Operações de Crédito	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-3.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-3.000.000,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 2
ORÇAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECITA				
RECITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECITA REALIZADA	GALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	38.104.497,00	38.104.497,00	12.191.417,72	-25.913.079,28
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	38.104.497,00	38.104.497,00	12.191.417,72	-25.913.079,28
DÉFICIT			10.376.720,89	10.376.720,89
TOTAL	38.104.497,00	38.104.497,00	22.568.138,61	-15.536.358,38
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		4.778.615,00	4.778.615,00	
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	4.778.615,00	4.778.615,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	95.096.112,00	83.632.773,00	16.785.903,87	8.753.100,00	8.750.266,07	66.846.809,13
Pessoal e Encargos Sociais	25.804.324,00	27.848.324,00	-	-	-	27.848.324,00
Juros e Encargos da Dívida	169.500,00	169.500,00	-	-	-	169.500,00
Outras Despesas Correntes	69.322.288,00	55.615.949,00	16.785.903,87	8.753.100,00	8.750.266,07	38.831.045,13
DESPESAS DE CAPITAL	11.191.857,00	16.232.937,00	5.782.234,74	164.309,31	164.010,31	10.450.702,26
Investimentos	11.191.857,00	16.232.937,00	5.782.234,74	164.309,31	164.010,31	10.450.702,26
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	106.287.969,00	99.865.710,00	22.568.138,61	8.917.409,31	8.914.276,38	77.297.571,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 3
ORÇAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	106.287.969,00	99.865.710,00	22.568.138,61	8.917.409,31	8.914.276,38	77.297.571,39
TOTAL	106.287.969,00	99.865.710,00	22.568.138,61	8.917.409,31	8.914.276,38	77.297.571,39

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.194.110,10	6.024.401,44	8.489.675,50	8.489.675,50	589.701,89	3.139.134,15
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.194.110,10	6.024.401,44	8.489.675,50	8.489.675,50	589.701,89	3.139.134,15
DESPESAS DE CAPITAL	350.760,32	1.669.274,32	1.389.798,12	1.389.798,12	19.885,24	610.351,28
Investimentos	350.760,32	1.669.274,32	1.389.798,12	1.389.798,12	19.885,24	610.351,28
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.544.870,42	7.693.675,76	9.879.473,62	9.879.473,62	609.587,13	3.749.485,43

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL		51.076,00	51.076,00		
Investimentos	-	51.076,00	51.076,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL		51.076,00	51.076,00		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO	14/02/2017	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE		5.596.524,37	5.520.577,44	PASSIVO CIRCULANTE		147.302,01	51.076,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.350.573,70	1.165.828,50	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		-	-
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		4.168.487,46	4.262.455,69	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		3.132,93	51.076,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		77.463,21	92.293,25	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões de Curto Prazo		-	-
		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		144.169,08	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.314.478,61	5.018.506,82	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		94,54	94,54	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		94,54	94,54	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões de Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades para Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		147.302,01	51.076,00
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-				
Imobilizado		5.288.807,79	4.341.426,86				
Bens Móveis		3.857.056,42	3.088.110,33				
Bens Móveis		7.487.486,20	6.137.400,00				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-3.030.400,76	-3.049.294,07				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-				
Bens Imóveis		1.351.748,37	1.253.305,33				
Bens Imóveis		1.351.748,37	1.253.305,33				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível		1.025.576,28	676.985,62				
Softwares		1.025.401,74	676.091,00				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		94,54	94,54				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		94,54	94,54				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO	14/02/2017	PÁGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
Diferido		-	-				
TOTAL DO ATIVO		11.911.002,98	10.539.078,26	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.911.002,98	10.539.078,26

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO FINANCEIRO		1.350.573,70	1.165.828,50	PASSIVO FINANCEIRO		17.547.516,74	14.289.622,18
ATIVO PERMANENTE		10.560.429,28	9.373.249,76	PASSIVO PERMANENTE		-	-
SALDO PATRIMONIAL		3.638.513,16	3.750.543,92				

Quadro de Compensações

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		3.424.228,31	4.778.654,89	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		24.419.823,66	46.471.697,06
Execução dos Atos Potenciais Ativos		3.424.228,31	4.778.654,89	Execução dos Atos Potenciais Passivos		24.419.823,66	46.471.697,06
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong		3.424.228,31	4.778.654,89	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên		6.993.976,39	3.416.651,44
Direitos Contratuais a Executar		-	-	Obrigações Contratuais a Executar		17.455.847,27	43.055.045,62
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
TOTAL		3.424.228,31	4.778.654,89	TOTAL		24.419.823,66	46.471.697,06

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-8.648.255,24
Recursos Vinculados	-7.548.687,80
Transferências Constitucionais e Legais	-830.895,00
Doações	-6.876.928,68
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-831.864,12
TOTAL	-16.196.943,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	53.675.874,93	77.834.878,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	8.737.317,39	6.738.920,06
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	1.966,00	3.386,40
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	8.735.310,50	6.734.633,66
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	138.356,91	146.194,34
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	138.350,91	146.194,34
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	84.732.855,16	68.239.589,11
Transferências Intragovernamentais	78.589.093,38	64.422.303,53
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	5.162.258,30	3.816.283,48
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.031.503,47	962,10
Valorização e Ganhos e/ou Ativos e Desincorporação de Passivos	-	2.615.780,00
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos sem Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	444,80
Ganhos sem Desincorporação de Passivos	-	2.015.335,00
Reversão de Redução do Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.345,27	75.294,14
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autarquia Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.345,27	75.294,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	92.550.176,22	83.641.717,82
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16.106.036,35	20.919.274,25
Uso de Material de Consumo	108.490,67	102.290,03
Serviços	15.516.423,57	20.348.810,24
Depreciação, Amortização e Exaustão	481.122,11	488.173,98
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	219,00	1.555,99
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	219,00	740,44
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	806,55
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	76.421.964,76	59.657.388,59
Transferências Intragovernamentais	73.758.909,34	58.900.704,53
Transferências Intergovernamentais	1.850.308,70	753.242,06
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	4.177,72	3.381,08
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	808.511,00	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	3.041.613,21
Reavaliação, Redução do Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	55.000,00
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	2.986.613,21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	14.145,03	18.896,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.030,05	11.450,23
Contribuições	6.114,98	7.430,04
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.811,08	2.989,61
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.511,50	2.900,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.120.698,71	-3.906.839,77

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

